



DOSSIÊ ESPECIAL

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (CESP)

v.8, n.14, 2019

50 anos

*de produção e transmissão de
conhecimento: a tradição do IESP
UERJ por seus estudantes*

Marcelo Borel

Marcia Candido

Helio Cannone

Hellen Oliveira

Matheus Vitorino

ORGANIZADORES

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP

COMITÊ EDITORIAL

Helio Cannone, IESP-UERJ

Hellen Oliveira, IESP-UERJ

Kayo Moura, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

Matheus Vitorino, IESP-UERJ

Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP-UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Marcelo Borel

Marcia Rangel Candido

Hellen Oliveira



SUMÁRIO

Apresentação Marcelo Borel, Marcia Candido, Helio Cannone, Hellen Oliveira & Matheus Vitorino	4
Quinze Anos do Observatório Político Sul-Americano: a Integração Regional do Brasil a partir da Universidade Marília Bernades Closs & Talita Tanscheit	11
Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL): Histórico, Abordagens, Produções e Contestações Raul Nunes & Simone Gomes	22
Quando a Universidade Tem Lugar no Debate Público: a Trajetória do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) Marcia Rangel Candido & Poema Eurístenes Portela	29
As Contribuições de Maria Regina Soares de Lima para a Ciência Política Brasileira Marianna Albuquerque	43
Por Mais Sociedade no Estado: os Estudos de Renato Boschi sobre Movimentos Sociais na Redemocratização Helio Cannone	51
Colocando o IUPERJ no Mapa dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo no Brasil: as Redes Intelectuais de Neuma Aguiar Gabriela de Brito Caruso	59
A Sociologia de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva Wesley Luiz de Azevedo Dias & Wescrey Portes Pereira	68

A Via Jurídica para o Americanismo nos Trópicos: a Biografia de Werneck Vianna e a Construção do IUPERJ de uma Hipótese de Democratização à Brasileira Daniel Henrique da Mota Ferreira	76
César Guimarães: um Professor Matheus de Sá Moravia & Rafael Rezende	84
Sol na Cabeça e Correria Sob os Pés: Vida e Produção de Luiz Antonio Machado da Silva Clara Polycarpo & Hellen Oliveira	91
Polifonia na Independência: a Contribuição de Isabel Lustosa para o Pensamento Político Brasileiro Lidiane Vieira	101
Um Panorama dos 50 Anos de Pós-Graduação do IESP Através de Suas Ementas Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	109
Passado e Presente: a Análise da Política Externa Brasileira, Antes de Tudo Leonildes Nazar	119

APRESENTAÇÃO

Marcelo Borel¹
Marcia Candido²
Helio Cannone³
Hellen Oliveira⁴
Matheus Vitorino⁵

A pós-graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) completa 50 anos em 2019. Neste meio século de produção intelectual, a instituição se destacou por apresentar uma resposta intelectual para os problemas vividos pelo Brasil, desde a Ditadura Militar, passando pela redemocratização até os últimos conflitos da conjuntura nacional. Organizada primeiramente como um esforço de refundação do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a nossa pós-graduação foi cada vez mais ganhando as características que tem atualmente. Como o programa mais antigo de mestrado em Ciência Política, depois do existente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e, a partir de 1973 tendo também a pós-graduação em Sociologia, o atual IESP-UERJ se constituiu como lugar de excelência na formação de cientistas sociais brasileiros nas linhas de pesquisa em instituições políticas, teoria política,

1 Doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutoranda em Ciência Política (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

3 Doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ) e bolsista Conselho do Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4 Doutoranda em Sociologia (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

5 É Mestrando em Ciência Política (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

política externa e comparada, sociologia política, estratificação social, sociologia urbana e teoria social⁶.

A partir da perspectiva do corpo discente e de novas gerações de doutores, o dossiê *50 anos de Produção e Transmissão de Conhecimento: a tradição do IESP UERJ por seus estudantes* busca analisar e homenagear a trajetória dos nossos programas de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia. Nos ensaios publicados na presente edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (CESP), é possível perceber a pluralidade do instituto. Os textos versam desde a trajetória intelectual de professores(as) e ex-professores(as) do IESP-UERJ, até à história dos grupos de estudo que o compõem, suas linhas de pesquisa e as disciplinas que foram ofertadas durante o tempo. Como se percebe na leitura dos escritos, os mais diversos temas - porém igualmente centrais para a compreensão da sociedade e da política brasileira - foram constantemente encarados ao longo de cinco décadas. Os problemas da governabilidade dentro de instituições democráticas, a relação entre Estado e Sociedade civil e as razões da desigualdade brasileira são só alguns exemplos de assuntos correntemente tratados pelos pesquisadores(as) do IESP-UERJ pelo menos desde 1969.

Esta revista é também parte desta história. Criada pelo Fórum de Alunos em versão impressa ainda no antigo IUPERJ, a Cadernos foi refundada no IESP-UERJ adquirindo periodicidade, implementando a avaliação anônima por pares e sendo divulgada em plataforma online⁷. Desde seu princípio, a CESP busca ser um espaço de circulação do conhecimento para pesquisadores(as) de todo o Brasil. As dificuldades, contudo, não são poucas.

⁶ Não existe consenso sobre a data de criação da primeira pós-graduação em Ciência Política no país. Este ensaio optou pela definição expressa no livro comemorativo do cinquentenário do Departamento da UFMG. Ver: LOPES, Dawisson e SOARES, Marcia. (orgs.). (2018), *Sonhos e Labores: o cinquentenário do primeiro departamento de Ciência Política do Brasil*. Editora UFMG, 312p. Exemplos da falta de acordo são: alguns autores dizem 1965 (Amorim Neto e Santos, 2005), o site da instituição e outros trabalhos afirmam 1966 (Bulcouf, Marquez e Carzodo, 2014), 1967 (Forjaz, 1997) ou 1969 (Leite, 2010; Barrientos del Monte, 2013; Lynch, 2016; CAPES).

⁷ Ver: Editorial. v.1, n.1, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19005/13832>

Se até mesmo periódicos com Qualis de excelência possuem limitações em equipe, a Cadernos é exclusivamente administrada por estudantes voluntários que conciliam a função de editoração com cursos de pós-graduação, redação de dissertações, teses e trabalhos de outras naturezas. Além do esforço de administrar as submissões, enviar a pareceristas, manter contato com autores(as), revisar os artigos aprovados, diagramar, criar projeto gráfico e colocar a revista no ar, tal atividade ainda é constantemente desafiada a mostrar seu valor: por que manter um periódico sem nenhuma verba de custeio? Como regularizar a frequência das publicações se o comitê editorial é transitório, constituído por alunos que estão de passagem adquirindo formação na instituição? Como estimular o aceite de acadêmicos a concederem pareceres? Como gerar reconhecimento dos pares por todo trabalho por trás do que fazemos?

Se existem tantas perguntas sem resposta, há também evidentes razões para continuarmos a fazê-lo: editar a CESP é um constante aprendizado para diversos aspectos das relações profissionais dentro do mundo acadêmico. Entendemos, por exemplo, que democratizar a comunicação de pesquisas, sobretudo no interior das crises de universidades públicas, é uma tarefa que requer comprometimento. As revistas de pós-graduandos costumam ser um campo de amadurecimento partilhado, onde diversos estudantes recebem retorno sobre seus trabalhos e começam a assimilar, talvez em suas primeiras experiências, como devem formatar artigos, resenhas e/ou ensaios. Mesmo com as dificuldades inerentes à manutenção de um periódico, temos conseguido lançar edições semestrais. Entre os números que marcaram nossa revista, tivemos dois dossiês especiais sobre raça, gênero e classe social, e outro dedicado às “clássicas” das humanidades, a fim de ressaltar a importância de mulheres - por vezes negligenciadas - na produção de conhecimento. Em um cenário de ataque à produção científica e de cortes na educação, um dos atos de resistência possíveis é a insistência em manter circulando o pensamento crítico.

Cabe, contudo, chamar atenção a um aspecto sobre a CESP, que é sintomático em relação ao tema deste dossiê: não existem registros da história da revista. Datas e nomes de editores(as) não são amplamente acessíveis e o mero esforço de fazer menção, nesta apresentação, às pessoas que nos antecederam necessitou consulta pública. Ainda assim, é evidente que muitos ficaram de fora e, infelizmente, só conseguimos reunir os seguintes casos que, em algum momento, colaboraram à dinâmica da publicação: Alexis Cortes, Anna Venturini, Carolina Rocha, Clayton Cunha, Cristina Buarque de Hollanda, Eduardo Barbabela, Giovana Esther Zucatto, Isabel Veloso, Jana Leal, Kaio Moura, Leonardo Nóbrega, Livia Alcantara, Magno Klein, Renata Albuquerque, Rodrigo Cantu de Souza, Rodrigo Vieira de Assis, Simone Gomes, Tomas Garcia, Victor Mourão e Vinicius Werneck.

Na edição ora apresentada, almejamos deixar registrada uma pequena parcela das tantas memórias que os discentes carregam sobre o IESP-UERJ. A partir de um esforço coletivo, insistente e trabalhoso, haja vista que tivemos pouquíssimo tempo entre a aparição da ideia do dossiê e a data necessária para sua finalização, conseguimos reunir aportes interessantes sobre diferentes características do programa de pós-graduação. Os ensaios aparecem ordenados de acordo com suas temáticas centrais: começamos com os textos sobre os grupos de pesquisa, que relatam histórias do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), de autoria de Marília Bernardes Closs e Talita Tanscheit, do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), de Simone Gomes e Raul Nunes, e do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), de Marcia Rangel Candido e Poema Eurístenes. Em seguida, divulgamos análises de trajetória ou de apanhados de obras, com Isabel Lustosa por Lidiane Vieira, Renato Boschi por Helio Cannone, Maria Regina Soares de Lima por Marianna Albuquerque, Luiz Antônio Machado por Clara Polycarpo e Hellen Oliveira, Neuma Aguiar por Gabriela Caruso, Carlos Hasenbalg por Wesley Dias e Wescrey Pereira, César Guimarães por Matheus Moravia e Rafael Rezende, e Luiz Werneck Vianna por Daniel

Ferreira. Por fim, expomos panoramas de áreas do conhecimento na Ciência Política: Paulo Cassimiro descreve as transformações sobre o ensino de Teoria Política no IESP-UERJ; e, Leonildes Nazar, por seu turno, discute a Análise de Política Externa (APE) como um campo de estudos.

O caráter especial do conteúdo desta edição foi constituído a partir de uma chamada aberta, na qual alunas(os) e ex-alunas(os) puderam discorrer sobre o escopo que lhes fosse mais aprazível. Os treze ensaios recebidos foram editados e publicados, mas não são representativos de todos os intelectuais, grupos de pesquisa e temas que se desenvolveram no IESP-UERJ. Em alguns casos isto é natural, pois gerações mais jovens de professores não acumulam tempo suficiente de trabalho para serem objeto desse tipo de abordagem. Por outro lado, há muitas(os) outras(os) pioneiras(os) na Ciência Política e na Sociologia que merecem observações futuras. Além dos docentes contemplados nos ensaios, listamos os demais casos que integram a história da instituição: Adalberto Moreira Cardoso, Alba Zaluar Alexandre de Souza Barros, Amaury de Souza, Argelina Cheibub Figueiredo, Aspásia Alcântara de Camargo, Breno Bringel, Candido Mendes, Carlos Antonio Costa Ribeiro, Carlos Roberto Sanchez Milani, Chritian Edward Cyril Lynch, Cristina Buarque de Hollanda, Diana Nogueira de Oliveira Lima, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Elisa Pereira Reis, Eugênia Motta, Fabiano Guilherme Mendes Santos, Fernando de Castro Fontainha, Fernando Guarnieri, Fernando Uricoechea, Frédéric Vandenberghe, Gerd Bornheim, Gláucio Ary Dillon Soares, Guillermo O'Donnel, Hélio Jaguaribe, Henrique Novaes, Jairo Marconi Nicolau, Jessé José Freire de Souza, João Feres Júnior, José Eduardo Leon Szwako, José Eisenberg, José Maurício Domingues, José Murilo de Carvalho, Letícia Pinheiro, Letícia Veloso, Lícia do Prado Valladares, Luiz Augusto Campos, Luiz Eduardo Soares, Luiz Fernando de Paula, Marcelo Gantus Jasmin, Marcus Faria Figueiredo, Maria Alice Rezende de Carvalho, Maria Celi Scalon, Mariana Cavalcanti, Mário Brockmann Machado, Octávio Amorim Neto, Olavo Brasil de Lima Jr., Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco,

Pedro Paulo Martins de Oliveira, Renato de Andrade Lessa, Ricardo Benzaquen de Araújo, Ricardo Paes de Barros, San Romanelli, Sérgio Henrique Abranches, Simon Schwartzman, Thamy Pogrebinski, Thiago Moreira da Silva e Wanderley Guilherme dos Santos.

No que toca aos grupos de pesquisa, somados ao NETSAL, ao OPSA e ao GEMAA outros 20 núcleos estão em atividade, sendo eles: o BEEMOTE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro; o CASA – que reúne sociólogas e antropólogas em torno do tema de construção de cidades; o CERES – Centro de Estudo da Riqueza e da Estratificação Social; o DECISO – Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais; o DOXA – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública; o GEEP – Grupos de Estudos de Economia e Política; o INCT/PPED – Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento; o LABMUNDO – Laboratório de Análise Política Mundial; o Latitude Sul, especializado em Relações Internacionais; o LED – Laboratório de Estudos sobre a Democracia; o LEMEP – Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública; o LEPDESP – Laboratório de estudos políticos de defesa e segurança pública; o NEAAPE – Núcleo de Estudos, Agendas e Atores da Política Externa; o NECON – Núcleo de Estudos sobre o Congresso; o NEIC – Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo; o NIMMIN – Núcleo Interdisciplinar de Mulheres, Movimentos, Instituições e Normatividades; e, o NUPET – Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho; o NUPEV – Núcleo de Pesquisas das Violências; o OCS – Observatório das Ciências Sociais; o PRONEX JUVENTUDE – Núcleo de Excelência para o Estudo da Juventude; e, o SOCIOFILO – que desenvolve reflexões sistemáticas sobre fundamentos filosóficos da teoria social.

Esperamos que o dossiê ora apresentado seja uma boa leitura, mas também uma oportunidade que instigue mais pessoas a pensarem e revisitarem as memórias de uma instituição que foi – e segue sendo – fundamental na história das Ciências Sociais no Brasil. Nesta edição, agradecemos ao apoio da

Direção do IESP-UERJ, que concedeu um prêmio ao melhor ensaio a fim de nos ajudar a estimular submissões. Aproveitamos também para agradecer a todas as(os) pareceristas e autoras(es) de artigos que ajudaram na sustentação da CESP mesmo em tantos tempos de crise. Deixamos, modestamente, essa pequena marca no tempo, composta pela visão dos estudantes sobre a instituição para que, quem sabe, ela seja revisitada na comemoração dos próximos 50 anos.

**QUINZE ANOS DO OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO:
A INTEGRAÇÃO REGIONAL DO BRASIL A PARTIR DA UNIVERSIDADE**

Fifteen years of the South American Policy Observatory: Brazil's Regional Integration from University

Marília Bernardes Closs¹

Talita Tanscheit²

¹ Doutoranda Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), no qual é coordenadora ajunta. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: mariliacloss@gmail.com

² Doutoranda pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: talitastt@gmail.com

RESUMO

O Observatório Político Sul-Americano foi fundado em 2003 em uma conjuntura singular para a região e para o Brasil: a emergência de governos de esquerda e a conseqüente chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Após mais de uma década de disseminação de políticas econômicas neoliberais, a nova configuração política e ideológica não apenas pôs fim ao Consenso de Washington, mas também iniciou um virtuoso ciclo de cooperação e de integração para a redução das desigualdades socioeconômicas e da pobreza tão características da América do Sul. O ensaio realiza uma breve história do observatório, a sua fundação e o seu desenvolvimento, bem como a sua contribuição para a elaboração de uma perspectiva do país para a região. Por fim, é observada a crise da integração regional na política externa de Jair Bolsonaro e as suas ameaças à permanência da paz e à estabilidade das democracias na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul; Política Externa Brasileira; Integração Regional; Maria Regina Soares de Lima.

ABSTRACT

The South American Politics Observatory was founded in 2003 at a unique juncture for the region and Brazil: the emergence of leftist governments and the consequent arrival of Luiz Inácio Lula da Silva as President of the Republic. After more than a decade of spread of neoliberal economic policies, the new ideological and political configuration not only ended the Washington Consensus, but also initiated a virtuous cycle of cooperation and integration to reduce the socioeconomic inequalities and poverty so characteristic of South America. The essay gives a brief history of the observatory, its foundation and development, and its contribution to shaping a country perspective for the region. Finally, it is observed the crisis of regional integration in Jair Bolsonaro's foreign policy and its threats to the permanence of peace and the stability of democracies in South America.

KEY-WORDS: South America; Brazilian Foreign Policy; Regional Integration; Maria Regina Soares de Lima.

Não pensem vocês nunca em sua Pátria como uma estrela isolada no espaço dona de sua lei e desentendida dos demais que é o céu inteiro. Pensem na Pátria própria e nas outras enlaçadas, tecidas dentro de uma grande tela que as mantém e pelo menos intervêm. Com modéstia e racionalidade, sintam-se parte dessa trama e acreditem que onde esse tecido se debilite, se rompa ou se queime, haverá perda para vocês mesmos³.

Gabriela Mistral⁴

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) foi fundado em 2003 em uma conjuntura singular para a região e para o Brasil: a emergência de governos de esquerda e a conseqüente chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Após mais de uma década de disseminação de políticas econômicas neoliberais, a nova configuração política e ideológica não apenas pôs fim ao Consenso de Washington, mas também iniciou um virtuoso ciclo de cooperação e de integração para a redução das desigualdades socioeconômicas e da pobreza tão características da América do Sul.

Fundadora⁵ do OPSA, Maria Regina Soares de Lima, atuava como docente no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC-Rio) e no então Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) - sucedido pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Debruçada em temas relacionados à integração regional, especialmente no que diz respeito à política externa do Brasil para a América do Sul, a intelectual idealizou o observatório como um ambiente de diálogo com demais atores sociais e políticos para a elaboração de uma perspectiva do país para a região a partir da universidade.

³ Na versão original: "No piensen ustedes nunca en su patria como una estrella aislada en el espacio dueña de su ley y desentendida de los demás que es el cielo entero. Piensen en la Patria propia y a las otras entrabadas, tejidas, dentro de un gran lienzo que las sujeta y a lo menos las interviene. Con modestia y racionalidad, siéntanse parte de esa trama y crean que por donde este tejido se debilite, se rompa o se queime, habrá pérdida para ustedes mismos".

⁴ Primeiro Prêmio Nobel de Literatura (1945) destinado a escritora ou escritor da América Latina.

⁵ Com a colaboração de Marcelo Coutinho, à época doutorando em Ciência Política no UERJ e atualmente professor adjunto de relações internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

São dois os pioneirismos atribuídos ao observatório. Em primeiro lugar, a coleta e a sistematização periódica dos acontecimentos políticos da América do Sul em um contexto em que os meios de comunicação realizavam cobertura esparsa de seus países e não havia nenhum outro centro de pesquisa na universidade destinado à região. As atividades do OPSA compreendiam, por exemplo, a realização de sínteses semanais e mensais dos principais acontecimentos e análises periódicas sobre a conjuntura social e política de cada país⁶. Em segundo lugar, a colaboração da universidade na cooperação regional em um cenário em que a América do Sul era uma prioridade para o Itamaraty e para o governo Lula. A cobertura contínua de questões regionais, como o conflito em torno do controle do gás na Bolívia em 2006 ou nas negociações sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai em 2009, fez com que as suas pesquisas fossem de interesse dos formuladores da política externa brasileira. Pela relevância adquirida pelo OPSA, personalidades de grande importância no debate público da região colaboraram com as suas atividades, como Celso Amorim, então ministro das Relações Exteriores, Marco Aurélio Garcia, então assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, e Constanza Moreira, senadora da República no Uruguai.

O OPSA foi pensado dentro de uma grande tela - como nos recomendava Gabriela Mistral - em que a sua principal trama era a integração regional e a elaboração de um olhar próprio sobre a região. Hoje sob a coordenação de duas pesquisadoras mulheres, com a entrada de Leticia Pinheiro, o observatório segue produzindo, sempre com um olhar crítico, análises sistemáticas sobre a América do Sul. Os tempos já são outros, mas a busca pela edificação de uma política externa que seja estratégica e insubordinada ao Norte Global e que promova desenvolvimento social e econômico do Brasil e dos nossos vizinhos segue sendo o seu horizonte.

⁶ Denominados por Análise de Conjuntura, Boletim, Estudos de Cenário, Eventos, Observador On-Line e Painéis, dentre outros.

“SI NOS TOCAN A UNO NOS TOCAN A TODOS”: BREVE HISTÓRIA DO OPSA

Em sua fase inicial, em um período de expansão do financiamento à pesquisa na universidade, o OPSA chegou a contar com uma equipe de mais de quinze pesquisadoras e pesquisadores, em sua maioria estudantes da pós-graduação no IUPERJ. Além de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, e da Financiadora de Estudos e Projetos, a FINEP, o observatório também recebeu apoio financeiro da Organização Odebrecht e do próprio Itamaraty, por meio da Fundação Alexandre de Gusmão (Soares de Lima e Coutinho, 2017).

A dinâmica de trabalho destas e destes jovens estudantes era intensa: havia uma rotina diária e presencial de trabalho e a realização de reuniões semanais com o objetivo de definição dos temas a serem abordados em cada documento elaborado pelo observatório. Nesta época, o acesso à internet ainda era restrito, e estes encontros criaram um ambiente propício à formação de especialistas em América do Sul, como recorda Soares de Lima com os casos de Clayton Cunha Filho, atualmente no Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, e de Fidel Pérez Flores, hoje no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, expertos, respectivamente, em Bolívia e Venezuela.

O desenvolvimento do observatório ocorre concomitantemente à expansão das universidades públicas brasileiras, e integrantes de suas diversas épocas, hoje pesquisadores colaboradores do OPSA, são docentes em instituições ao redor do país. Este corpo de especialistas, inexistente pouco tempo atrás, vem formando novas gerações de sul-americanistas em várias localidades, contribuindo de forma definitiva para a expansão dos temas abordados pelas Ciências Sociais no Brasil.

Nos últimos anos, os recursos para o funcionamento do observatório foram sendo mais escassos, e o investimento em educação deixou de ser uma prioridade dos governos brasileiros. Com o objetivo de contornar esta situação,

em 2017 foi implementada a plataforma Latitude Sul, responsável por congregar quatro grupos de pesquisa para além do OPSA, o Grupo de Relações Internacionais e Sul-Global, o Laboratório de Análise Política Mundial e o Núcleo de Estudo Atores e Agendas de Política Externa⁷, sediado no IESP-UERJ.

A vocação, no entanto, permanece a mesma: realizar análises críticas sobre o lugar político, econômico e social do Sul global nas Relações Internacionais. Desde a sua criação, as atividades do OPSA abrangem, ao mesmo tempo, a política doméstica e a política externa dos países da região. O entendimento de que as duas agendas estão intrinsecamente vinculadas é base sólida das formulações teóricas e das análises empíricas de sua fundadora, Soares de Lima, e contribuição inestimável à Ciência Política e às Relações Internacionais no Brasil.

QUESTÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A prioridade adquirida pela América do Sul na política externa e na discussão sobre política internacional no Brasil é fenômeno recente, de pouco mais de uma década e meia⁸. O país esteve historicamente de costas para a região: politicamente, a Europa e a América do Norte eram parceiros prioritários; academicamente, salvo raras exceções, a América do Sul não era objeto de análise. A região enquanto *conceito* não existia em nossa vida intelectual, social e política. Esta transformação ocorreu a partir de 2003, quando o Brasil passa a se reconhecer e a atuar enquanto Estado sul-americano. Com a elaboração e a implementação da chamada política externa “ativa e altiva”, liderada por Amorim, a integração regional passa a ser um dos principais projetos e eixos estratégicos da política externa brasileira. No entanto, sob este novo cenário, duas questões passaram a ter centralidade e foram objetos de disputa. A integração regional teria qual conteúdo ético?

⁷ Coordenados, respectivamente, por Enara Echart, Carlos Milani e Letícia Pinheiro.

⁸ Para referências pioneiras na referida temática, ver, por exemplo, a produção intelectual de Soares de Lima, Alexandre Fucille, Monica Hirst e Rafael Villa.

Quais seriam os eixos prioritários da integração? Foi justamente para intervir nas respostas a estas perguntas que o OPSA atuou desde a sua fundação aos dias atuais.

Como prioridade relativamente nova para o Itamaraty, os principais atores da burocracia da política externa brasileira perseguiram a promoção de uma inteligência nacional sobre a América do Sul. Ao mesmo tempo, empresas nacionais, sobretudo da área de construção civil, como a Odebrecht, viam relações de ganha-ganha no adensamento das relações comerciais (e econômicas) com a região. A universidade, por sua vez, observava com bons olhos a novíssima ocorrência de conhecimento científico a respeito da região, especialmente para a elaboração de um projeto de integração que priorizasse a cooperação, o desenvolvimento coletivo e a diminuição das assimetrias, materializados em organismos como o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o FOCEM, criado com o objetivo de financiar projetos para as economias menos sólidas do subcontinente.

Sob este cenário, a decisão em analisar a região não foi uma escolha casuística, mas a percepção aguçada do papel estratégico que a América do Sul tem para o Brasil. Por exemplo, um melhor posicionamento brasileiro no cenário internacional, uma vez que o país tem maior margem para a negociação com o status de bloco econômico, como é o caso do MERCOSUL; mas também do desenvolvimento econômico com justiça social, destinado a compartilhar políticas exitosas para a diminuição das desigualdades e da pobreza, como a posterior criação do MERCOSUL Social e Participativo. Isto implicou na compreensão de que as relações do Brasil – um gigante regional - com os vizinhos não deveriam ser baseadas na espoliação ou na dependência, mas no diálogo e na promoção de soluções pacíficas para controvérsias vivenciadas na regionalmente; exemplo disto é a atuação regional para a solução mediada de crises como a dos Andes em 2008, entre Colômbia, Equador e Venezuela, e do separatismo na Bolívia em 2009.

A consolidação desta estratégia para a política externa requereu a colaboração da burocracia, da sociedade civil, do empresariado e de agentes econômicos, e de profunda discussão na universidade promovida, com centralidade, pelo OPSA, também possível pelos seus vários parceiros, como o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães. De suas variadas participações, consta a participação de Soares de Lima na discussão no Congresso Nacional sobre o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, em 2009, ou no processo de formulação política para a criação da União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL, entre 2008 e 2010. Pela primeira vez na história do país, e ainda que de forma insuficiente, a formulação e a decisão sobre os rumos da política externa brasileira saíram dos corredores do Itamaraty e chegaram a outros espaços, como o ambiente acadêmico.

Tal projeto, há alguns anos em desaceleração, foi definitivamente interrompido em 2019. Entretanto, a democratização da política externa, baseada na ampliação e na diversificação de seus atores e de sua agenda, continua sendo uma pauta necessária no Brasil. Se estamos distantes de atingir quaisquer objetivos nesta direção, a produção e a circulação de conhecimento sobre a América do Sul pelo OPSA chama a atenção como um dos exemplos a serem seguidos – mesmo e especialmente em um contexto tão adverso como o atual.

A ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO: INTEGRAÇÃO REGIONAL EM CRISE

Quinze anos após a criação do OPSA, o cenário para a região é radicalmente diferente. O ciclo de expansão da criatividade e do experimentalismo político, marcado pela criação de laços de solidariedade com nossos vizinhos sul-americanos, chegou ao fim e foi substituído pelo retorno da relação prioritária com a Europa, mas especialmente com os Estados Unidos da América de Donald Trump. Este processo, iniciado com o “golpe parlamentar” (Santos, 2017) à Dilma Rousseff, atingiu o seu ápice com a

chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Com a nomeação de Ernesto Araújo ao Ministério das Relações Exteriores o projeto de integração regional não está apenas abandonado, é sistematicamente combatido.

Sob este cenário, a América do Sul enquanto território prioritário de atuação deixa de existir, assim como há uma transformação radical nos objetivos da política externa brasileira, evidenciado nos atuais discursos e solenidades do Itamaraty. Como agravante, a diplomacia brasileira tem evitado o diálogo com a universidade sob o pretexto de que o conhecimento intelectual estaria vinculado a uma espécie de marxismo cultural a ser eliminado⁹. Ainda que com uma equipe menor, o OPSA continua existindo: a formação de uma inteligência especializada em questões da América do Sul e a influência na esfera pública por meio de pesquisas rigorosas e de diversas outras atividades realizadas pelo observatório são ainda mais essenciais.

A crise do regionalismo não é somente brasileira, e diversos outros países da América do Sul e do mundo atravessam situações que, se não semelhantes, possuem traços comuns à nossa conjuntura. Em nosso contexto, esta crise tem levado ao enfraquecimento de mecanismos de cooperação como a UNASUL e à criação de espaços cuja relevância ainda não foi atestada, como o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul, o PROSUL. A este contexto, o OPSA tem estado atento, e a ampliação de suas agendas de pesquisa e do diálogo com outros núcleos de pesquisa, como a plataforma Latitude Sul, tem sido fundamental para a continuidade de suas elaborações sobre a política externa brasileira (Milani, Pinheiro e Soares de Lima, 2017)¹⁰.

No seminário em homenagem aos quinze anos do OPSA, em dezembro de 2018, Celso Amorim observou que o fato da América do Sul ser relativamente pacífica e estar distante de guerras é resultado de um enorme

⁹ Ver Ernesto Araújo Contra o Marxismo Cultural. Disponível em: <https://defesabr.com.br/news/ernesto-araujo-contr-o-marxismo-cultural>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

¹⁰ Recebeu o Prêmio Olavo Brasil de Lima Junior no 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política em 2018.

esforço de construção de mecanismos de diálogo e mediação na última década e meia. Em suas palavras, “a paz é como o ar, você só sente falta quando a perde”, e o desmonte desta arquitetura, o estímulo à rivalidade e à violência como solução para o conflito social, dentre outros exemplos, estaria colocando em jogo a manutenção da estabilidade da região. Se um dia construímos teias de paz e cooperação entre as nossas pátrias, hoje vivenciamos o rompimento de sua tela – Gabriela Mistral já alertou sobre as consequências do enfraquecimento deste tecido.

A elaboração da América do Sul enquanto conceito e projeto social e político foi possível pela colaboração e pela sinergia de diversos atores sociais e políticos – inclusive acadêmico, o qual o OPSA é, provavelmente, o seu maior exemplo. Em entrevista realizada com a sua fundadora para este ensaio, ela nos diz que o observatório é, “hoje, ainda mais fundamental, não apenas como refúgio, mas como a resistência que precisamos para enfrentar esta conjuntura tão dramática”. Se a continuidade de um olhar sul-americano sobre a nossa região é um imperativo, os mais de quinze anos do Observatório Político Sul-Americano – e os outros outubros que esperamos vir – nos indicam alguns caminhos a seguir.

REFERÊNCIAS

- MILANI, Carlos, PINHEIRO, Letícia e SOARES DE LIMA, Maria Regina. (2017). “Brazil’s foreign policy and the “graduation dilemma””. *Internacional Affairs*, v. 93, p. 585-605.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2017). *A Democracia Impedida: o Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina e COUTINHO, Marcelo (2007). *A agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. (2019), Entrevista. Realizada em 06 de setembro de 2019.

FONTES

Observatório Político Sul-Americano

www.opsa.com.br

Plataforma Latitude Sul

www.latsul.org

Plataforma Lattes

www.lattes.cnpq.br

**NUCLEO DE ESTUDOS DE TEORIA SOCIAL E
AMERICA LATINA (NETSAL): HISTORICO,
ABORDAGENS, PRODUÇÕES E CONTESTAÇÕES**

*Nucleus for Studies in Social Theory and Latin America (NETSAL): History,
Approaches, Productions and Contentions*

Raul Nunes¹

Simone Gomes²

¹ Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista FAPERJ Nota 10. E-mail:raulnunes@ gmail.com

² Professora do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel). E-mail: s.ribeirogomes@ gmail.com

RESUMO

Esse ensaio tem como objetivo apresentar a história do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) através de suas realizações, produções, abordagens e de sua relação com contestações sociais. O núcleo se caracteriza por uma diversidade interna materializada em subgrupos que servem a debates específicos e pesquisas coletivas. Essa pluralidade se reencontra em reuniões gerais e seminários internos, bem como na publicação de Cadernos de Trabalho e Dossiês Temáticos, além da realização de palestras e eventos. O Netsal tem como temas centrais: movimentos sociais, modernidade, desenvolvimento, cidadania, subjetividades coletivas, produção e circulação de conhecimento e sociologia latino-americana. Nesse último sentido, a produção acadêmica reflete também uma prática de formação de redes de conhecimento, ancorada sobretudo na América Latina. Esse fato, inversamente, retroalimenta as teorizações e análises do núcleo. Além disso, o Netsal se abre para as contestações sociais, seja participando diretamente de protestos ou levando adiante pesquisas militantes e pesquisa-ação.

PALAVRAS CHAVE: Núcleo de estudos; Teoria Social; América Latina; Sociologia Política; Produção e circulação de conhecimento.

ABSTRACT

This essay aims to present the history of the Nucleus for Studies in Social Theory and Latin America (NETSAL) (NETSAL) through its achievements, productions, approaches and its relationship with social contentions. The nucleus is characterized by an internal diversity materialized into subgroups that serve specific debates and collective researches. This plurality is found in general meetings and internal seminars, as well as in the publication of Workbooks and Thematic Dossiers, as well as the holding of lectures and events. Netsal has as its central themes: social movements, modernity, development, citizenship, collective subjectivities, production and circulation of knowledge and Latin American sociology. In this last sense, the academic production also reflects a practice of formation of knowledge networks, anchored above all in Latin America. This fact, conversely, feeds back theorizations and analyses of the nucleus. In addition, Netsal is open to social contestation, either by directly participating in protests or carrying out militant and active research.

KEYWORDS: Research group; Social theory; Latin America; Political Sociology; Knowledge production and circulation.

O objetivo do presente texto é apresentar o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), suas principais atividades e seus horizontes de pesquisa. O grupo de pesquisa é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Apesar de ter sido criado formalmente em 2005, no antigo IUPERJ, e de ter sido transferido em 2011 para o IESP-UERJ, foi no ano de 2012 que ele ganhou fôlego, com sucessivos eventos e publicações. Coordenado pelos professores José Maurício Domingues e Breno Bringel, o núcleo desenvolve suas atividades nas áreas de teoria social, sociologia política e estudos latino-americanos. Os temas centrais são: movimentos sociais, modernidade, desenvolvimento, cidadania, subjetividades coletivas, produção e circulação de conhecimento e sociologia latino-americana.

No que tange à importância das discussões realizadas no IESP-UERJ no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia, ressalta-se a pertinência do grupo de pesquisa nos últimos anos, ao versar sobre temáticas caras ao Instituto e às Ciências Sociais, tais quais: violência, migração, teoria social, movimentos sociais e mobilizações, circulação de conhecimento, modernidade, gênero, entre outras. A agenda de pesquisa, portanto, traz importantes contribuições à Sociologia, com foco na Teoria Social, Sociologia Política e Sociologia Urbana.

O NETSAL conta hoje com aproximadamente 20 pesquisadores e pesquisadoras em suas atividades rotineiras; além de frequentemente receber pesquisadores associados e visitantes de distintos países, mas sobretudo da América Latina. As atividades rotineiras consistem em reuniões gerais, nas quais são discutidas temas previamente acordados, e reuniões dos subgrupos, cada um tendo uma dinâmica própria. Atualmente, o núcleo conta com os subgrupos de Teoria Social, América Latina, Violência e o de Movimentos Sociais, tendo no passado contado também com os de Brasil e Conjuntura Política. Nos subgrupos, articulam-se discussões sobre textos e temáticas afins, debates das pesquisas dos membros e, ainda, a produção de pesquisas coletivas.

Duas foram as principais pesquisas produzidas no âmbito dos subgrupos. No de América Latina, a pesquisa “A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos latino americanos no Brasil” contou com recursos da FAPERJ e da UERJ e durou de 2014 a 2017. Buscava “discutir a trajetória dos estudos sobre a América Latina no Brasil, enfatizando, como um de seus principais capítulos iniciais, a experiência pioneira do CLAPCS, fundado em 1957 no Rio de Janeiro, através de uma iniciativa da UNESCO”³. No subgrupo de Movimentos Sociais, a pesquisa “Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada” foi aprovada pelo edital 012/2015 da CAPES (Memórias Brasileiras/Conflitos Sociais), com duração até 2019. Em parceria com UFMG, UFG, UFES, UFRGS e UFPel, a pesquisa teve como objetivo compreender as diferentes facetas dos protestos de 2013, e sua relação mudanças mais amplas nas formas de ativismo e no contexto sócio-político do país.

Para além das reuniões e pesquisas, soma-se às atividades do Netsal a edição de duas publicações: os Cadernos de Trabalho (ISSN: 2317-9104) e os Dossiês Temáticos. Os Cadernos começaram a ser publicados em 2013, contando hoje com nove edições. Neles, pesquisadores e pesquisadoras próximas(os) ao núcleo publicam trabalhos ainda em fase de elaboração, em formato de *working paper*. Os temas são variados (ainda que dentro daqueles tratados pelo Netsal), e a periodicidade depende do volume de trabalhos recebidos, que são publicados em separado, com cada texto correspondendo a um Caderno. Os Dossiês, por sua vez, aglutinam uma série de textos sobre uma mesma temática escritos por pesquisadores do núcleo e pesquisadores convidados. Os Dossiês Temáticos foram criados com o propósito de aprofundar debates que emergem na esfera pública, algo que se mantém em

³ Para mais informações, ver: Dossiê Temático n. 4 (dez/2014):- Sociologia Latino-Americana: originalidade e difusão. Disponível em: https://www.academia.edu/9775802/Dossi%C3%AA_Tem%C3%A1tico_n.4_dez_2014_-_Sociologia_Latino-Americana_originalidade_e_difus%C3%A3o. Acesso em 13 de setembro de 2019.

muitas edições, ainda que hoje ganhem relevância também temas que foram discutidos nas reuniões gerais do grupo. São publicados anualmente desde 2012 – à exceção de 2013, quando houve duas edições semestrais –, e o conteúdo é escolhido por uma comissão editorial. Em oito edições, trouxe os seguintes temas: “Rio+20 e a Cúpula dos Povos” (2012); “Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país” (2013); “As Jornadas de Junho em Perspectiva Global” (2013); “Sociologia Latino-Americana: originalidade e difusão” (2014); “Sociologia Latino-americana II: Desenvolvimento e Atualidade” (2015); “Imaginário Moderno e Tendências de Desenvolvimento” (2016); “Sociologia Política da Crise” (2017); e “Mudança de ciclo na América Latina” (2018).

O Núcleo foi responsável por importantes eventos internacionais, dentre os quais se destaca o Seminário Internacional “Global Modernity and Social Contestation⁴” (maio/2012), para discutir as interações entre a teoria crítica e as contestações sociais. Além disso, o núcleo trouxe diversas palestras para o IESP-UERJ e participou da organização de outros dez eventos ao longo desses anos, sendo eles: Ciclo de debates “Brasil: do país do futuro ao futuro do país” (abril/2013); Seminário hispano-brasileiro “Reconfigurações Geopolíticas e Crise Global: diálogos Europa - América Latina” (abril/2014); “Diálogos Movimentos Sociais e Universidades na América Latina” (maio/2014); Seminário internacional “BRICS: Novas Configurações do Poder Global?” (novembro/2014); Colóquio “Jornadas de Junho... dois anos depois” (junho/2015); I Seminário Internacional de Teoria Social e América Latina (outubro/2015); The Modern Imaginary and Developmental Trends: A Conference (setembro/2016); O Capital 150 anos depois (junho/2017); Seminário “Interações entre os movimentos sociais e o Direito” (setembro/2018); Simpósio “Poder e Alimentação: diálogos entre saberes e fronteiras” (setembro/2017), em parceria com a Freie Universität Berlin.

⁴ O evento contou com a participação de especialistas de diversos países, tais como África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, China, Egito, Espanha Estados Unidos, Índia, e Moçambique

Ademais, desde 2012, o Netsal realiza Seminários Internos anuais, em que membros do grupo apresentam trabalhos em andamento para discussão coletiva.

As pesquisas, as publicações, os pesquisadores e os eventos acabaram por criar uma rede de relações do NETSAL em que se inserem instituições e pesquisadores do Brasil e do mundo. Neste último sentido, destacam-se parcerias firmadas com a Alemanha, Espanha e muitos países na América Latina. Há, pois, uma coincidência entre a produção e circulação de conhecimento em torno do Netsal e os estudos do núcleo sobre este tema. Assim, busca-se produzir um tipo de conhecimento que possua elementos advindos dos debates internos, mas que dialogue constante e orgânicamente com a produção realizada por outros pesquisadores e instituições.

Deste modo, o NETSAL procura consolidar aquilo que está em seu cerne: o entrelaçamento entre Teoria Social e América Latina. Ainda que não se possa dizer que o núcleo detenha ou faça uso de uma teoria exclusiva e própria, de uma teoria social latinoamericana, fato é que a América Latina é, a um só tempo, objeto da maior parte das reflexões e fonte de boa parte das teorizações ou inspirações teóricas do núcleo. Dito de outro modo, o NETSAL ousa elaborar teoria social na América Latina e sobre a realidade latinoamericana, embora a teoria não seja regionalista e almeje, ao contrário, ensejar abordagens mais gerais e adentrar debates mais amplos. Assim, mesmo o diálogo com o Norte global, à luz das experiências regionais, ganha novas nuances – evidenciando possibilidades, mas também sérios problemas.

O grupo de pesquisa destaca-se ainda por não ser exclusivamente um espaço de intercâmbio acadêmico, tendo participado ativamente de mobilizações relevantes desde 2012. Dessa maneira, com o aguçamento da crise da UERJ, em 2017, e o início do que ficou conhecido como #UERJRESISTE, movimento de solidariedade à universidade, o NETSAL participou reiteradamente de atividades de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Naquele ano, o NETSAL ofereceu algumas aulas

públicas. Uma delas, em frente à sede do governo do estado do Rio de Janeiro, discutiu o tema das "Lutas sociais pelas Universidades Públicas na América Latina". Outra, na Praça Maracanã, em frente à UERJ, versou sobre "Democracia vs Neoliberalismo: as lutas da juventude pelo mundo". Outras atividades que contaram com a participação de membros do NETSAL foram as mobilizações públicas ocorridas neste ano no Rio de Janeiro, bem como oficinas realizadas em parceria com a ONG FASE, que resultaram no livro "A luta urbana por seus protagonistas: Direito à Cidade, Direito nas Cidades"⁵, escrito por pesquisadores e militantes.

Não à toa, o grupo de pesquisa também é responsável por uma importante reflexão sobre pesquisa militante e pesquisa-ação. Em 2016, vários de seus membros participaram da organização e lançamento de um dossiê na Revista Direito e Práxis, intitulado "Dossiê Pensamento Crítico Latino-americano, pesquisa militante e perspectivas subversivas dos direitos". Posteriormente, foi realizado um minicurso sobre pesquisa militante em novembro de 2017, fruto de uma parceria com a Articulação Universidade e Movimentos Sociais e o grupo de trabalho da CLACSO Investigación Militante Teoría e Método⁶.

As frentes abertas pelo Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina, portanto, são frutíferas para pensar a relevância do conhecimento acadêmico produzido em contextos de crise na América Latina, ainda que não exclusivamente. Ressaltamos, nesse texto, as abordagens dos trabalhos realizados no seio do NETSAL, o intercâmbio com outros grupos de pesquisa e pesquisadores na América Latina, e uma produção consistente e empiricamente orientada para o estudo das contestações sociais.

⁵ O livro pode ser encontrado no link a seguir: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/a-luta-urbana-por-seus-protagonistas-direito-a-cidade-direito-nas-cidades/>

⁶ Realizado com o apoio da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz; do CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (UFRRJ); do IPDMS – Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais; e do PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul.

QUANDO A UNIVERSIDADE TEM LUGAR NO DEBATE PÚBLICO: A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA)¹

When the university has a place in public debate: the trajectory of the Affirmative Action Multidisciplinary Studies Group (GEMAA)

Marcia Rangel Candido²

Poema Eurístenes Portela³

¹ Para demarcar a isonomia do concurso de ensaios desta edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, este texto não foi considerado entre os candidatos, haja vista que um dos coordenadores do GEMAA integrou o processo decisório e que uma das autoras é editora da revista.

² Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisadora do GEMAA desde 2014. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
E-mail: marciarangelcandido@gmail.com

³ Mestranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora do GEMAA desde 2015. E-mail: poemaeuristenes@gmail.com

RESUMO

Este ensaio elabora uma breve história do GEMAA, núcleo de pesquisa sediado no IESP-UERJ. Para tal, após uma pequena introdução, o texto ressalta três marcos de trajetória institucional: o *conteúdo* desenvolvido, que possui duas grandes linhas de investigação concentradas no acesso ao ensino superior, ou na diversidade em representações da indústria cultural; as estratégias de *comunicação*, caracterizadas pela contínua intervenção no debate público, a partir da interlocução com a mídia, atores governamentais e movimentos sociais; e, por fim, a *coletividade* do legado de conhecimento produzido, que reúne gerações de cientistas sociais. De uma maneira geral, a principal contribuição do GEMAA à sociedade tem sido a difusão de evidências empíricas de desigualdades raciais e injustiças sistemáticas contra os pretos e pardos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: GEMAA; Pesquisa; História institucional; Racismo; IESP-UERJ

ABSTRACT

This essay elaborates a brief history of the GEMAA, a research group based at IESP-UERJ. To this end, after a short introduction, the text highlights three milestones of institutional trajectory: the *developed content*, which has two main lines of research focused on access to higher education, or diversity in representations of the cultural industry; the *communication* strategies, characterized by the continuous intervention in the public debate, through the dialogue with the media, government actors and social movements; and, finally, the *collectivity* of the legacy of knowledge produced, which brings together generations of social scientists. Overall, GEMAA's main contribution to society has been the dissemination of empirical evidence of racial inequalities and systematic injustices against blacks and browns in Brazil.

KEYWORDS: GEMAA; Research; Institutional History; Racism; IESP-UERJ

A história das Ciências Sociais no Brasil é uma subárea relativamente consolidada, mas em rápido crescimento no que toca seu montante de publicações ao longo dos últimos anos. Embora sociólogos e antropólogos apresentem maior regularidade em autoria de textos sobre a trajetória de suas disciplinas, tal abordagem tem se tornado cada vez mais frequente também entre cientistas políticos (Jackson e Barbosa, 2017; Avritzer, Milani e Braga, 2016; Bulcourf, Márquez e Cardozo, 2015). Esses estudos observam, grosso modo, o contexto de formação e autonomização de campos do conhecimento, a partir de análises de intelectuais, apanhados sobre produção acadêmica, história de criação de cursos de graduação, mestrado e doutorado, associações profissionais e revistas especializadas. Os grupos de pesquisa, por seu turno, nem sempre são objeto de atenção.

O problema da referida “lacuna” é que subestima a importância desses espaços como lugares de institucionalização de projetos coletivos, onde estudantes e professores interagem e se formam como pesquisadores, demandam financiamentos, formalizam linhas de pesquisa e práticas de divulgação científica. É claro que nem todos os grupos de estudo são estruturados da mesma maneira, alguns privilegiam debates internos, outros organizam diferentes meios de publicação e buscam diálogo exterior à universidade. Ainda assim, a carreira de muitos docentes e pesquisadores, bem como a expansão de certas agendas temáticas, esbarram consideravelmente na atuação dos centros de pesquisa.

O presente ensaio tem como objetivo elaborar uma breve história do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), núcleo de pesquisa sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O texto procura gerar um documento de memória, mas se insere em uma conjuntura mais ampla, que é demarcada pela comemoração do cinquentenário da pós-graduação do IESP-

UERJ. Fundados, respectivamente, em 1969 (mestrado em Ciência Política), 1973 (mestrado em Sociologia) e 1976 (doutorado em ambas) no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e transferidos para a UERJ em 2010, os cursos do IESP são pioneiros no Brasil. Esta condição precursora faz com que a instituição seja reiteradamente mencionada em trabalhos de história das Ciências Sociais, mas pouco se sabe sobre os diversos grupos de pesquisa que a integram.

Além de buscar colaborar para o conhecimento de uma das partes que constituem o IESP-UERJ, o registro do desenvolvimento do GEMAA revela traços de continuidade da tradição de estudos sobre desigualdades nascida no antigo IUPERJ com professores como Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg, que contribuíram de maneira decisiva para desvelar o racismo da sociedade brasileira, criando inclusive subsídios para a ação política do Movimento Negro. O GEMAA também interveio, à sua própria maneira, em questões candentes do debate público sobre questões raciais, como a política de ação afirmativa para acesso ao ensino superior e a representatividade de pretos e pardos no audiovisual nacional.

Ademais, cabe refletir que no cenário político e social atual do país as Ciências Sociais estão em situação de risco. Ameaçados por discursos de ódio, precarização laboral e cortes em verbas na educação, os acadêmicos vinculados a instituições de ensino e pesquisa são desafiados incessantemente a provar a relevância pública do conhecimento científico e, mais especificamente, das humanidades. Para dar conta disso, após um relato da criação do GEMAA, três aspectos de sua trajetória institucional são discutidos: o *conteúdo*, a *comunicação* e a *coletividade*.

ORIGENS

A Rede de Estudos da Ação Afirmativa (REAA), liderada pelo cientista político João Feres Júnior e pelo economista Jonas Zoninsein foi a organização que antecedeu o GEMAA. A REAA funcionou de 2004 a 2007 no antigo

IUPERJ e tinha como finalidade não propriamente a produção de pesquisas sobre ação afirmativa (AA), mas promover o encontro, intercâmbio e colaboração de pesquisadores brasileiros e estrangeiros engajados em estudá-las. Em 2008, com o encerramento das atividades da REAA, Feres Júnior fundou o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, ainda nas dependências do antigo IUPERJ. Em parceria com Luiz Augusto Campos, Verônica Toste Daflon e Ana Claudia Jaquetto, estudantes de pós-graduação sob sua orientação, Feres Júnior levou à frente variadas pesquisas. Com a transferência do instituto para a UERJ em 2010, o GEMAA continuou em plena atividade, com apoio de subsídios públicos e privados, fornecidos pela Fundação Ford, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A seguir, o texto comenta mais detidamente particularidades marcantes da história do GEMAA, a começar pelo *conteúdo* dos estudos gestados no grupo.

CONTEÚDO

O nome do GEMAA comunica de maneira bem direta a linha de pesquisa mais substantiva do núcleo, que esteve como elemento central de projetos desde sua origem: os “estudos multidisciplinares de ação afirmativa”. Nesse guarda-chuva foram abarcadas perspectivas de teoria política, análises da cobertura midiática sobre o tema no Brasil, mensurações sobre desempenho de estudantes cotistas e não cotistas, comparações da execução da política em outros países como Estados Unidos, França e Índia, e acompanhamentos periódicos das AAs em universidades federais e estaduais, – mais recentemente incorporando não só a graduação, mas também a pós-graduação.

O grupo adota a seguinte definição de AA:

todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia,

raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas (Feres Júnior et al., 2018: p.13).

Mesmo que seja impossível sintetizar todas as diferentes abordagens do GEMAA ao estudo das AAs, é razoável apontar que os pesquisadores almejavam proporcionar um entendimento abrangente sobre o assunto, partindo da definição do conceito, passando por suas justificativas enquanto política pública, sua história em diferentes regiões do mundo - Norte e Sul do continente americano, Ásia e África -, e, sobretudo, seu impacto no Brasil. No país, por seu turno, um dos nichos mais polêmicos de efetuação de AAs foi no acesso ao ensino superior, que gerou intensa repercussão na mídia, em discursos políticos, tribunais de justiça, e, inclusive, em manifestos de intelectuais/acadêmicos (Feres, Daflon e Campos, 2010; Feres Júnior e Daflon, 2015; Feres Júnior *et al.*, 2018). Voltaremos a essa contenda na discussão sobre práticas de *comunicação* do núcleo.

A preponderância das AAs como objeto de estudo no GEMAA durou até meados de 2014, quando as linhas de pesquisa começaram a se diversificar. O enfoque em torno de políticas públicas passou, então, a tratar paralelamente de tópicos sobre representatividade em meios de entretenimento cultural, do cinema às telenovelas e dos videogames à publicidade. A diferença, contudo, é que a maior parte da nova leva de investigações não se debruçava mais sobre a formulação de respostas às assimetrias, mas sim em uma fase prévia, ou seja, na necessidade de produção de dados que mapeassem as desigualdades e fornecessem respaldo para demandas de ações do governo. O caráter singular dessa etapa pode ser delimitado pelo grupo ter oferecido à comunidade acadêmica, aos meios de comunicação e aos representantes públicos informações que abraçavam a interseccionalidade entre raça e gênero.

Nos quatro campos de entretenimento examinados – cinema, telenovelas, videogames e publicidade – o ponto de partida das pesquisas tem como base a pergunta “*quais* grupos sociais são representados e *como* eles são representados?”. Mesmo que uma parcela desses estudos esteja em estágio final

de coleta de dados, os resultados preliminares mostram estatisticamente a severa exclusão de pretos e pardos não só entre representações positivas, como até mesmo na própria composição das realidades representadas. É como se pessoas de cor preta ou parda, maioria entre a população brasileira quando somadas, não existissem no plano das imagens sobre o país (Candido *et al.*, 2014; Candido, Campos e Feres, 2016; Feres Júnior e Martins, 2017; Eurístenes, Machado e Feres Júnior, 2018; Candido e Feres, 2019). Em relação à indústria cinematográfica nacional, todavia, a extensa duração de pesquisas e a multiplicidade de publicações circuladas pelo GEMAA propiciou visibilidade sobre o tema e maior envolvimento da sociedade, caso que será indicado na próxima seção.

As AAs e os tipos de participação de grupos raciais em representações da indústria cultural têm dominado as pesquisas do grupo, seja em disponibilidade de recursos de financiamento, ou em mão-de-obra utilizada. Mas o GEMAA aprofundou outras temáticas de importância pública, como a inserção de homens e mulheres, brancos, pretos e pardos na política institucional (Campos e Machado, 2014), o enquadramento de experiências de racismo na mídia (Toste *et al.*, 2014) e a propagação de dados sobre raça e gênero na sociedade brasileira (Leão *et al.*, 2017; Campos, Franca e Feres Júnior, 2018). Como, não obstante, os estudos realizados dentro de programas de pós-graduação chegam ao público? Na história do núcleo, a *comunicação* científica é um componente fundamental, conforme comentamos na segunda seção.

COMUNICAÇÃO

Não é sempre que um grupo de pesquisa consegue, ou mesmo almeja, consolidar diálogos para “fora” dos muros das universidades. Essa característica oscila não apenas por gostos pessoais de organização dos respectivos integrantes, mas pelo caráter de assuntos estudados, que pode estar relacionado estritamente a debates teóricos, sem tangenciar pautas exteriores à

academia e, portanto, pouco interessantes aos não especialistas; assim como pela abertura do entorno, que torna suscetível ou não interações com a mídia, os movimentos sociais e os atores governamentais. O GEMAA, desde 2008, conquistou espaço de intervenção pública, por lidar com agendas de pesquisa relevantes no desenvolvimento de políticas públicas e centrais à atuação de movimentos sociais. Isso significa que, além de ter sido alvo de extensas reportagens e fonte para matérias jornalísticas, o núcleo também tomou parte, por exemplo, no princípio das reuniões do Fórum pela Promoção da Igualdade Racial (FOPPIR), nas primeiras discussões sobre a avaliação da política de cotas nas universidades através do Ministério da Educação (MEC) e na efetivação do recorte de raça e gênero nos trabalhos da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), assim como participou de ações de coletivos⁴ e de encontros na Secretaria do Audiovisual (SAv) do Ministério da Cultura (MinC)⁵.

⁴ Alguns casos foram: o seminário “Quem tem medo das mulheres no audiovisual?”, realizado pelo *Coletivo Vermelha* no Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo em 2016, o *Cineclubes Delas*, campanha “Machismo no Audiovisual”, do canal do Youtube *Sobre Elas*.

⁵ A interlocução do GEMAA com a ANCINE começou depois da divulgação dos primeiros resultados da pesquisa de cinema divulgados em 2014. Graças à convite e diálogo com Eloíza Mara, Maria Gabriela Pereira e Carolina Costa, o grupo apresentou dentro da agência o estudo “A Cara do Cinema Nacional” (Daflon, Candido e Moratelli). Após essa data, encontros e apresentações regulares foram ocorrendo. Destacam-se, por exemplo, que as pesquisadoras do núcleo (Candido e Daflon) estiveram em reunião com uma das gestões de direção da agência (Débora Ivanov), representaram o GEMAA no Seminário Internacional Mulheres no Audiovisual, promovido na Casa de Rui Barbosa em 2017 (Candido), encontraram formalmente servidores da ANCINE para auxiliar em metodologia de pesquisas sobre representatividade (Feres Júnior e Candido) e integraram o Grupo de Trabalho – Diversidade de Gênero e Étnico-Racial no Audiovisual, a convite da SAv, no Ministério da Cultura (MinC). Como consequências dessa relação, é possível apontar o lançamento de cotas de raça e gênero em editais de fomento público e circulação de relatórios institucionais de diversidade. Ver, dentre outros:

“Aprovadas cotas para mulheres, negros e indígenas em edital para produção cinematográfica”. ANCINE, 2018. Disponível em:

<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/aprovadas-cotas-para-mulheres-negros-e-ind-ge-nas-em-edital-para-produ-o> Acesso em 9 de setembro de 2019.

“ANCINE publica Informe sobre Diversidade de Gênero e Raça no cinema em 2016”. ANCINE, 2018. Disponível em:

<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-publica-informe-sobre-diversidade-de-g-nero-e-ra-no-cinema-em-2016> Acesso em 9 de setembro de 2019.

Para aludir rapidamente à atuação do GEMAA no debate público, sabe-se que as AAs foram campo de intensa disputa. No que toca à instituição dessas iniciativas nas universidades públicas do país, o grupo mostrou que os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* controlavam a discussão de AAs para negros, veiculando uma posição predominantemente negativa à sua adoção (Campos, Feres Júnior e Daflon, 2013; Campos *prelo*). Entre os argumentos contrários e favoráveis à política, as pesquisas científicas acresceram à sociedade desconstruindo mitos e sentidos comuns, tais como a noção de que cotistas teriam performance inferior aos não cotistas; a ideia que as AAs causavam erosão da identidade nacional; e até a interpretação de que constituíam uma afronta à igualdade de direitos, sendo ineficientes no cumprimento de seus intuitos (Feres, Daflon e Campos, 2010; Feres Júnior e Daflon, 2015; Feres *et al.*, 2018).

A disseminação das pesquisas do GEMAA ocorre em formatos variados: textos de discussão, levantamentos, infográficos, boletins, relatórios de desigualdades e, de modo mais amadurecido, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros⁶. O que distingue cada uma das publicações é o grau de complexidade de apresentação dos argumentos e dados das pesquisas. A ideia do grupo ao efetivar práticas tão diversas é democratizar e socializar seus estudos da maneira mais ampla possível. Consequentemente, a conexão com grandes meios de comunicação acaba facilitada e citações na imprensa tornam-se comuns⁷.

As versões mais consolidadas de reflexões de longo prazo, por sua vez, ganharam forma em quatro livros já publicados: o *Guia Bibliográfico Multidisciplinar da Ação Afirmativa: Brasil, África do Sul, Índia e EUA*, organizado por João Feres Júnior, Marina Pombo de Oliveira e Verônica Toste Daflon; *Ação Afirmativa e Universidade: Experiências Nacionais Comparadas* e *Ação Afirmativa no*

⁶ Para mais informações, consultar <http://gema.icsp.uerj.br> Acesso em 9 de setembro de 2019.

⁷ Para acessar um histórico do diálogo do GEMAA com a mídia consulte: *GEMAA na Mídia*. Disponível em: <http://gema.icsp.uerj.br/gema-na-midia/> Acesso em 9 de setembro de 2019.

Ensino Superior Brasileiro, ambos de João Feres Júnior e Jonas Zoninsein; e, o mais recente, *Ação afirmativa: conceito, história e debates*, de João Feres Júnior, Luiz Augusto Campos, Verônica Toste Daflon e Anna Carolina Venturinni.

Nas teses de doutorado, a história do GEMAA está presente em *Enquadrando a Esfera Pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*, finalizada por Luiz Augusto Campos em 2013 e que está em processo de produção em livro pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ); *Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro* (2014), de Verônica Toste, que também defendeu o mestrado vinculada ao núcleo com a pesquisa *Políticas de Reserva: o Modelo Indiano de Ação Afirmativa* (2007); e *Ações afirmativas para ingresso em cursos de pós-graduação*, de Anna Carolina Venturini (2019).

Entre as dissertações, soma-se a *Invisibilidade de narrativas e visibilidade de estereótipos: o problema da representatividade das mulheres negras no cinema nacional* (2016), de Marcia Rangel Candido. Fora isso, Raissa Rodrigues, Marcelle Félix e Laís Muller Napoleão, gerações mais novas de pesquisadoras, têm conduzido projetos de mestrado e doutorado associados ao GEMAA. A evolução que certos quadros de estudantes atravessam em meio a grupos de pesquisa evidencia o caráter coletivo de construção desses espaços, responsáveis por aprimorar formações, ao mesmo tempo em que são transformados por elas. É disso que se ocupa o trecho abaixo: *coletividade*.

COLETIVIDADE

O caráter coletivo de grupos de pesquisa pode se resumir apenas ao aspecto formal de institucionalização de uma união de pessoas interessadas nas mesmas agendas temáticas. Na trajetória do GEMAA, no entanto, isso é saliente não só nas teses e dissertações, de autoria individual, mas nas inúmeras práticas de publicação do grupo, que congregam escritos de jovens pesquisadores às diretrizes e revisões de coordenadores mais experientes. A apresentação dos estudos é pensada em reuniões, no decorrer dos processos de levantamento de dados e, finalmente, na difusão deles.

Com a liderança de João Feres Júnior e, a partir de 2014, contando com a parceria de coordenação de Luiz Augusto Campos, mais de trinta pessoas tiveram – ou têm – suas carreiras acadêmicas vinculadas ao GEMAA, sendo elas, além dessas que vos escreve, Anna Carolina Venturini, Águida Bessa, Beatris Lima, Bruno Salgado, Caroline Seródio, Cleissa Regina de Oliveira, Daniel Duque, Eduardo Barbabela, Flávio Carvalhaes, Gabriella Moratelli, Gizelle Castro, Jefferson Belarmino de Freitas, Laís Müller, Larissa Soares, Leandro Guedes, Leonardo Nascimento, Lorena Miguel, Luisa Calixto, Luna Sassara, Marcell Machado, Marcelle Felix, Natalia Leão, Pedro Ramos, Raissa Rodrigues, Thyago Simas, Vivian Nascimento e Yan Aguiar.

A programação do *I Seminário GEMAA*, realizado em 2015 e intitulado “Gênero e Raça no Audiovisual”, por seu turno, registra mais uma faceta do traço de *coletividade* da estruturação do grupo: foram efetivados diálogos e organizadas mesas com especialistas em cinema negro, diretoras de curtas-metragens com protagonismo de negros, e servidoras da ANCINE. Do lado do GEMAA, dividiram as palestras os coordenadores (Feres Júnior e Campos), a doutora e então longeva pesquisadora do núcleo, Verônica Daflon, e Marcia Candido, à época, mestranda em Ciência Política no IESP-UERJ. Sobre esse último quesito, destacamos um aspecto: ao contrário de priorizar apenas pessoas com títulos de doutorado em eventos públicos, os professores que lideram o grupo fazem um movimento rotineiro de valorização e incentivo a iniciantes na academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente edição comemorativa dos cinquenta anos da pós-graduação do IESP-UERJ, escolhemos falar sobre a trajetória de um de seus grupos de pesquisa sob a perspectiva de quem compreende o papel central destes espaços no ambiente acadêmico. Nossa proposta, longe de pretender ser um registro neutro, haja vista que o texto tem autoria de pesquisadoras vinculadas ao núcleo, foi de construção de memória e contribuição à parte de

uma história institucional mais ampla. Em virtude da limitação de páginas que este dossiê impunha, o ensaio reuniu resumidamente alguns marcos da trajetória do GEMAA.

Em mais de dez anos de existência, como desdobramento de quatorze projetos de pesquisa, os profissionais associados ao grupo produziram, além das teses e dissertações mencionadas, aproximadamente quarenta artigos; cinco livros; dois relatórios compilando estatísticas públicas das desigualdades no Brasil; dezenove textos para discussão (TDs); onze levantamentos de dados relacionadas às políticas de AAs nas universidades públicas; treze infográficos e seis boletins. Listar essas publicações, mais do que mensurar quantitativamente o trabalho empenhado por integrantes do núcleo, almeja ilustrar o que apresentamos neste texto: uma atuação comprometida com divulgação científica e interlocução com a sociedade. O modelo de trabalho construído pelo GEMAA possui a capacidade de tangenciar temas centrais tanto para o debate público, quanto para áreas consolidadas no meio acadêmico, com uma escrita diversa, objetiva e acessível. Visitar seus aspectos de *conteúdo*, *comunicação* e *coletividade* torna-se, nesse sentido, também um modo de ponderação acerca das práticas desenvolvidas para alcançar a opinião pública e diluir as fronteiras entre “especialistas” e a população, movimento tão necessário, ontem e hoje.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. MILANI, Carlos. BRAGA, Maria do Socorro. (2016), *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. FGV: Rio de Janeiro, 449p.
- BULCOURF, Pablo. MÁRQUEZ, Enrique. CARDOZO, Nelson. (2015), “Historia y Desarrollo de la Ciencia Política en América Latina: Reflexiones sobre la Constitución del Campo de Estudios”. *Revista de Ciencia Política*, v.35, n.1, p.179-199.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2014), “A Cor e o Sexo da Política: composição das câmaras federais e estaduais (2014)”. *Textos para discussão GEMAA*, n. 7, p. 1-21.

CAMPOS, Luiz Augusto. FERES JÚNIOR, João. (2016), “Globo, a gente se vê por aqui?” Diversidade racial nas telenovelas das últimas três décadas (1985 – 2014). *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v.23, n.1, p.36-52.

CAMPOS, Luiz Augusto. FERES JÚNIOR, João. DAFLON, Verônica Toste. (2013), “Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, p.7-31.

CAMPOS, Luiz Augusto. FRANCA, Danilo. FERES JÚNIOR, João. (2018), “Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe”, *GEMAA*, n.2, p.1-18.

CAMPOS, Luiz Augusto. (prelo), *Em Busca do Público: a controvérsia das cotas na imprensa*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

CANDIDO, Marcia. CAMPOS, Luiz Augusto. FERES JÚNIOR, João. (2016), “A Cara do Cinema Nacional”: gênero e raça nos filmes nacionais de maior público (1995-2014)”. *Textos para discussão GEMAA*, n. 13, p. 1-20.

CANDIDO, Marcia. FERES JÚNIOR, João. (2019), “Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro”. *Revista Estudos Feministas*, v.27, n.2, p.1-14.

CANDIDO, Marcia. MORATELLI, Gabriela. DAFLON, Verônica Toste. FERES JÚNIOR, João. (2014), “A Cara Do Cinema Nacional”: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012). *Textos para discussão GEMAA*, n. 6, p. 1-25.

EURÍSTENES, Poema. MACHADO, Marcell. FERES JÚNIOR, João. (2018), “Representação de gênero e raça em videogames”. *Textos para discussão GEMAA*, n. 17, p. 1-23.

FERES JÚNIOR, João. CAMPOS, Luiz Augusto. DAFLON, Verônica Toste. VENTURINI, Anna Carolina. (2018), *Ação Afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 208p.

- FERES JUNIOR, João. DAFLON, Verônica. (2015), “A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público”. *Opinião Pública*, v.21, n.2, p.238-267.
- FERES JUNIOR, João. DAFLON, Verônica. CAMPOS, Luiz Augusto. (2010), “Cotas no STF”, *Insight Inteligência*, v. 49, p.124-136.
- FERES JÚNIOR, João. MARTINS, Cleissa Regina. (2017), “Gênero e Raça nas Revistas de Bordo”. *Textos para discussão GEMAA*, n. 15, p. 1-19.
- JACKSON, Luiz Carlos. BARBOSA, Darlan. (2017), “História das Ciências Sociais Brasileiras”. In: MICELI, Sergio. MARTINS, Carlos. (org). *Sociologia brasileira hoje*, São Paulo: Ateliê Editoria, 374p.
- LEÃO, Natália. CANDIDO, Marcia. CAMPOS, Luiz Augusto. FERES JÚNIOR, João. (2017), “Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe”, *GEMAA*, n.1, p.1-21.
- MACHADO, Marcell. Eurístenes, Poema. FERES JÚNIOR, João. (2017), “Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2017)”. *Levantamento das políticas de ação afirmativa*, GEMAA.
- TOSTE, Verônica. SASSARA, Luna. FERES JÚNIOR, João. BARBABELA, Eduardo. MORATELLI, Gabriela. (2014), “Os casos de suspeita de racismo noticiados pela Folha de S. Paulo: 2001-2012”. *Textos para discussão GEMAA*, n. 5, p. 1-74.

AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA REGINA SOARES DE LIMA PARA A CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Maria Regina Soares de Lima's contributions to Brazilian political Science

Marianna Albuquerque¹

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) . E-mail: marianna_raq@yahoo.com.br

RESUMO

Este breve ensaio busca apresentar as principais contribuições da professora e pesquisadora Maria Regina Soares de Lima para a Ciência Política brasileira. São destacados temas como a inclusão da economia política nas análises de política externa, a caracterização da política externa como política pública e a importância da América do Sul para as Relações Internacionais do Brasil. No ano em que a tradição do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) completa cinquenta anos, cabe ressaltar a contribuição teórica de uma intelectual que faz parte dessa história.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Regina Soares de Lima; Ciência Política Brasileira; IESP-UERJ

ABSTRACT

This brief essay aims to present the main contributions of professor and researcher Maria Regina Soares de Lima to the Brazilian Political Science field. Issues such as the inclusion of political economy in foreign policy analysis, the characterization of foreign policy as public policy and the importance of South America for Brazil's international relations are highlighted. In the year of the Institute of Social and Political Studies' 50th anniversary, it is worth mentioning the theoretical contribution of an intellectual who is part of this history.

KEYWORDS: Maria Regina Soares de Lima; Brazilian Political Science; IESP-UERJ

INTRODUÇÃO

No final da década de 1970, o Brasil vivia um período de transição. Anos de governos autoritários tinham levado brilhantes pesquisadores para a busca de uma vida em segurança fora do país, mas a abertura iniciada e pactuada para uma nova democracia trazia a esperança de dias melhores. As mudanças a nível nacional eram acompanhadas de oscilações individuais na vida dos acadêmicos que decidiram ficar e pesquisar em um contexto no qual, mais do que nunca, conhecimento era sinônimo de resistência. Entre eles, estava Maria Regina Soares de Lima. A pesquisadora permaneceu em instituições nacionais enquanto os colegas de profissão estavam saindo ao exílio, e partiu ao exterior exatamente no período em que os mesmos estavam voltando. A mobilidade internacional foi para cursar doutorado, que chegou ao fim com seu retorno em 1986, trazendo uma tese premiada e publicada em livro.

Para muitos, a tese de doutorado é o início de uma carreira promissora. Para Soares de Lima, a tese foi a confirmação de uma trajetória já brilhante como professora e pesquisadora no Brasil. Sua primeira casa foi o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e esta ainda é sua instituição de trabalho, pois Soares de Lima passou por mais uma transição em sua história, ao ver o antigo IUPERJ ser transferido ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). No meio do caminho, ainda se somaram vinte anos como professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ), entre 1987 e 2010. Em paralelo, diversas carreiras foram construídas a partir de suas aulas e orientações.

Não são muitas pessoas que têm em sua trajetória pessoal os marcos de construção de um campo de conhecimento, e Maria Regina certamente é uma delas. Uma das professoras que leciona há mais tempo no IESP, considerando a época do IUPERJ, é também uma das mais humanas, generosas e empáticas da academia brasileira. Tantas características positivas no âmbito privado são acompanhadas de igual qualidade para o empenho profissional. Esse breve

ensaio possui como objetivo, portanto, ressaltar as principais contribuições teóricas que Soares de Lima escreveu, criou e pensou, e que a transformaram em uma das grandes referências dos temas internacionais dentro da Ciência Política brasileira e mundial. Para tal, está estruturado em três aspectos centrais: 1. a economia política; 2. a política pública; e, 3. a América do Sul, a serem desenvolvidos abaixo.

1. A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA EXTERNA: QUANDO A TESE VIRA CÂNONE

Em 1986, Soares de Lima defendeu sua tese de doutorado na Vanderbilt University, nos Estados Unidos, sob orientação do Prof. John Dorsey Jr. Na obra, a autora abordou um tema pelo qual o subcampo das Relações Internacionais é comumente criticado pelas demais áreas da Ciência Política: a ausência da economia nas análises. Pelas teorias clássicas, as interações entre os Estados no sistema internacional são direcionadas por explicações como o poder do Estado, seu relacionamento com os demais pares ou sua capacidade de produção normativa. Quando a economia entra na análise, normalmente esta relação é feita por chaves de leitura marxistas, que internacionalizam a abordagem. É nesse ponto que reside a inovação da autora: em *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu* (2013), Soares de Lima buscou na economia doméstica do Brasil os condicionantes para as opções de política externa.

A partir desse estudo, a autora inaugurou a verdadeira tese de sua tese: a política externa precisa ser estudada como política pública. *Sui generis* e com particularidades, certamente, mas é necessário abrir a caixa preta do Estado e olhar a interação dos princípios e valores tradicionais de atuação do país com a composição corrente dos atores, das agendas e dos interesses daqueles capazes de influenciarem os tomadores de decisão (Soares de Lima, 2000). É por meio dessa abordagem que atores não tradicionais como lobbies, empresariado,

mídia, militares, academia e movimentos sociais passam a ser tema de estudo de gerações e gerações que se seguiram.

Não é só a configuração de forças externas – apesar destas não serem desprezíveis e, muitas vezes, vinculantes – que determina o curso escolhido. Soares de Lima considerou, em seu estudo, que a existência de um consenso entre as elites governantes também é um elemento que impacta o grau de comprometimento e envolvimento do país com a ordem externa. No Brasil, a resolução precoce dos problemas de fronteira fez com que as elites nacionais pensassem o país como uma “potência satisfeita”, de vocação pacífica, o que deslegitimou os gastos militares e gerou pouco apoio às pretensões em temas de segurança internacional. Este aspecto relaciona-se com outra linha de estudos desenvolvida pela autora: a possibilidade de emergência dos Estados no sistema internacional.

2. POTÊNCIAS EMERGENTES: QUAL O PAPEL DO BRASIL NO MUNDO?

Quando a Guerra Fria acabou formalmente, após a dissolução da União Soviética, em 1991, os principais especialistas das Relações Internacionais começaram a elaborar análises sobre as mudanças que o fim da bipolaridade geraria. Soares de Lima (1996), nessa linha, debruçou-se sobre o que considerava como teses equivocadas sobre a ordem mundial no pós-Guerra Fria. Entre as teorias aventadas pela literatura, a autora desconstrói argumentos dados até então como verdade, mostrando, por exemplo, que a tese da utilidade decrescente da força militar não se sustenta em um mundo pós-nuclear, que a unipolaridade sob comando dos Estados Unidos dependeria de forte respaldo interno, e que estaria se formando um concerto entre potências, ao mostrar que são baixos os desincentivos a comportamentos unilaterais em uma ordem pretensamente multipolar.

Cabe ressaltar, ainda, a quarta tese esmiuçada no texto: a de que o fim da Guerra Fria teria gerado um aumento dos espaços comunitários e de

cooperação no sistema. Segundo os defensores desse argumento, haveria novas oportunidades para países intermediários ascenderem no sistema. Soares de Lima pretende mostrar como o cálculo não é tão simples. Dois elementos já mencionados ajudam a explicar porque: a vontade de ascender depende das variáveis domésticas, e a economia política das relações abre ou fecha espaços para cada ascensão. Nas palavras da autora:

Desta forma, a questão não é apenas a continuidade das instituições criadas no período da Guerra Fria ou mesmo a sua permanência, ainda que modificadas. O problema é como incidirão as questões distributivas na montagem de um novo arcabouço institucional, qualquer que seja ele. Como se sabe, os resultados de conflitos distributivos tendem a ser resolvidos, prioritariamente, pelo poder de barganha relativo dos atores envolvidos. Por outro lado, como já observado, a erosão da fronteira interno-externo, em função da interpenetração econômica, poderá levar à geração de uma carga adicional de conflitos distributivos entre países desenvolvidos, em especial com relação à escolha dos padrões a partir dos quais se fará a convergência econômica (LIMA, 1996: n.p.).

Esses conflitos distributivos do pós-Guerra Fria geraram novas estratificações entre os Estados no sistema, nivelando os espaços de ação prioritários das grandes potências, dos países intermediários e dos países pequenos. Inúmeros termos surgiram na literatura para classificar o estrato médio, do qual o Brasil seria parte. Foi a partir do diálogo com esta bibliografia que Soares de Lima enveredou por uma nova corrente de estudos: o papel das potências emergentes na reconstrução da ordem. Segundo a autora (2005), apesar de não haver consenso sobre a definição do termo, as potências emergentes possuiriam pelo menos um de três fatores identificáveis: capacidade material condizente, percepção do *status* e reconhecimento dos demais, sobretudo daqueles Estados considerados grandes potências.

Estes três fatores seriam indícios das diferenças do percurso de Brasil, China e Índia, por exemplo, nas últimas décadas. Se nos dois últimos havia significativa convergência entre elites sobre o papel de protagonista a ser (re)conquistado, o Brasil é um Estado em que o “consenso” sobre o que o país quer ser foi historicamente errante. As instabilidades foram marcadas pelas

supramencionadas resolução precoce de fronteiras e falta de respaldo político para galgar voos maiores, em parte pelos problemas internos e pelo relacionamento diferenciado com o entorno regional imediato: a América do Sul.

3. AMÉRICA DO SUL: CONTINENTE PACÍFICO?

Novamente indo na contramão da produção literária, Soares de Lima questionava as afirmações de que o Brasil estava em um continente eminentemente pacífico. Tal posição apagaria uma vasta gama de debates políticos internos sobre qual rumo tomar nas relações regionais, desde a fundação da república, bem como colocaria nas sombras os conflitos existentes e atuais entre vizinhos. Ao mesmo tempo, por serem Estados intermediários ou pequenos, a melhor alternativa para os sul-americanos seria abraçar o regionalismo. De acordo com a autora:

No regionalismo estrutural ou pós-liberal, a região, concebida como integração física, produtiva e social supõe uma representação da mesma como um espaço de lugares nacionais, na concepção convencional de espaço geográfico. Como na maioria das regiões periféricas onde o legado colonial é marcante, na América do Sul todos os eixos de relacionamento e interação estão voltados para fora, para as antigas metrópoles e para os mercados desenvolvidos. A ideia de região embutida no conceito estrutural supõe a mudança da direção destes vetores de modo a fazê-los convergentes entre si, voltados para dentro da região (SOARES DE LIMA, 2010: p.5).

Foi no intuito de enfatizar a relevância e a importância da América do Sul enquanto agenda de pesquisa que Soares de Lima fundou, em 2003, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA), que completou 15 anos de atividade em um seminário internacional, em 2018. Por meio das publicações e análises de conjuntura, formou-se uma rede de pesquisadores e alunos interessados em pesquisar a região e compreender os desafios da América do Sul no século XXI.

CONCLUSÃO

No ano que o IESP-UERJ faz cinquenta anos, contando o tempo em que o instituto ainda era IUPERJ, o Brasil novamente encontra-se em um momento de transição. Nos ciclos de autoritarismo e redemocratização, resistiram as instituições e resistiram as pessoas. Entre estas, Maria Regina Soares de Lima aproveitou as adversidades para se reinventar. Fazer doutorado no exterior, quando poucos saiam do Brasil com data de retorno? Desafio aceito. Fundar um grupo de pesquisa sobre América do Sul, quando os Estados Unidos pareciam o grande tema? Por que não? Orientar alunos que querem estudar temas inovadores e desafiantes? “Não é pra isso que servem os professores?”. Que o IESP-UERJ possa ter o legado de Soares de Lima pelos próximos cinquenta.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Maria Regina Soares de. (2013), *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: Funag.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (2010), “Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira”. *Plataforma Democrática*. Working Paper n. 3.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (2005), “A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n.1, pp. 24-59, 2005.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (2000), “Instituições Democráticas e Política Exterior”. *Contexto Internacional*, vol. 22, n.2, pp 265-303, 2000.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (1996), “Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial do pós-Guerra Fria”. *Dados*, vol. 39, n. 3, 1996, n.p.

POR MAIS SOCIEDADE NO ESTADO: OS ESTUDOS DE RENATO BOSCHI SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA REDEMOCRATIZAÇÃO¹

For more society in the State: Renato Boschi's studies on social movements in redemocratization

Helio Cannone²

¹ Para demarcar a isonomia do concurso de ensaios desta edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, este texto não foi considerado entre os candidatos, haja vista que o autor é editor da revista.

² Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ, com bolsa do CNPq. Membro do grupo de pesquisa em Teoria Política e Pensamento Político brasileiro (Beemote) e do Grupos de Estudos de Economia e Política (GEEP). E-mail helio.cannone@gmail.com

RESUMO

Este ensaio pretende-se uma leitura do célebre estudo *A arte da associação* do professor Renato Boschi. A interpretação que seguimos é a de que, em um contexto intelectual de crítica sociológica ao papel do Estado e de ênfase na sociedade civil, a obra contribuiu com uma visão matizada desta relação. Para além de uma abordagem interacionista, Renato Boschi propõe que seria preciso colocar mais sociedade no Estado, para só assim fortalecer a então renascida democracia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Estado e sociedade, associativismo, redemocratização, movimentos sociais

ABSTRACT

This essay aims to be an interpretation of the famous book *A arte da associação*, written by the Professor Renato Boschi. We follow the interpretation that, in an intellectual context of sociological critics of the State, the work of Professor Boschi has contributed with a balanced way of seeing the relation between society and State. Beyond interactionist approach of Renato Boschi, his proposal was that would be necessary to put more society inside the State. In that way we could have a stronger democracy in Brazil.

KEYWORDS: State and society, associativism, redemocratization, social movements

Renato Boschi é um cientista político que ficou conhecido por sua larga produção acerca de temas como Capacidades Estatais, Desenvolvimento, Economia Política e Relações do Estado com o Empresariado. Entretanto, *A arte da Associação* (BOSCHI, 1987) mostra uma outra faceta deste cientista social. Sempre preocupado em sua agenda de pesquisa com as interações entre Estado e Sociedade Civil, o autor debruçou-se nesta obra na questão das ações coletivas e as mudanças políticas por elas causadas.

De fato, não foi a primeira vez que o intelectual enfatizou sua análise no comportamento político da sociedade civil. Ainda em sua dissertação de mestrado, a primeira defendida – em 1970 – no antigo IUPERJ, Renato Boschi procurou compreender como os moradores de favelas se inseriam nas dinâmicas institucionais de transformação social. Já na sua tese de doutorado, defendida em 1978 na Universidade de Michigan, o foco deslocou-se para o papel do empresariado na ordem política posterior ao golpe de 1964. Se nas análises de nosso autor nunca faltou um olhar sensível sobre o lugar de grupos sociais organizados frente ao Estado, este último também jamais foi desprezado em suas análises. *A arte da Associação* (BOSCHI, 1987) foi escrito no calor do momento de redemocratização do Brasil e forneceu, naquele momento, uma análise sobre a interação entre associações e instituições políticas em que o primeiro não é posto como superação do segundo, que, por sua vez, é criticado sem ser transformado em vilão.

Ao discutir questões teóricas sobre os Movimentos Sociais na democratização, o autor afirma que existiria “[...] uma certa idealização implícita nessas avaliações.” (BOSCHI, 1987, p. 23). As correntes de análise que então estavam em vigor superestimariam os movimentos sociais, os vendo como corte radical com as instituições liberais, sem pensar que elas são fundamentais para concretização do impacto destes movimentos. O cientista político enfatiza que a mediação institucional é necessária para reprodução e manutenção dos movimentos.

Renato Boschi também discorda da produção bibliográfica que indica as práticas não-institucionais como domínio privilegiado da liberdade. O maior problema destas análises seria o de excluir a coerção como elemento importante da ação coletiva, além de não levar em conta que sem Instituições estas práticas não são sustentáveis a longo prazo. Também incomoda nosso autor a visão de que os movimentos sociais seriam forças autônomas e espontâneas que se contraporiam a uma estrutura político-partidária gasta e ineficiente. Esta percepção simultaneamente superestima a capacidade de ação dos movimentos e subestima os Partidos políticos. Ao tentar enxergar os dois enquanto fenômenos separados, os autores desta corrente não perceberiam a interação entre as duas.

Não seria aconselhável, segundo o autor, tomar o discurso dos movimentos sobre o sistema partidário como reflexo exato de suas práticas. Os movimentos sociais ampliam a esfera de canais legítimos de participação política frente ao fato de que o partido não consegue mais ser o único e principal aglutinador social, no entanto, isso não indicaria uma decadência dos partidos como forma de representação e de participação. A tendência histórica verificada desde a Inglaterra do século XVIII seria de que ambos passariam a existir enquanto canais. Com exceção de movimentos estritamente revolucionários, – que são minoria – a ação coletiva é orientada para mudanças nas instituições e geralmente se convertem em demandas por regulação em uma esfera a qual o Estado não incluía.

Em um esforço de universalização equivocada do caso específico inglês, a bibliografia associaria erroneamente o aumento da industrialização com o surgimento de movimentos sociais. Mesmo em outros países tidos como desenvolvidos – Japão, Estados Unidos e Austrália – esta tendência geral não se verificaria. O que estes casos teriam em comum no momento de proliferação de associações seria a existência de uma “classe média educada”, somada a uma retórica de promoção da democracia por fora de canais tradicionais e demandas por autonomia em estruturas de poder altamente

centralizadas. Já no Brasil, a retórica autonomista coexistiria com uma prática reivindicatória de ação do Estado. Porém, na maioria dos casos em diversos países, os movimentos são marcados por um padrão de negociação com o Estado, e, portanto, enquadrados institucionalmente.

Para Renato Boschi, os “novos movimentos sociais” – termo que o próprio autor considera impreciso – se configurariam como espaço de constituição de novas solidariedades e canais legítimos para se atingir metas inalcançáveis somente pelos canais tradicionais saturados. Mas, eles não seriam substitutivos das instituições já estabelecidas, e sim formas complementares de participação política para a afirmação de sujeitos coletivos em democracias.

O quarto e o quinto capítulo de *A arte da Associação* buscam preencher a lacuna da bibliografia que foi descrita anteriormente, com estudos sobre participação coletiva da classe média. No primeiro, é tratada as Associações de bairro e no posterior as Associações profissionais e o sindicalismo de classe média. Nos anos 1970, teriam ocorrido mudanças sociais que tornaram a estrutura de classe mais complexa. Uma nova classe média teria se formado pelo declínio da classe média urbana e pela ascensão do fluxo de mobilidade para profissões técnicas assalariadas. Já nos anos 1980, as políticas recessivas foram responsáveis por atenuar a perspectiva de crescimento destes segmentos sociais em ascensão, contribuindo para a sua configuração como atores políticos de oposição da Ditadura militar.

O cientista social concentra sua análise nas associações de bairro formados no Rio de Janeiro entre 1980 e 1982, pois, segundo ele, a cidade seria *locus* privilegiado de formação destes movimentos. Desde os anos 1950, o Rio de Janeiro teria tradição associativa da classe média, devido ao fato de ter sido capital federal, ela crescera simultaneamente à burocratização do Estado. O objetivo inicial deste movimento seria o de corrigir distorções nas políticas públicas, fornecendo subsídios às agências do Estado.

O Período de maior desenvolvimento associativo – anos 1970 e 1980 – é concomitante com a diminuição das taxas de emprego e da renda per capita.

Este ímpeto de ação coletiva também ocorreu ao mesmo tempo em que se iniciou a liberalização do regime. O próprio fim do Ato Institucional nº 5 garantiu constitucionalmente o direito de associação e, depois, a concessão de Anistia deu uma maior sensação de segurança para as organizações sociais. Todavia, uma Legislação eleitoral que expressava a tentativa de controle por parte do regime, somada a restauração do multipartidarismo (que confundiria o eleitor) pode ter gerado a descrença em vias pré-estabelecidas de mudanças política, incentivando a associação coletiva.

A diferença das associações dos anos 1970 e 1980 quando comparadas com as dos períodos anteriores é que elas teriam uma orientação ideológica que conceberia as organizações como aberturas de espaços democráticos com base no nível local. Ao mesmo tempo, as associações de bairro se posicionavam sobre questões políticas nacionais. Os processos internos de eleição e deliberação das associações são vistos por elas como forma de criação e reprodução de valores democráticos que se contrapõem ao ambiente externo autoritário. Contudo, o autor enfatiza mais uma vez que, apesar de elas representarem de fato uma força pujante de participação da sociedade civil, seu padrão é reivindicar ação estatal.

No último capítulo do livro, antes da conclusão, o cientista social aborda a transição para a democracia e a consolidação de uma nova sociedade no Brasil. Segundo o autor, as associações ajudaram a flexibilizar o controle autoritário sobre a sociedade durante o processo de redemocratização. Elas teriam aberto frentes alternativas de atuação quando os processos institucionais eram rígidos e poucos permeáveis. A sociedade organizada é vista por Renato Boschi como um ingrediente importante para a transição no Brasil ter sido pacífica e gradual. Seria no esforço autônomo de grupos organizados que haveria surgido a base para substituição de um sistema corporativista e autoritário por um sistema pluralista.

Para o cientista político, a especificidade do processo de transição brasileiro seria de que ele não evidenciara a existência nem de um sistema

partidário estável e nem o predomínio de uma sociedade pluralista, solidamente organizada. Pelo contrário, eram dois fatores que se faziam necessários e que estavam em processo de formação. Para manter um padrão democrático em que existisse uma relação interativa entre Estado e Sociedade seria preciso que a tradição pluralista permanecesse, substituindo o padrão corporativista.

Nas conclusões da obra, o horizonte normativo defendido se mantém. O autor explicita que a abordagem utilizada de interação entre Estado e Sociedade buscou não concordar nem com as interpretações excessivamente otimistas, que idealizam o seu impacto das associações, e nem com as interpretações pessimistas, que se focavam apenas no papel do Estado autoritário. Na análise de Renato Boschi, os movimentos revelariam uma permanente busca por alternativas políticas e institucionais, tanto no nível interno quanto externo. A sobrevivência de formas de controle do Estado – como o controle sobre o direito de greve e sobre a ação dos sindicatos – são postos como empecilhos para a reconfiguração das relações entre Estado e Sociedade. A centralização do processo de decisão seria, portanto, uma característica do autoritarismo que sobrevivera após a transição.

O pensamento político e sociológico brasileiro anterior ao golpe de 1964 pode ser dividido de maneira razoavelmente satisfatória entre autores que advogavam o papel do Estado como fundamental para as mudanças sociais, os que o negavam completamente e afirmavam agência completa da sociedade civil e os que, pendendo mais para uma direção ou para outra, percebiam um meio termo possível. Após abril de 1964, o Instituto Superior de Estudos Brasileiro – maior instituição progressista que à época atribuía função positiva ao Estado – foi fechado no mesmo dia do golpe. Com o passar dos anos, os intelectuais de esquerda passaram cada vez mais a tender para o outro lado. Esta atitude era plenamente justificável, dado o aparato institucional repressivo existente no país. Nesta bibliografia, o Estado passou a ser cada vez mais caracterizado quase como ontologicamente disfuncional, por vezes se confundindo com o lugar de execução dos planos da classe dominante. Ao

analisar o caso específico brasileiro, outras características ganharam forma: o aparato autoritário era herança ibérica atrasada e a ênfase no executivo era fruto do populismo reinante³. Os pesquisadores que seguiram nesta linha acabaram por confundir o papel que o Estado pode ter desempenhado historicamente no Brasil – ou que desempenhava de fato durante a Ditadura militar – com o Estado em si mesmo, enquanto existência que foi preenchido dos mais diversos conteúdos na História mundial.

Renato Boschi resgata uma visão positiva da atuação estatal em seu livro. Ele reconhece de maneira acertada os excessos históricos cometidos pelas instituições no Brasil. Porém, lhes apresenta uma solução: é preciso pôr mais Sociedade no Estado. Na interação entre os dois surge uma possibilidade institucional e democrática de renovação do segundo a partir do primeiro, na qual os conflitos que forem surgindo podem ser enquadrados em uma forma estável de resolução. Como o autor deixa entrever na obra, uma percepção dos movimentos como fins em si mesmos, que tenderiam a progressivamente superar o Estado, não só não é verificável empiricamente como apresenta a possibilidade de um horizonte caótico e não democrático para o futuro. Paradoxalmente, isto encerraria a própria potência de aperfeiçoamento da participação democrática que estas associações representam.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

³ Alguns dois trabalhos mais respeitáveis e célebres nesta linha de interpretação foram os escritos de Francisco Wefort e a 2ª edição, ampliada e modificada em 1973, de *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro. Embora de matrizes teóricas distintas, o diagnóstico sobre a formação do Estado brasileiro nos dois autores é similar nos pontos destacados.

COLOCANDO O IUPERJ NO MAPA DOS ESTUDOS DE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO NO BRASIL: AS REDES INTELECTUAIS DE NEUMA AGUIAR

Placing IUPERJ in the map of studies of women, gender and feminism in Brazil: the intellectual networks of Neuma Aguiar

Gabriela de Brito Caruso¹

¹ Doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ), onde integra como pesquisadora o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: caruso.all@gmail.com

RESUMO

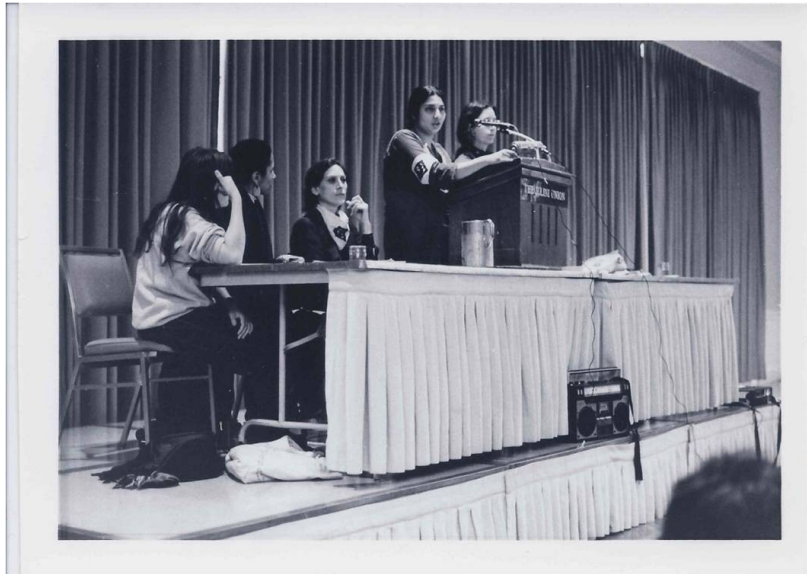
O texto trata da atuação de Neuma Figueiredo de Aguiar nas instituições acadêmicas e na construção de redes intelectuais nacionais e transnacionais como essenciais não só na trajetória pessoal da autora, mas como na criação do campo de Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo; na construção do IUPERJ como centro de excelência nas Ciências Sociais e na consolidação da Sociologia no Brasil. Isto é feito olhando não para o conteúdo das suas publicações, já largamente explorado, mas para as informações institucionais disponíveis em seu currículo Lattes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Estudo de Mulheres; Estudos de Gênero; Transacional; Redes Intelectuais

ABSTRACT

This text deals with Neuma Figueiredo de Aguiar's operation in academic institutions and in the construction of national and transnational intellectual networks as essential not only in the author's personal trajectory, but also in the creation of the field of Studies of Women, Gender and Feminism; in the construction of IUPERJ as a center of excellence in social sciences and in the consolidation of sociology in Brazil. This is done by looking not at the content of your widely explored publications, but at the institutional information available in your Lattes curriculum.

KEYWORDS: Feminism; Women's Studies; Gender Studies; Transactional; Intellectual Networks



Na foto: InesReider (Austria), Neuma Aguiar (Brasil), Soraya Paknazar (Irã), ChandraTalpadeMohanty (India), e Ann Russo (USA) na conferência “Common Differences: Third World WomenandFeminist Perspectives” em 1983 na Universidade de Illinois, EUA. Foto do arquivo pessoal de Chandra TalpadeMohanty.

O nome e a obra de Neuma Figueiredo de Aguiar há muito tempo são associados à sua atuação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde de fato passou mais de 10 anos atuando como pesquisadora e professora titular. No entanto, foi nos seus mais de 20 anos de IUPERJ que Neuma despontou como a pioneira e reconhecida pesquisadora que veio a se tornar. Durante a maior parte da sua existência, o IUPERJ contou com Neuma Figueiredo Aguiar em seu quadro de pesquisadores².

Neuma é conhecida principalmente pela qualidade e seriedade de seu trabalho como pesquisadora, por sua contribuição aos estudos estatísticos e pelo estudo de mulheres no Brasil. No entanto, poucas pessoas têm dimensão da importância da atuação transnacional e institucional de Neuma como feminista do terceiro-mundo (na terminologia da época) na construção de redes intelectuais, de sua carreira e de seus objetos de pesquisa. A pesquisadora, com sua atividade institucional e sua habilidade para tecer redes intelectuais nacionais e transnacionais, assim como construir iniciativas, ²De 1972 até 1997. Todas as informações sobre sua trajetória institucional são retiradas de seu currículo Lattes.

tornou-se uma peça essencial na criação de um campo de Estudos em Mulheres, Gênero e Feminismo no Brasil, na consolidação da Sociologia no país e na transformação do IUPERJ em um centro de excelência nas Ciências Sociais.

Depois de ter concluído a graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro nos anos 1960, Aguiar deu sequência à sua formação intelectual nos Estados Unidos, obtendo título de mestre em Sociologia e Antropologia pela Boston University em 1962 e de doutorado em Sociologia na Washington University em 1969. A trajetória acadêmica de Aguiar é brilhante, mas não necessariamente atípica. Quando concluiu a graduação no início dos anos 60, a pós-graduação no Brasil era ainda muito incipiente, pouco desenvolvida e precariamente institucionalizada. Por isso mesmo era comum que a elite intelectual brasileira fosse concluir sua formação nos Estados Unidos ou em países da Europa.

Vale lembrar, ainda que não se saiba detalhes sobre o período que Neuma passou nos Estados Unidos, que os anos 60 naquele país foram marcados por grandes agitações nas universidades, principalmente ligadas ao movimento negro e ao movimento de mulheres. O livro “A Mística Feminina” de Betty Friedan havia saído em 1963 e grupos de consciência e debates feministas começavam a pipocar nas universidades americanas. Especificamente na Universidade de Washington, onde Neuma completou seu doutorado, 1968 e 1969 foram anos de intensa mobilização anti-racista por parte da Association of Black Collegians da universidade.

Em seu retorno ao Brasil, trabalhou como assistente ou professora em diversas universidades do Rio de Janeiro. Seu vínculo institucional com o IUPERJ começa em 1970 e vem a se findar somente em 1997. Durante seus anos na casa, Aguiar se destacou não só pela produtividade e pela qualidade das pesquisas que desenvolveu, mas também pela intensa rede de pesquisadores que construiu ao redor de si, tendo realizado inúmeras parcerias e ocupado cargos institucionais importantes, como a direção da Sociedade Brasileira de

Instrução (mantenedora do Conjunto Universitário Cândido Mendes) de 1974 a 75 e de 1993 a 95.

Neuma Aguiar foi uma das pioneiras cujo trabalho acadêmico e institucional permitiu o desenvolvimento do campo de Estudos de Mulheres no Brasil, colocando o IUPERJ como ponto importante no mapa desta área de estudos que começava a se construir. Como grande parte das intelectuais da primeira geração desta área de estudos³, a aproximação de Neuma com o Estudo de Mulheres se deu através da Sociologia do Trabalho, a partir da sua atuação nas linhas de pesquisa em Divisão do Trabalho, Tecnologia e Estratificação Social.

As mulheres começam a aparecer como objeto nas pesquisas de Neuma Aguiar em meados dos anos 70, logo após sua entrada no IUPERJ. Os principais temas desenvolvidos dizem respeito a mulher na força de trabalho e aos movimentos de mulheres que começavam a surgir no Brasil. Importante lembrar que 1975 é um marco da reorganização do movimento feminista no Brasil, quando a ONU declara este o ano e década da Mulher, realizando uma série de conferências ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

É na segunda metade dos anos 70 que Aguiar expande seus interesses de pesquisa para trabalhar sistematicamente a questão das mulheres, principalmente nas relações de trabalho, desenvolvendo linhas de pesquisa como “Grupo Doméstico, Gênero e Idade”, “Estudos de Mulheres”, “Sistema Integrado de Estatísticas por Sexo e Cor” e “Banco de Dados da Mulher”. Seu trabalho, além de muito rigoroso, também trazia uma série de inovações em relação aos métodos empregados, aos temas e as descobertas nas Ciências Sociais. Como exemplo destacam-se suas análises estatísticas e sua preocupação em pensar a condição da mulher na força de trabalho atrelada a uma perspectiva transnacional, levando em conta os diferentes impactos da industrialização na vida das mulheres em países de primeiro e de terceiro-mundo.

³ Como Heleieth Saffioti e Eva Blay, por exemplo.

Organizado pelo IUPERJ sob a coordenação de Neuma Aguiar o “Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina” reuniu no Rio de Janeiro pesquisadoras de toda a América Latina dispostas a debater o tema do trabalho feminino. Segundo Bruschini (1994), a proposta era discutir duas questões candentes, a primeira, de ordem mais teórica, sobre as formas de atividade econômica predominantemente desempenhadas por mulheres que não eram adequadamente percebidas dentro do marco teórico do marxismo que imperava nas universidades latino americanas nos anos 70. A segunda, de cunho mais metodológico alertava para a inadequação dos instrumentos de levantamento de dados para captar informações sobre trabalho feminino. Para se ter noção da importância e da extensão das redes de relações que Neuma construiu, vale mencionar que o evento contou com representantes de organismos oficiais nacionais e internacionais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), e a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) em uma tentativa de reformular conceitos e analisar as metodologias predominantes de levantamento de dados a fim de visibilizar a participação social das mulheres (BRUSCHINI, 1994).

Segundo Albertina Costa (2004), o ano de 1978 (em um contexto de eleições e da consolidação da abertura política) foi considerado um divisor de águas na periodização dos estudos de mulher devido à realização do seminário. O encontro teve grande repercussão e parte de seus resultados podem ser encontrados no livro de mesmo nome organizado por Neuma Aguiar (1984). Com um forte investimento em metodologia quantitativa, o encontro gerou impactos que foram sentidos muito além dos muros da academia. Não só foi o motor da criação do grupo de trabalho “A mulher na força de trabalho” na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), como teve suas recomendações em relação ao conceito de “chefia de família” considerados pelos organismos de coleta de dados e levados ao IBGE, com a subsequente reformulação deste quesito (Costa, 2004). Conta

Costa (2004) que o encontro promovido pelo IUPERJ foi, ainda, o cenário de um rumoroso confronto entre acadêmicas e militantes feministas, característico das relações de disputa e tensões que marcam a inauguração de novos espaços de poder e enunciação. O IUPERJ vinha se firmando como centro de excelência nas ciências sociais, o que funcionava como uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a produção de excelência e atuação de Neuma com suas redes de intelectuais e acadêmicas contribuía para a legitimidade que o IUPERJ construía em torno de si, a sigla do IUPERJ junto ao nome de Neuma era de extrema importância para a legitimação e institucionalização dos Estudos de Mulheres como uma área de pesquisa séria e relevante.

De 1978 até 1985 Neuma desenvolveu relações institucionais e acadêmicas com núcleos da Fundação Carlos Chagas, uma das instituições marcadas pela produção e financiamento de pesquisa em mulheres. Em abril de 1983 lá estava Neuma Aguiar na conferência intitulada “Common Differences: Third World Women and Feminist Perspectives” realizada na Universidade de Illinois, organizada pelas então estudantes de pós-graduação Ann Russo (atualmente professora na Universidade DePaul) e Chandra Talpade Mohanty (atualmente professora na Universidade de Syracuse). Esta conferência foi uma das primeiras (fora as da ONU) a trazer feministas do sul global para dialogar entre si e para conversar com feministas negras nos EUA sobre as diferenças e similaridades de suas vivências⁴.

Além disso Aguiar, de metade da década de 80 até início dos anos 90 esteve na direção e atuando como pesquisadora no Convênio DAWN Mudar (Development Alternatives with Women for a New Era), grupo que nasceu de reuniões em Bangalore na Índia, em agosto de 1984, às vésperas das conferências internacionais que marcaram a Década das Nações Unidas para o Progresso da Mulher. A pesquisadora também atuou no departamento de estatística das Nações Unidas e no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

⁴A participação de Neuma no evento foi descoberta a partir de conversas pessoais e informais com Mohanty. Para mais informações sobre a conferência e seus resultados, consultar o primeiro livro editado de Chandra Talpade Mohanty “Third World Women and the Politics of Feminism”(1991), fruto das conversas realizadas em 1983.

do Rio de Janeiro. Neuma ainda foi a responsável pela proposta de construção de uma rede de pesquisadores e núcleos de pesquisa voltados ao estudo da mulher, o que deu origem ao REDEFEM onde desempenhou um papel importante em seu nascimento, tendo organizado encontros e publicado coletâneas (Costa, 2004).

A trajetória intelectual e institucional de Neuma Aguiar o tempo todo demonstra como ela foi não só uma excelente e respeitada pesquisadora, mas uma grande construtora de redes e iniciativas, inclusive como uma feminista transnacional do terceiro-mundo, tendo sido sua pessoa essencial não só para a construção do campo dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo no Brasil, mas também para o desenvolvimento da Sociologia em nosso país. Assim, não limitou sua influência a academia, atuando em diferentes frentes intelectuais, políticas e institucionais. O reconhecimento da sua importância neste quesito se deu pelo recebimento do prêmio Florestan Fernandes, da Sociedade Brasileira de Sociologia, por sua contribuição para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, e pelo prêmio Rose Marie Muraro conferido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e CNPq por suas contribuições para a análise das condições de vida das mulheres brasileiras, avançando metodologias científicas para a sua mensuração. Essas conquistas só foram possíveis dada sua ativa participação nessas redes nacionais e transnacionais, mobilizando métodos e argumentos que contribuíram para a legitimação não só da sua carreira pessoal como dos campos de estudos onde atuou e da casa onde trabalhou.

O renascer dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo que vem ocorrendo nos corredores do IESP desde a criação do Coletivo Feminista Virginia Leone Bicudo em 2015 e com a subsequente entrada de professoras, professores e novos alunos interessados no tema não deve crer que inventa a roda na instituição, mas tem como dever resgatar a história e a memória da atuação de Neuma Figueiredo de Aguiar junto ao IUPERJ e compreender melhor seu papel institucional na construção de redes que possibilitaram uma

carreira intelectual de impacto não só no meio acadêmico, como nas políticas públicas e na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. (coord). (1984), *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes.

BRUSCHINI, C. (1994), “Women and Labor In Brazil The History of an issue and Prospects for the Future”. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 3.

COSTA, A. de O.. (2004), “Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis , v. 12, n. , p. 205-210, Dec. Recuperado em 20 de Setembro de 2019.

MOHANTY, C.T.; RUSSO, A.; TORRES, L. (1991), *Third World womenandthepoliticsoffeminism*. Bloomington, Indiana University Press.

A SOCIOLOGIA DE CARLOS HASENBALG E NELSON DO VALLE SILVA

The sociology of Carlos Hasenbalg and Nelson do Valle Silva

Wesley Luiz de Azevedo Dias¹

Wescrey Portes Pereira²

¹Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: wesleyaadias@gmail.com

²Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: wescrey.portespereira@gmail.com

RESUMO

A pós-graduação em sociologia do antigo IUPERJ desfrutou de uma posição central no debate do campo das relações raciais. Por meio de análises estatísticas, dois professores do Instituto se destacaram como grandes referências, comprovando a discrepância entre a mobilidade social de brancos e não-brancos. Neste sentido, o objetivo de nosso texto será contar, em linhas gerais, como as carreiras de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg determinaram o debate de todo um ramo sociológico, inserindo a Casa a qual estavam ligados no centro de um debate nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Valle Silva; Hasenbalg; IUPERJ; IESP; Relações Raciais.

ABSTRACT

The post-graduation program in Sociology of the ancient IUPERJ had a central position in the debate of the racial relations field. By statistics analysis, two professors of the institute stood out as great references, proving the discrepancy between white and non-white social mobility. In this sense, the purpose of our text will be to outline, in general, how the careers of Nelson do Valle Silva and Carlos Hasenbalg determined the debate of a whole sociological branch, inserting the House to which they were linked in the center of a national debate.

KEYWORDS: Valle Silva; Hasenbalg; IUPERJ; IESP; Racial Relations.

Em nossos primeiros momentos no programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), empenhados em desenvolver pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, ouvíamos com certa constância histórias da parceria de sucesso entre dois pesquisadores. Nos corredores, escadas, gabinetes, confraternizações, rodas de conversa, palestras e, sobretudo, nas salas de aula, ouvíamos o mesmo burburinho sobre a longa e profícua relação acadêmica e de amizade entre Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva.

A produção intelectual da dupla inaugurou um novo contexto nos estudos de relações raciais no Brasil, apresentando um novo enquadramento teórico-metodológico para as pesquisas que ressurgiam em um país com constantes ebulições políticas e sociais. Os estudos de relações raciais ocuparam um lugar de destaque nas Ciências Sociais brasileiras, estando entre as principais preocupações intelectuais durante seu surgimento. Desde então, diversas formas de enquadramento³ e análise tiveram lugar de destaque na política e sociologia brasileiras.

No Rio de Janeiro, na convivência de anos no charmoso Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), as pesquisas desenvolvidas por Carlos e Nelson, tornaram-se exemplares informando uma nova forma de interpretar as relações raciais brasileiras. A maturidade desta parceria está retratada na seleção da coletânea *Cor e estratificação social*, onde apresentaram diversos estudos acerca das desigualdades propriamente raciais. A obra concatena um conjunto de artigos individuais e compartilhados. Estes trabalhos tiveram como objetivo principal a construção de um panorama sobre a situação do negro no Brasil contemporâneo.

³Para Campos, Lima e Gomes (2018) os estudos sobre relações raciais podem ser divididos em quatro momentos. O *enquadramento do racismo científico*, o *enquadramento da hibridação racial*, o *enquadramento do preconceito enquanto sobrevivência* e por fim, o *enquadramento das desigualdades raciais*. Cada enquadramento, diferentes formas de pensar as relações raciais no Brasil e também tensões política quando ao contexto.

Além de brilhantes pesquisadores, enquanto orientadores, contribuíram para a formação de diversos sociólogos e sociólogas voltados para o tema da raça. Márcia Lima, que assina artigos nesta coletânea, é sem dúvida uma das principais sociólogas brasileiras, cuja interlocução com os autores supracitados foi de extrema relevância⁴.

Com o tempo, passamos a entender o papel desta parceria para o avanço dos estudos de relações raciais no Brasil, afinal, o burburinho não era uma característica apenas dos corredores do IESP. Este se estendia desde os seminários de raça, organizados no pequeno auditório de um curso de ciências sociais, até as principais pesquisas apresentadas no GT de Relações Raciais da ANPOCS.

Carlos e Nelson foram responsáveis por uma imensa inflexão na forma de enquadrar o tema da raça, impactando diretamente os estudos na área. A premissa básica dos autores buscava atestar a existência do racismo no Brasil por meio de análises da mobilidade social (Campos, Lima, & Gomes, 2018). Os autores criticam visões como a de Florestan Fernandes⁵, a qual afirmava uma incompatibilidade entre as formas de discriminação racial e as formas modernas de industrialização e trabalho livre assalariado (Fernandes, 2007).

A fase que iniciaram tem como principal traço o uso de métodos quantitativos para medição das desigualdades raciais, através de dados censitários da PNAD. Em sua tese, Carlos Hasenbalg tentou medir a mobilidade intergeracional dos brancos em comparação com os não-brancos (1978), enquanto Nelson do Valle Silva analisaria o processo de realização socioeconômica (1978). Os resultados, até o presente momento, são considerados extremamente elucidativos para condição socioeconômica dos negros. Além disso, percebeu-se que, em posições iniciais idênticas, brancos e não-brancos atingiriam resultados bastante diversos.

⁴Alguns dos textos trabalhados por Marcia Lima foram *Trajetória educacional e realização sócio-econômica* (1995), *Aspectos regionais do mercado de trabalho no Brasil* (1994) e *O quadro atual das desigualdades* (1999).

⁵Sentido que pode ser conferido em obras como *O Negro no Mundo dos Brancos* (2007).

Revisões aos trabalhos dos dois indicaram que a categoria raça possui uma espécie de sobrepeso e desproporção dentro dos cálculos das pesquisas, como apontado por Carlos Antônio Ribeiro. Brancos são mais numerosos entre os mais ricos e não brancos tem uma maior representação dentro das classes mais pobres. Analisando seis momentos de transição educacional e usando-se de um modelo log-linear, o sociólogo perceberia que, nos três primeiros momentos, as distinções raciais não contam muito, apesar do marcador “raça” ficar cada vez mais importante conforme se chega ao topo. Em outras palavras, a discriminação racial incide mais sobre os indivíduos não brancos quando estes fazem parte do ápice da pirâmide social (Costa, 2006).

A relevância do preconceito dentro das relações raciais se daria devido à associação íntima entre competição por posições na estrutura social e a discriminação por cor de pele e raça (Silva, 1999). No entanto, o processo de mobilidade apresentaria diversas variáveis ligadas à sua realização, como o background familiar, situação do nascimento, dentre outros. De alguma forma, família, escolarização e trabalho acompanham raça, relacionando-se com classe durante a trilha de ascensão.

Percebemos uma mudança interessante com as pesquisas que enquadraram as relações raciais por meio da desigualdade social, como manifesto em *Cor e estratificação Social*, pois encontramos uma abordagem que tem como um dos principais focos a compreensão das dinâmicas do racismo. Os principais nomes desse período indicaram uma série de resultados que demonstram a existência de hierarquias de cor e de discriminação. Dessa forma, são avanços quantitativos e qualitativos no que tange a pesquisa sobre as dinâmicas próprias das relações raciais no Brasil.

A importância do papel desempenhado por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva pode ser explicada através de uma revisão do histórico social e legal brasileiro. Após a abolição da escravidão, o negro foi visto como um elemento impeditivo ao processo de formação de uma nação forte e desenvolvida. A essa corrente somou-se um crescente elogio intelectual ao

embranquecimento da população e até mesmo o incentivo de políticas públicas de atração de imigrantes. Tais ideias prevaleceram até que o ápice da apologia à mestiçagem brasileira passasse a abafar a análise do modelo de racismo sutil e velado presente no país. Nesse sentido, apenas após os trabalhos dos dois autores, o tema começa a criar novos contornos. Neste sentido, a mudança vem em uma contramão.

Com o início do projeto UNESCO⁶, uma série de estudos começaram a detectar dinâmicas próprias das relações raciais no Brasil. Visões alternativas ao projeto também detectavam essas particularidades e alguns até mobilizaram categorias para explicá-las. Esses primeiros passos foram de imensa importância para a posterior confirmação das tendências discriminatórias, além de darem abertura para uma agenda de pesquisa preocupada em compreender e desvendar as maneiras como o racismo, discriminação e desigualdade racial operam na sociedade brasileira.

Podemos notar uma crescente preocupação com as abordagens estatísticas. Alguns de seus trabalhos lidaram com revisões sobre o “estado da arte” e caminharam no sentido de uma preocupação com a diferenciação regional, assim como uma abordagem dos dados sobre a situação dos não-brancos. Percebemos que Hasenbalg e Silva atuaram em sintonia, tanto problemática, quanto cronológica, em um processo de colaboração pouco visto na área de Ciências Sociais nos últimos anos. Sendo assim, a leitura agregada dos textos, em oposição à análise individual de cada pesquisa, permite vislumbrar a linha do pensamento e aporte desses pesquisadores.

⁶Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional olhou horrorizada para os terrores raciais perpetrados pelo nazismo. A grande questão seria até que ponto uma nação com discurso racista de eliminação poderia chegar. Vindo na esteira dessa perplexidade frente aos genocídios, a ONU, através de sua organização voltada para educação, ciência e cultura, desenvolve uma série de departamentos que tinham como objetivo compreender que tipo de perigo esses discursos de superioridade criariam. Diversos departamentos foram criados para tratar do tema e, dentre eles, figurava o de Ciências Sociais, fundado no ano de 1947. O Brasil acabou tendo papel central no projeto, pois era tido como um paraíso em termos de convívio pacífico entre raças diferentes. No entanto, o que o projeto revelou foi uma subsistência de dinâmicas racistas de outra ordem no país, diferentes dos modelos de eliminação ou segregação, mas insidiosa ao seu próprio modo.

Apesar dos avanços metodológicos vivenciados pela área nos últimos 30 anos, diversas determinações que apenas poderiam ser alcançadas por via de pesquisas qualitativas mais focadas ou à análise do campo teórico, deixaram de ser realizadas devido ao caráter dos próprios métodos de quantificação. Em verdade, longe de conferirem respostas cravadas, os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva abriram espaço para discussões de temas mais complexos, dando ensejo para diversos dos avanços relacionados ao tipo de discriminação operada no país. Atualmente, no IESP\UERJ, instituição herdeira da tradição *imperialista*, sociólogos mais jovens como Carlos Antonio Ribeiro e Luiz Augusto Campos tentam fazer avançar a área tanto em seu conteúdo problemático quanto na abrangência dos aprofundamentos deste ramo de pesquisa⁷. Podemos permanecer seguros de que o legado de ambos está mais vivo do que nunca. A chama parece bem longe de apagar e aparenta ainda maior pujança a cada vez que encontramos com o próprio professor Nelson do Valle se dirigindo alegremente a mais uma de suas lendárias aulas de métodos quantitativos (a famigerada Lego). Com isso, uma nova geração de sociólogos está tendo o privilégio de ser formada pelos mesmos que nos ensinaram como se muda o mundo a partir da ciência.

REFERÊNCIAS:

- CAMPOS, Luiz Augusto. LIMA, Márcia. GOMES, Ingrid. (2018), “Os estudos sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Análise da Produção Recente”. Em S. Miceli, & C. B. Martins, *Sociologia Brasileira hoje II*. Cotia, SP: Ateliê Editorial .
- RIBEIRO, Carlos Costa. (2006), “Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*.
- FERNANDES, Florestan. (2007), *O Negro no Mundo dos Brancos* (2 ed.). São Paulo: Global.

⁷ Carlos Antonio Ribeiro e Luiz Augusto Campos são figuras proeminentes no campo de estudos das relações raciais. O primeiro atende por uma vasta produção sobre estratificação e suas interseções com o tema da raça, enquanto o segundo possui estudos que tentam versar sobre o dilema político presente nesta questão. Atualmente, o grupo de pesquisa GEEMA, coordenado pelo professor Campos produz vasto material acerca das questões de representatividade racial na publicidade e meios de comunicação.

HASENBALG, Carlos. Silva, Nelson. Lima, Márcia. (1999), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: 1999.

SILVA, Nelson. (1999), “Morenidade: modos de usar”. Em C. Hasenbalg, N. d. Silva, & M. Lima. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

A VIA JURÍDICA PARA O AMERICANISMO NOS TRÓPICOS: A BIOGRAFIA DE WERNECK VIANNA E A CONSTRUÇÃO NO IUPERJ DE UMA HIPÓTESE DE DEMOCRATIZAÇÃO À BRASILEIRA

The legal way for americanism in the tropics: Werneck Vianna's biography and the construction in IUPERJ of a democratization hypothesis in brazil

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

¹ Mestrando pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador do NETSAL e do NELUTAS. E-mail: danielhmf@iesp.uerj.br

RESUMO

O presente ensaio procura analisar a contribuição da obra de Werneck Vianna para o debate da democratização no Brasil. O eixo do trabalho é a hipótese levantada por Gramsci, em americanismo e fordismo, sobre as possibilidades de o direito pavimentar os caminhos para um autogoverno e sobre como essa ideia será incorporada por Werneck em sua obra. A análise observa a importância do IUPERJ nessa trajetória, destacando os grupos de pesquisa importantes para a pavimentação de uma interpretação brasileira da hipótese. No final o ensaio faz-se um balanço dos ganhos de tal interpretação para pensar no processo de democratização brasileiro em paralelo com a questão do campo de atuação e disputa dos novos atores.

PALAVRAS-CHAVES: Werneck Vianna; Americanismo; Direito; Democratização; Gramsci

ABSTRACT

This essay seeks to analyse Werneck Vianna's work contribution for Brazilian democratization debate. The main axis is Gramsci's hypothesis, written in americanism and fordism, on law's capacity in create a way towards self-government and on how this idea will be incorporated in Werneck's overt. The paper observes IUPERJ importance in this trajectory, highlighting the researches crucials to the development of a brazilian interpretation of the hypothesis. In the end, the essay observes the gains in search interpretation to think brazilian democratization process in parallel with the question of the field of struggle of the new actors.

KEYWORDS: Werneck Vianna; Americanism; Law; Democratization; Gramsci

INTRODUZINDO UMA HIPÓTESE

Nos 50 anos que o IESP completa, o instituto se voltou indubitavelmente para as formas de consolidação da democracia contemporânea. Suas discussões pregressas estavam voltadas a pensar meios pelos quais o autoritarismo poderia ser suplantado, ainda em meio aos ominosos anos do período militar.

Em grande medida, uma instituição conforma e é conformada - em relação dialética - pela própria vida dos atores que nela se engajam e que a promovem. Apenas nesse intercâmbio é que se tem vigor democrático. Isso vale para a política tanto quanto para a ciência. E os atores do IESP souberam interpelar o espírito do tempo brasileiro, interpretando os grupos e instituições de relevância, projetando caminhos e visibilizando alternativas.

É nesse sentido que devemos ler a obra de um intelectual como Luís Werneck Vianna, autor que marca a história do instituto, como meio de construção de uma agenda democrática na intersecção entre sua biografia e a trajetória institucional.

Mais especificamente propomos que as tentativas de engajamento intelectual do autor sobre a realidade brasileira procuram reatualizar a hipótese que Gramsci desenvolve nos Cadernos do Cárcere sob o selo “Americanismo e Fordismo”, reatualização para a qual a vivência no IUPERJ foi fundamental. Nessas notas do Caderno, o marxista italiano passa a comparar a modernização industrial americana com seus correlatos italianos e, ao observar que no primeiro “a hegemonia se faz na fábrica”, questiona se

o desenvolvimento deve ter o seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo (GRAMSCI, 2015: p.. 242)

Essa hipótese de Gramsci é precisamente o núcleo duro para se pensar o direito como a via brasileira para o americanismo. Assim a obra deste pensador brasileiro deve ser considerada como uma continuidade temática em torno desta questão, em que pese interpretações que sugerem haver uma maior

proximidade do sociólogo com Lênin, quando era jovem, e Gramsci, quando maduro, como observa Maria Alice Rezende de Carvalho (2012)

TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Nos plúmbeos anos de nossa Ditadura, a reflexão intelectual das universidades encontrava-se asfixiada pela crítica das armas, sempre a postos a descarregar contra o que se considerava o perigo vermelho. Nesse período, perseguições a intelectuais eram comuns como aquela que prendeu Werneck Vianna, em 1971. Saindo da prisão, o sociólogo encontra refúgio para continuar suas pesquisas com auxílio de Francisco Weffort na USP (VIANNA, 1999).

Após passagem pela URSS, onde complementa seus estudos, Werneck é obrigado a escrever sua tese em condições de semiclandestinidade, na casa do amigo Paulinho, com o material que tinha às mãos. Sua tese é testemunho da militância política e da sua dupla formação, juntando os estudos do Direito com os da Ciências Sociais (VIANNA, 1999).

Em meio a agonia do regime ditatorial, a entrada em cena de novos atores políticos no final dos 1970 e a vitória do MDB em 1974, armava-se paulatinamente o cenário para uma transição democrática (DOMINGUES, 2016). Marca dos trabalhos da época são as discussões sobre o autoritarismo muito ligadas ao período varguista como forma de interpretar o caminho que levou à Ditadura, de modo a notar as continuidades que seriam o grande desafio para um ciclo democrático vigorar (ARAÚJO, 2012).

Apesar do período nefasto, no argumento central de *Liberalismo e Sindicato no Brasil* há um veio de esperança. Se as malhas do sindicato e seu corporativismo, heranças do autoritarismo varguista, sufocavam o papel político de tais organizações, Werneck encontra na Justiça do trabalho um caminho pelo qual a luta de classes se resolvia por um aspecto comunitário. Lá, as disputas de classe ocorriam e eram resolvidas, mas pela via do direito (VIANNA, 1999). Aposta ousada, crítica a seus colegas, e que permitia uma

possibilidade de encontrar esperança de mudança no próprio seio do Estado autoritário, a contrário de outras interpretações consagradas do mesmo período.

Em meio às lutas democráticas, o sociólogo aterrissa solo em sua cidade natal, sendo convidado a ser professor no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. As afinidades temáticas com a instituição, permitiram-no produzir uma agenda em torno dos atores e instituições responsáveis por dar musculatura ao nascente ciclo político democrático. Em especial dois merecem destaque em nossa discussão.

Do ponto de vista teórico, é fundamental destacar a criação do Laboratório de estudos sobre americanismo e iberismo. Originalmente o grupo contou com “[...] a participação de José Murilo de Carvalho, Lucia Lippi de Oliveira, Ricardo Benzaquen de Araújo, Helena Bomeny, Beatriz Jaguaribe e outros nomes de presença mais incerta” (CARVALHO, 2012 P.27). O grupo terá como referência principal o livro *El espejo de Próspero: un estudio de la dialéctica del nuevo mundo*, escrito por Richard Morse e publicado em 1982.

Essas reflexões serão cruciais para um acerto de contas de Werneck com o texto “americanismo e fordismo” de Gramsci, aqui já citado. Em leitura original, valoriza uma chave de interpretação positiva para a Revolução passiva, a partir da díade conservar-mudando (CARVALHO, 1992). Por essa leitura, seria possível que a todo momento em que a antítese estivesse se formando, a repressão viesse seguida de verdadeiras mudanças e modernizações do Estado, destravando por meio da sua *intelligentsia* processos que permitiriam a racionalização das instituições e elegeriam aos novos atores a tática da guerra de posição no Estado, possibilitando minar o autoritarismo por dentro (VIANNA, 2004). Em outras palavras, estaria aberta uma revolução como processo gradual e não necessariamente como ruptura total com o passado (ARAÚJO, 2012).

O ponto fulcral que se desenrolava nessa interpretação era a possibilidade de que aquilo que era visto como atraso, do Estado Imperial ao varguista,

pudesse servir em verdade para consolidar a unidade nacional e permitir avançar com uma modernização institucional a partir de uma *intelligentsia* que buscava construir a modernidade do alto (VIANNA, 2004), mas a qual deu ao Estado “função educadora”, tal como Gramsci (2012) observara na Itália. Nesse sentido, o Iberismo teria sido responsável por trazer para o cerne da “civilização brasileira” “a tradição do direito como chave organizadora do mundo” (VIANNA & CARVALHO, 2000, P. 22).

Entretanto, o conservadorismo explícito da elite em temas como o exclusivismo agrário, impediria de continuar com o processo na ordem dos atores (VIANNA & CARVALHO, 2000). O Estado, por meio do direito, organizaria a modernização, mas seria por meio dos atores da sociedade civil que, ao animarem o direito, seriam criadas as condições de fato para um processo molecular de consolidação da democracia e do autogoverno por dentro das instituições - tal como na fórmula do corporativismo varguista.

Tais hipóteses teóricas estão sendo construídas *pari passus* ao *laboratório de pesquisa sobre a institucionalização das profissões intelectuais*, cuja atividade foi feita de 1992 até 1999. Segundo Carvalho (2012), foi em conversas de membros dessa linha de pesquisa com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 1994, que terá início uma ampla pesquisa realizada por Werneck e outros para compreender melhor o poder Judiciário e seus atores.

É no contato com o mundo do direito que a última peça do quebra cabeça se encaixa, e a hipótese da via jurídica para o americanismo encontra espaço nos tempos atuais. O caminho para que isto ocorra foi estudado por Werneck em *Judicialização da Política e das Relações Sociais* e, posteriormente, i em *A democracia e os três poderes*.

O mote da reflexão da última obra é o processo de americanização do direito, por meio da introdução das ações civis públicas, que permitiria tal como no país norte-americano a introdução das *class actions*, isto é, de ações que buscassem o direito para uma coletividade, ainda que a exigência fosse de um direito difuso, tal como o do meio ambiente (VIANNA, 2015). Nessa

oportunidade estariam as qualidades para iniciar debaixo, por meio de associações, sindicatos, partidos minoritários ou o Ministério Público, processos para exigir direitos por uma via alternativa ao Legislativo. Esse processo historicamente é complementado pela possibilidade dos partidos e sindicatos exigirem que leis gravosas se adequem a constituição por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, movimento estudado em *Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil (VIANNA et alli, 1999)*.

Nessa via aberta pelo Judiciário, os atores debaixo poderiam reinterpretar a constituição e a violação de direitos. Para tanto, se abrem duas chaves possíveis: de um lado exigir a consolidação da Lei Maior e, de outro, permitir alterações por baixo à própria compreensão do direito vigente, algo que Gramsci (2012) conceitua de “indiferente jurídico”. Nessa possibilidade estaria a realização do americanismo pela via jurídica.

BREVES CONSIDERAÇÕES

O longo processo reflexivo assim se completa e o direito se torna mais uma vez central como resposta a uma sociedade em que a hegemonia não nasce apenas da fábrica. O direito se torna o médium para que instituições sejam moldadas e interpeladas pelos diferentes grupos sociais em um processo de cidadania ativa.

Esse pressuposto fundamental, fincado em nossa história, permite a realização da democracia de Tocqueville ou do autogoverno segundo a interpretação de Werneck de Gramsci: animação institucional por meio de deliberação dos atores nascentes. Esse caminho de pesquisas, que atinge a sua maturidade no IUPERJ, consolida uma agenda em prol da democracia e da disputa institucional como mecanismo de realizar uma utopia antiautoritária, um sonho dividido por dois intelectuais que foram um dia encarcerados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gisele S. (2012). “Luiz Werneck Vianna: as duas faces da Revolução Passiva brasileira e um programa democrático radical”. In: FILHO, R. B. & PERLATTO, F (org.). *Uma sociologia indignada: Diálogos com Werneck Vianna*. Juiz de Fora, ed. UFJF.

CARVALHO, Maria Alice R. de. (2012). “Textos, contextos e um Brasil”. In: FILHO, R. B. & PERLATTO, F (org.). *Uma sociologia indignada: Diálogos com Werneck Vianna*. Juiz de Fora, ed. UFJF.

DOMINGUES, José Maurício. (2016), *Brazilian political cycles and the impeachment of president Dilma Rousseff*. *Open Democracy/ ISA RC-47: Open Movements*, 1 September. acesso em 10/09/2019. Disponível em: <<https://opendemocracy.net/jos-maur-cio-domingues/brazilian-political-cycles-and-impeachment-of-president-dilma-rousseff> > .

GRAMSCI, Antônio (2012), *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5d. Rio de Janeiro: civilização brasileira.

_____(2016). *Cadernos do Cárcere*. vol.4. 5ªed. trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização brasileira

VIANNA, Luiz Werneck. (1999), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ªed. Belo Horizonte. ed. UFMG.

_____.(2004), *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ªed revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan.

_____/ (2015), “Revolução processual e democracia progressiva”. In: _____. *Ensaios sobre política, direito e sociedade*. 1ªed. São Paulo. Hucitec, 2015b.

VIANNA, Luiz Werneck. CARVALHO, Maria Alice R. de. (2000), “República e civilização brasileira”. *Revista Estudos de Sociologia* v. 5, n. 8. p. 7-33. disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/830/691>> acesso: 15/09/19.

VIANNA, Luiz Werneck *et alii*. (1999), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. 1ªed. Rio de Janeiro: Revan.

CESAR GUIMARÃES: UM PROFESSOR

César Guimarães: a professor

Matheus de Sá Moravia¹

Rafael Rezende²

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista FAPERK Nota 10. E-mail: brozrezende@gmail.com

² Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: matheus.moravia@gmail.com

RESUMO

Cesar Coelho Guimarães é um dos percussores da Ciência Política no Brasil e um dos maiores pensadores vivos da política. Erudito, Cesar é conhecido por sua gigantesca e fundamental obra, embora cada vez menos valorizada: um vasto e profundo conhecimento teórico não especializado em apenas uma grande área e um apreço verdadeiro pela docência. Transita pelos mais diversos campos do conhecimento com naturalidade. Ensina seus alunos com preocupação intensa no aprendizado de todos, com sabedoria e rigor, sensibilidade e clareza. Em tempos de tanto ódio e incerteza, sua disciplina pessoal na dedicação à docência se confunde cotidianamente com seu profundo respeito aos seres humanos e suas vidas, sinais claros de um homem que exala demofilia em suas ações. Próximo de seu aniversário de 80 anos, quase todos dedicados à formação teórica de diversos cientistas brasileiros, o professor Cesar Guimarães recebe esse delicado texto como uma merecida homenagem de seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Cesar Guimarães; Pioneiros; Professor; Homenagem.

ABSTRACT

Cesar Coelho Guimarães is one of the percussors of political science in Brazil and one of the greatest living thinkers of politics. Erudite, Cesar is known for his gigantic and fundamental work, though less and less valued: a vast and deep theoretical knowledge unspecialized in just a large area and a true appreciation for teaching. He moves around through the most diverse fields of knowledge with plainness. He teaches his students with an intense concern for everyone's learning, with wisdom and rigor, sensitivity and clarity. In times of such hate and uncertainty, his personal discipline in his dedication to teach is often confused with his deep respect for human beings and their lives, clear signs of a man who exhales demophilia in his actions. Cesar has always been present to remember is about the lives of the people we are talking about. Near his 80th birthday, almost all dedicated to the theoretical formation of several Brazilian scientists, Professor Cesar Guimarães receives this delicate text as a well-deserved tribute from his students.

KEYWORDS: Cesar Guimarães; Pioneers; Professor; Tribute.

A história do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), outrora Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um dos mais importantes institutos de pesquisa e ensino do Brasil, se confunde com a de um notório professor: Cesar Guimarães.

Cientista político e professor carioca, Cesar Coelho Guimarães nasceu e foi criado em Botafogo, bairro que abrigou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e posteriormente o IUPERJ e o IESP-UERJ. Estudou no tradicional Colégio Santo Inácio, colégio particular pertencente à Companhia de Jesus localizado na mesma vizinhança. Na vida adulta, foi estudar na Faculdade Nacional de Direito (FND), onde aproximou-se do movimento estudantil naqueles agitados anos que precederam o golpe militar. Não tardou para que percebesse que os lírios não nascem das leis e, conseqüentemente, seu desinteresse pelo direito tornou-se inversamente proporcional ao seu interesse pela política e pela filosofia. Guimarães, então, partiu para a Califórnia com o intuito de fazer mestrado numa carreira que, no Brasil, ainda engatinhava: a Ciência Política. Ao retornar, vinculou-se ao IUPERJ (agora IESP-UERJ), onde leciona e orienta teses há mais de cinquenta anos, tendo formado gerações de profissionais.

Política externa estadunidense, democracia e filosofia política são os temas que despertaram o interesse acadêmico de Guimarães, no entanto, quem tem a oportunidade de conversar com o velho professor ou assistir uma de suas aulas, fica com a impressão de que seu conhecimento é ilimitado. Guimarães é um erudito. De pensamento sofisticado, humor ácido e compreensão perspicaz, suas aulas nem sempre são fáceis de acompanhar. Não vá esperando um curso introdutório, uma vez que o olhar lançado por Guimarães sobre os textos ignora as obviedades e busca lançar luz naquilo que nem sempre se vê. Aliás, é mister citar, a sala de aula é o seu habitat natural. Como boa parte dos povos subsaarianos, Guimarães é um adepto da tradição oral. Através da fala solta e articulada, ele transmite conhecimento como poucos e provoca os estudantes a pensarem de maneira autônoma sem

descuidarem do necessário embasamento teórico. Também sábio das competências mais amplas, como a prudência, a moral e experiência de vida, suas referências se perdem numa imensidão de conhecimento, que transmite com paixão evidente. Se necessário for para transmitir aquilo que julga importante para o aprendizado de seus alunos, transita pela literatura, cinema, ou até exemplos de sua vida íntima com facilidade e humildade ímpar. Em resumo: se o mundo é uma grande escola, Cesar é um grande professor.

Quem vivencia o dia-a-dia das universidades e institutos de pesquisa convive com muitos acadêmicos, mas aprende logo: intelectuais são poucos. É possível, inclusive, contá-los nos dedos das mãos. Guimarães, sem dúvida alguma, é um intelectual, isto é, alguém que disponibiliza seu conhecimento para o público, que faz do saber uma ferramenta potente de crítica e transformação. Sempre inquieto, questionador – e, por vezes, rebelde – o professor incita a pesquisa científica não como um fim em si, mas como um projeto de questionamento profundo sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa forma, Guimarães não dissimula sua radicalmente democrática crítica ao modo capitalista de produção e ao autoritarismo: seja na política brasileira, seja nas dominações cotidianas presentes em suas relações sociais.

No trato com os estudantes, especialmente aqueles cuja pesquisa está sob sua orientação, seu rigor é proporcional a sua generosidade, isto é, enorme. Ser humano sensível e mente indócil, Guimarães atua como uma espécie de imperfeito bibliotecário em uma biblioteca infinita. Como se desconhecesse os muros construídos entre as disciplinas, ele adentra a Sociologia, a Política, a Filosofia, o Direito, a História e a Economia com naturalidade, como se as divisões entre umas e outras fossem apenas prateleiras que deselegantemente separam pensamentos. Inimigo de toda especialização extremada – e da ignorância decorrente –, aos estudantes, demonstra que o saber é fundado na expansão dos interesses e não na retração dos campos de estudo. Nesse sentido, Guimarães nos ensina a encarar a teoria política em toda a sua

amplitude, jamais aceitando que ela sirva de alimento processado para frívolos debates academicistas que abundam, hoje em dia, nas universidades.

Talvez o rótulo não agrade o experiente professor, mas seria desonesto não mencionar que Guimarães é um marxista, mesmo que com pouco ou nenhuma dialética. Crítico das experiências socialistas do século XX, uma vez que é um democrata radical – e, neste ponto, democracia deve ser entendida como prática e não apenas como regime –, o marxismo para ele é muito mais um conjunto de ideias das quais serve-se para interpretar o mundo do que um projeto político. Não se engane, de Marx, ele tem bem claro o sentido de que é a luta de pessoas contra injustiças imposta pela sociedade que escreve a história da humanidade. E isto quer dizer, obviamente, que ele não se furta de assumir posições, como outros tantos acadêmicos fazem achando que isso demonstra sensatez. Como intelectual que é, Guimarães foi um detrator da ditadura militar, do retorno do liberalismo econômico e, recentemente, do golpe efetuado sobre o Partido dos Trabalhadores. Crítico voraz da economia política, ele filiou-se, assim por dizer, a economia política crítica, o que, na ciência política, reflete-se no seu profundo antielitismo na maneira de pensar o mundo.

Boa parte dos seus trabalhos publicados têm como objeto a política externa estadunidense, a qual Guimarães tece duras crítica e considera como imperial. Também se debruçou sobre outros temas como a democracia e a política brasileira, tendo sempre a história como pulsante elemento transversal aos seus escritos e falas. E se é verdade que "articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo" (BENJAMIN, 2005: p. 75), Guimarães, tal como um personagem de um conto de Borges, sabe a hora sem precisar consultar o relógio. E é por isso que a história não lhe serve de bengala nostálgica, mas como um porrete para o presente.

São pelo menos três as gerações de cientista políticos, sociólogos e historiadores que tiveram a oportunidade de acompanhar suas aulas, seja no

IUPERJ, no IESP-UERJ ou na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Leituras densas e textos dissecados na sua fala mansa e áspera ironia. Seja ensinando Aristóteles e Platão, Hobbes, Rousseau e Espinoza, De Maistre e Burke, Robespierre e Sieyès, Mill e Spencer, Lênin e Schumpeter, Guimarães trata de recuperar a teoria e afirmar o ensino como liberação, como uma aventura de um viajante por trilhas nas quais nenhuma caminhada será como a anterior. Aprender e ensinar como, de fato, uma relação que, não livre de percalços, ao fim impulsiona o estudante a um nível mais alto de conhecimento onde o saber não se torna mera reprodução.

Certamente, o professor Cesar Guimarães ficará contente se informado ao leitor de sua profunda irritação com teorias baseadas no princípio da tolerância. Tolerar nunca é o suficiente para um professor como ele, que não cobrará nada além do profundo respeito pelos seres humanos. Respeitar não é amar – e seu extremo apreço pela materialidade da vida e aversão a argumentos transcendentais, quando vazios, não suportaria tamanha demanda cristã de amarmos uns aos outros (ao menos não analiticamente). Entretanto, respeitar é muito mais que tolerar. É amar a existência, claro, dirão os leitores mais espinozianos. Mas também é saber atribuir responsabilidades, ser rigoroso, exigir de cada um que lance incessantes luzes sobre onde há escuridão. O professor Cesar sempre cobra respeito em todas as esferas da vida para que se possa aprender, valorizar o conhecimento humano. É necessário respeitar o interlocutor para ser rigoroso na crítica. Respeitar a história para ser rigoroso na análise. Respeitar-se, sempre, para conseguir ir adiante, pois sempre haverá obstáculos para quem quer iluminar o mundo. Respeitar o mundo para aprender a não ser pego de surpresa e poder se preparar. “Viver” – confidenciou Cesar um dia – “é ir em frente, na contramão da história burra. E para isso sempre haverá um preço a ser pago”.

Em suma, o pioneirismo de Guimarães certamente não está na inovação da sua obra e nem na originalidade do conteúdo de suas aulas, mas em sua vida profissional dedicada ao ensino na concepção mais abrangente do

termo. Como professor, colaborou com a produção de um campo de estudos relativamente novo, formando de maneira exemplar o que há de mais indispensável para a ciência política: os/as cientistas políticos. Livros e honrarias de nada servem sem as pessoas, o fundamento de toda e qualquer ciência social. Guimarães, sem dúvida, trabalha para as pessoas.

Em um momento de ódio à democracia, é necessário lembrar que o pioneirismo não passa apenas pelo simples desejo de obter sucesso ao construir algo inédito, como se o mundo fosse uma grande mesa de jantar, servida para satisfazer os que têm desejos. O pioneiro é aquele que tem sabedoria para saber que é preciso esforço rotineiro para construir algo que um dia venha a parecer óbvio, natural, para gerações futuras. Para lembrar rotineiramente que o mundo não acontece pelo acaso e que é preciso trabalhar para não enlouquecer em meio às suas injustiças. Que, em meio ao caos, arruma forças para se levantar diariamente para caminhar e lutar pela construção do respeito entre seres humanos. Para trabalhar pelo comum, sendo crítico a cada uma das desigualdades estamentais que tentam se impor sobre ele. Para ter coragem de ser humilde e se entender como parte de algo maior, num exercício extremo de demofilia. Em meio aos que tentam tampar a luz do sol para dominar, o velho professor de política Cesar Guimarães segue levantando a voz para ensinar a todos os seus alunos algo que nunca deve ser esquecido sobre o mundo: “é política, porra!”.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. (2005), “Sobre o conceito de história”, in. M. LOWY (ed.), *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo, Boitempo, pp. 33-146.

SOL NA CABEÇA E CORRERIA SOB OS PÉS: VIDA E PRODUÇÃO DE LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA¹

The Sun on the face, the wind on the feet: life and work of Luiz Antonio Machado

Clara Polycarpo²

Hellen Oliveira³

¹ Para demarcar a isonomia do concurso de ensaios desta edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, este texto não foi considerado entre os candidatos, haja vista que uma das autoras é editora da revista.

²Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: hellenoliveiracp@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio visa apresentar as principais contribuições das obras do professor e pesquisador Luiz Antonio Machado da Silva para a Sociologia e a Antropologia, dando destaque à sua elaboração sobre o mundo popular urbano e as questões de primeira ordem colocadas pelo autor acerca deste universo. Com um arcabouço investigativo multifocal, buscamos demonstrar como o autor se debruça sobre o cotidiano e a vida nas cidades. Temas como mercado, trabalho, moradia e violência são destrinchados de forma profunda ao longo de sua carreira acadêmica, que perpassa gerações. No ano de celebração dos cinquenta anos do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, retomamos suas contribuições como professor e pesquisador do IUPERJ ao IESP-UERJ. Os trabalhos de pesquisa, orientação e circulação de conhecimento, realizados por Machado, apresentam relevância e oxigenação, em um fluxo contínuo de produção que acompanha as transformações e a complexidade do fenômeno urbano e suas dinâmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano; Mercado; Trabalho; Violência; Cidades

ABSTRACT

This essay aims to present the main contributions of the works of professor and researcher Luiz Antonio Machado da Silva to Sociology and Anthropology, highlighting his elaboration about the urban popular world and the first order questions posed by the author about this universe. With a multifocal investigative framework, we seek to demonstrate how the author focuses on daily life and city life. Themes such as market, work, housing and violence are profoundly disentangled throughout his academic career, which spans generations. In the year of celebration of the fifty years of the Institute of Social and Political Studies, we resumed his contributions as a professor and researcher from IUPERJ to IESP-UERJ. The research, orientation and circulation of knowledge, performed by Machado, have relevance and oxygenation, in a continuous flow of production that follows the transformations and complexity of the urban phenomenon and its dynamics.

KEYWORDS: Urban; Market; Work; Violence; Cities

O chamado “fenômeno urbano” se apresentou como ruptura das estruturas sociais, políticas e morais que marcaram a mudança de um tempo. A entrada da modernidade e das relações cada vez mais aceleradas suscitaram grandes questões para a Sociologia, ainda no tempo de sua consolidação. Hoje, na contemporaneidade, o mundo urbano ainda se apresenta em expansão, animando pesquisas que visam compreender a realidade social e suas transformações, nos mais diversos âmbitos. Neste contexto, trazemos o trabalho de Luiz Antonio Machado da Silva como referência fundamental no entendimento da vida contemporânea em uma escala desafiadora: seus fluxos cotidianos de relações, informações, representações, sociabilidades, temporalidades e correlações de força, através de um precioso olhar sobre as cidades brasileiras.

O autor, ao propor enquadramentos e olhares possíveis sobre o mundo popular por meio das numerosas facetas de seus *modos de vida*, nos guia pelos enigmas dos acontecimentos diários, abrindo campos de possibilidade analítica que o tornaram um clássico vivo nas Ciências Sociais. Machado da Silva, carioca cuja vida e produção se entrecruzam, experiencia o sol na cabeça e a correria sob os pés. Graduado em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1964, fez carreira desde cedo como pesquisador da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco) do Governo do Estado da Guanabara, atuando, mais tarde, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o que lhe possibilitou uma imersão significativa no que já era seu campo de interesse: o mundo popular e suas relações cotidianas. Além disso, seu laço profundo com a sala de aula – e o contato aproximado com seus alunos e alunas – era, desde já, atenciosamente construído. Em 1969, ingressa na pós-graduação animado pelas questões pulsantes de sua época, que até hoje ressoam. No labiríntico universo da conjuntura de retrocessos políticos e sociais, a cidade já gritava, suscitava debates sobre segurança, moradia, trabalho e deslocamento. A produção de Luiz Antonio Machado da Silva, por sua vez, emerge como

resposta ao grito urbano. Assertivo, direto e profundo, o teórico encarou o desafio de entender os multifocos dos indivíduos urbanos e suas relações com a vida material.

Nesta sua trajetória, a contribuição teórica – e metodológica – de Machado da Silva é pulsante desde seu primeiro clássico, publicado no ano de 1967, “A política na favela”. Ao buscar uma reflexão sobre alguns dos aspectos do problema do processo político e seus reflexos nas atitudes, no comportamento e na visão política do favelado, Machado da Silva descreve a vitalidade econômica das favelas, em suas formas de organização política e em suas economias cotidianas, rompendo com um imaginário, de um lado, homogêneo sobre o favelado e, de outro, assistencialista sobre a realidade das favelas, e problematizando, até mesmo, o que se entendia como *marginalidade*.

O próprio fenômeno da marginalidade, tomado como agenda e conceito desde meados da década de 1960, a nível nacional e internacional, é tratado por Machado da Silva em seus trabalhos posteriores, sendo analisado, em diálogo crítico, na dissertação “Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade”, defendida por ele, em 1971, no Museu Nacional, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da UFRJ. O trabalho apresentado em sua dissertação teve como foco a elaboração de um modelo das situações concretas de trabalho e das condições de organização do mercado, assumindo como perspectiva inovadora a posição dos próprios trabalhadores das camadas marginais do mercado urbano.

Neste contexto, Machado busca retificar erros decorrentes do que considerou uma “*distorção ótica*” das teorias globais sobre marginalidade, em um novo modelo que enfatiza o consenso, a integração e a não-integração ao sistema, por exemplo, à desvalia do conflito, onde o protagonismo vinha sendo as relações de competição do mercado, e das perspectivas evolucionistas ou unilineares de análise do fenômeno. Com a intenção de afirmar que o trabalho não-formalizado é produtivo na produção de riquezas, com certa institucionalidade, organização e função na própria acumulação capitalista,

Machado da Silva apresenta este subsistema invisível, que existe à revelia do aparato jurídico-legal e é formado também pela distribuição de riscos. Algumas das ocupações características deste subsistema são: os trabalhadores por conta própria, trabalhadores por conta própria com situação regularizada (autônomos) e os “biscateiros”.

Em um período em que era membro de programas de promoção social e melhorias habitacionais em populações de favelas, atuando no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Recife – espaços que constantemente vinham sendo considerados como o “coração da marginalidade” –, por exemplo, o pesquisador leva em consideração a extensa bibliografia, apontando, porém, a enorme escassez de dados estatísticos fidedignos e investigações empíricas, para demonstrar que o problema das análises e dos modelos anteriores era, de fato, a completa falta de vivência da realidade estudada – ou seja, a falta da sensibilidade etnográfica.

Nestes modelos, segundo Machado da Silva, o fenômeno da marginalidade era pouco discutido empiricamente e, no caso, analisado apenas de forma teórica e quantitativa, sem relação direta com o que era vivenciado e operacionalizado na realidade social. De forma crítica aos modelos anteriores sobre marginalidade – e informalidade –, construídos como parte de esquemas e pressupostos em torno dos problemas globais de desenvolvimento em uma concepção ocidentalista de produtividade e equilíbrio setorial, por exemplo, Luiz Antonio Machado da Silva demonstra que as favelas – e, mais especificamente, as camadas marginais do mercado urbano ali localizadas – representam um papel decisivo na produção.

A partir, portanto, da sua perspectiva assumida, ou seja, a análise das representações coletivas dos próprios trabalhadores, empiricamente, seu modelo pretendeu contribuir para a correção de reificações, binarismos, formalismos, polaridades e do simplismo legalista dos problemas de emprego/subemprego e estabilidade/instabilidade de mão-de-obra que pautavam as teorias da marginalidade da época. Luiz Antonio Machado da Silva, dessa

forma, inaugura um repertório de análise da realidade social, que passou a ser sua grande marca enquanto contribuição às teorias sociológicas – e antropológicas. Ao compreender a realidade social a partir da rotina cotidiana dos atores como estrutura, Machado considera que o sentido das ações se constrói mais no cotidiano do que na institucionalidade, dando valor ao plano das práticas e à performance dos atores, em suas atividades. Tal caminho metodológico e sensibilidade analítica, portanto, reforçam a atualidade das contribuições de Machado aos mais diferentes campos de estudo que considerem a complexidade da vida urbana cotidiana como objeto.

Durante todo o seu caminho de contribuições teóricas e intelectuais, do mestrado ao pós-doutorado, e de participação em diversos programas e órgãos institucionais, o pesquisador e professor esteve atuante em relevantes centros acadêmicos. Sendo membro do INCT/Observatório das Metrópoles, do NECVU (Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Violência – IFCS-UFRJ), líder do CEVIS (Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade - PPCIS-UERJ), e membro do Grupo CASA – estudos sobre trabalho e moradia (IESP-UERJ), Machado da Silva mantém seus interesses de pesquisa na análise das representações coletivas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, sob a perspectiva da violência urbana, como representação, e do que ele denominou de *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2010).

Machado da Silva (2011) reconhece a violência urbana, no contexto atual brasileiro, como um dispositivo central de uma linguagem que articula, segundo uma gramática própria, uma série de enunciados que expressam um debate a respeito de um amplo conjunto de práticas ilícitas, as quais podem envolver desde a simples incivilidade até a extrema crueldade, passando por graus variáveis de violência física. As condutas de referência não remetem apenas às figuras jurídicas do crime, mas são recortadas, apreendidas e sintetizadas pelo efeito de afetar a continuidade das rotinas diárias, na medida em que são percebidas como ameaças à integridade física e/ou patrimonial individual.

É importante ressaltar que a noção de violência urbana, para Machado da Silva, não diz respeito a eventos violentos isolados ou ao percentual de atos criminosos em determinadas camadas da sociedade e/ou regiões da cidade, mas sim à sua articulação com a própria ordem social, como referência de modelos de conduta construídos simbolicamente no convívio social cotidiano (MACHADO DA SILVA, 2004). O crescimento da violência urbana passa a ser a gramática que articula um conjunto de práticas sociais e estrutura um padrão de sociabilidade que foi denominada como *sociabilidade violenta*, no qual a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias, deixa de ser um meio de ação para se transformar em um regime de ação (MACHADO DA SILVA, 2010).

A disputa discursiva sobre o caráter ordinário ou extraordinário do conflito anima trabalhos como o de Machado da Silva (2011), em que o autor demonstra como a ilustração da violência como quebra essencial das unidades cotidianas é capaz de gerar estigmatizações e ações institucionais turvas. Ao observar as dinâmicas da violência urbana no Rio de Janeiro, reconhece que na cidade em questão “a interpretação coletiva da experiência da ameaça às rotinas cotidianas [...] fundamenta fortes sentimentos de medo e insegurança levou à ‘metáfora da guerra’ (LEITE 2001 *apud* MACHADO, 2011: 74). É, enfim, necessário admitir tais interações como aspectos da vida em sociedade. É o reducionismo essencial da linguagem da “violência urbana”, com seu foco nas rotinas cotidianas e sua delegação do controle social – entendido na chave exclusiva da repressão – na polícia, que explica a inviabilidade dos programas de recomposição do tecido social nela baseadas (MACHADO, 2011: 76).

Sua intensa atuação nos centros acadêmicos de estudos e pesquisa, e seu engajamento afetivo e ético-político, por exemplo, ampliaram seus debates e influenciaram diferentes gerações de pesquisadores a partir de seus métodos de análise e seus marcadores conceituais, compartilhados com afinco com seus alunos, alunas e professores colaboradores. Como parte deste reconhecimento, por exemplo, diversas parcerias foram realizadas na produção de coletâneas,

como o livro “Vida sob cerco”, publicado em 2008, com artigos relacionados à violência e à rotina nas favelas do Rio de Janeiro, através – como é sua marca – das representações dos próprios moradores. Além deste, em seu penúltimo livro, resultado de uma pesquisa coletiva, “Fazendo a cidade – trabalho, moradia e vida local entre as classes populares urbanas”, de 2016, Machado da Silva retoma a questão dos territórios periféricos, suas representações e cenários, ao investigar os “ambientes políticos-culturais” (MACHADO, 2016) que influenciaram seu trabalho intelectual. Desenvolve em sua obra uma visão compromissada com a realidade material de suas observações, de resultado não moralizante, tampouco romantizado do que são e das transformações dos espaços de favela na cidade do Rio de Janeiro, voltando sua atenção principalmente aos “dilemas da integração social que produzem a cidade” (MACHADO, 2016:17).

O seu último lançamento, “O mundo popular: trabalho e condições de vida”, de 2019, tem organização de Mariana Cavalcanti (IESP-UERJ), Eugênia Motta (IESP-UERJ) e Marcella Araujo (IFCS-UFRJ), e conta com uma seleção cuidadosa de seus célebres trabalhos que, desde o início de sua carreira, nos abrem as portas para o mundo popular e a tessitura das relações entre trabalho e condições de vida nas camadas urbanas subalternas, além de nos atentar, mais uma vez, para o cotidiano das camadas populares. Ao se propor a valorizar a rotina dos indivíduos em toda a complexidade da realidade social, em suas atividades, estratégias, representações, experiências e práticas concretas no capitalismo, Luiz Antonio Machado da Silva traça não só os caminhos de uma sociologia brasileira do urbano, mas de uma sociologia do trabalho e da vida econômica, combinando sensibilidade etnográfica e análise sociológica, em amplitude, e contribuindo, em específico, para a compreensão da sociabilidade metropolitana brasileira.

A cidade afeta e é produzida por diversos afetos. Nas obras do autor visitamos becos, vielas, bares, morros e asfaltos. Ao voltar seu olhar aos desafios cotidianos da vida urbana, nos proporciona sentir a cidade através da

leitura, a mesma que nos tira o ar e também nos proporciona o sorriso. O trabalho de Machado da Silva se apresenta como uma coletânea crônica das metrópoles brasileiras, tendo como cenário as diversas faces, articulações e negociações presentes no mundo popular. Sua leitura é plural, como os seus espaços investigativos, despertando inquietações de extrema relevância em cada passo de sua trajetória.

A produção de Machado da Silva se revela inesgotável, inspirando seus orientandos e interlocutores que seguem desvendando os caminhos do fazer a cidade. Pesquisadoras e pesquisadores que beberam de sua fonte e fazem arder ebulições urbanas na contemporaneidade das Ciências Sociais. Destaca-se a continuidade do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU – PGGSA/IFCS) e do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS – PPCIS/UERJ).

Por fim, faz-se referência a emergência do Grupo de Estudos sobre Moradia e Cidade - CASA (IESP/UERJ), coordenado por Mariana Cavalcanti e Eugênia Motta, que em constante diálogo com Machado da Silva, seja em disciplinas ministradas no IESP-UERJ, seja em suas produções, mantêm o compromisso com a ciência e as questões de primeira ordem na vida social urbana, a nível nacional e internacional. Reside neste legado o retrato de um clássico vivo, visto que observar a cidade sob o prisma de Machado da Silva trata-se de um privilégio e de uma grande responsabilidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Jussara. ROCHA, Lia. (2010), “Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: a obra de Luiz Antonio Machado da Silva”. *Revista Antropolítica*, n. 28, p. 69-91.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1967), “A política na favela”. *Cadernos Brasileiros*, ano IX, nº 41, p. 35-47.

_____. (1971), *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

_____. *Vida sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 288-300, 2010.

_____. (2011), “Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira”. *Etnográfica*, v. 15, n. 1, p. 67-82.

_____. (2013), “O controle do crime violento no Rio de Janeiro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*.

_____. (2016), *Fazendo a Cidade – Trabalho, Moradia e Vida Local Entre as Camadas Populares Urbanas*. Coleção Engrenagens Urbanas, Editora Mórula: Rio de Janeiro.

_____. (2018), *O Mundo Popular: Trabalho e condições de Vida*. CAVALCANTI, Mariana; MOTTA, Eugênia; ARAÚJO, Marcela (Orgs.). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

POLYCARPO, Clara. (2018), *Os “inimigos urbanos” de um novo projeto de cidade: atualizando as representações coletivas das camadas médias do Leme “pós-pacificação”*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense.

**POLIFONIA NA INDEPENDÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DE
ISABEL LUSTOSA PARA O PENSAMENTO POLÍTICO
BRASILEIRO**

The polyphony in Independence: Isabel Lustosa's contribution to Brazilian Political Thought.

Lidiane Vieira¹

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: lidianerevieira@gmail.com

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo revisitar a contribuição da primeira tese de doutorado de Pensamento Político Brasileiro (PPB) defendida no antigo IUPERJ (1997), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), de autoria de Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. Considerada um clássico, a obra de Lustosa coopera com o avanço científico ao preencher lacunas de um período histórico central para a formação do Estado brasileiro: a Independência. Além de lançar luz sobre atores políticos pouco conhecidos, embora relevantes, e reconstruir o ambiente da imprensa nascente, a autora também proporcionou circulação deste conhecimento para além das fronteiras da Academia.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Independência do Brasil; Império; Formação do Estado; Pensamento Político Brasileiro.

ABSTRACT

This essay aims to revisit the contribution of the first doctoral dissertation of Brazilian Political Thought (PPB) defended in the former IUPERJ (1997), current Institute of Social and Political Studies of the University of Rio de Janeiro (IESP-UERJ), authored by Isabel Lustosa, *Print Insults: The War of Journalists on Independence (1821-1823)*. Considered a classic, Lustosa's work cooperates with scientific advancement by filling gaps in a central historical period for the formation of the Brazilian State: Independence. In addition to shedding light on little-known but relevant political actors and reconstructing the fledgling press environment, the author also provided circulation of this knowledge beyond the borders of the Academy.

KEYWORDS: Press; Independence of Brazil; Empire; State formation; Brazilian Political Thought.

Apesar de questionamentos sobre o seu status teórico, o Pensamento Político Brasileiro (PPB) acompanhou, nas últimas décadas, o processo de expansão da Ciência Política como campo de pesquisa. Christian Lynch (2016) mostrou que o crescimento do número de teses de doutorado em PPB foi exponencial: do primeiro caso, defendido em 1961 por Paula Beiguelman na Universidade de São Paulo (USP), passando a duas na década de 1980 e à dezoito nos anos 2000. Como não poderia ser diferente, a trajetória de consolidação desta área do conhecimento também se confunde com a história do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Neste ensaio, apresenta-se esta simbiose a partir da obra *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, primeira tese de doutorado em PPB² do antigo IUPERJ, finalizada em 1997 por Isabel Idelzuite Lustosa da Costa, que se tornou um clássico.

Ainda no Ceará, onde nasceu, Isabel Lustosa encontrou-se com as Ciências Sociais, formação que conclui no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ), em 1981. Leitora desde muito nova, tornou-se excelente escritora, atributo que impulsionou a carreira acadêmica concluindo mestrado (1991) e doutorado (1997) em Ciência Política no antigo IUPERJ. Pesquisadora de importantes instituições como o Museu da República e a Casa de Rui Barbosa, Lustosa é autora de diversos livros, dentre os quais o premiado *A história dos escravos*³, que ultrapassou a marca de 20 reimpressões, sendo inclusive adotado em escolas. Este impacto para além dos muros do mundo acadêmico é recorrente na trajetória da cientista política. Após a publicação da tese de doutorado em 2000 pela Companhia das Letras, a autora foi convidada para apresentar o quadro *De olho no passado* no programa *Observatório da Imprensa*

2 Naquele mesmo ano, Heloisa Starling também defendeu tese de doutorado em PPB, cujo título era *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas*, ambas orientadas por José Murilo de Carvalho. Nos anos anteriores, todas as teses haviam sido defendidas na Universidade de São Paulo (USP). Ver em: Lynch (2016).

3 Narrativa infanto-juvenil sobre a escravidão na formação do Brasil e os impactos para o país atualmente. A história é permeada por material iconográfico da época – anúncios de jornal, reprodução de obras de Debret – e pelas ilustrações da artista gráfica Maria Eugenia. Vencedor do prêmio Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil em 1998, ano de seu lançamento.

comandado por Alberto Dines na TV Brasil. De maneira didática, Isabel Lustosa expunha ao grande público nomes importantes para o jornalismo nacional, como a primeira mulher a desempenhar tal função no Brasil, Dionísia Gonçalves Pinto, ou apenas Nísia Floresta.

Refutando a ideia então corrente de que a linguagem erudita dominava o debate no início dos oitocentos, “Insultos impressos”, desde o título, recupera a linguagem do período. Com recorte temporal entre 1821 e 1823, a obra apresenta de maneira ampla e profunda a competição entre as correntes políticas que formavam a nascente esfera pública durante o processo de Independência, debate este eternizado nos periódicos e panfletos da imprensa. De vasta contribuição para o mapeamento daquele ambiente político tão importante para a formação do Estado brasileiro, Lustosa apresenta desde o contexto onde surge a nacionalidade em distinção a Portugal, passando pelos projetos políticos, e os atores protagonistas das contendas e disputas que conformaram a história nacional. Em conjunto ao compromisso com a fonte primária, chama atenção do leitor a paixão que transborda do texto, não por preferências pessoais, mas pelo “cenário de lutas apaixonadas, em meio a um empolgante debate de ideias” (Lustosa, 2000, p.22).

Depois de ter estudado a imprensa em outros períodos da história, mais especificamente em *Histórias de Presidente: A República no Catete (1897-1960)* e *Brasil pelo método confuso: Humor e boemia em Mendes Fradique*, Lustosa retorna para o início do século XIX a fim de compreender as fundações do mundo literário. O período escolhido vivenciou forte aceleração política e social, em especial pela transposição da corte⁴ e transformação do Rio de Janeiro em um porto cultural dos *modos* da civilização (Neves, 2011, p. 80). Com a Revolução do

4 A primeira prensa chegou ao Brasil Colônia em 1808. A Medusa foi trazida juntamente com a família real por Antônio Araújo, futuro conde da barca, que mandou instalá-la no porão de sua casa, à rua dos Barbonos (SODRÉ, 1966, p. 22). Fato que atesta o vagar desta aquisição é a existência de tipografias nas colônias portuguesas da Ásia e da África que, pela ação dos jesuítas, tiveram acesso ao maquinário no século XVI e começo do XVII (MOLINA, 2015, p. 50).

Porto (1820) e a efusão das ideias liberais, foi decretada a liberdade de imprensa em 2 de março de 1821, que abolia, aparentemente, a censura prévia dos escritos, decisão que produziu diversas manifestações impressas. Pela primeira vez, houve publicações que não eram expressão exclusiva do interesse da Coroa. De portugueses a brasileiros, os jornalistas transitaram do apoio às pautas revolucionárias lusitanas para defensores da separação entre interesses brasileiros e portugueses. É nesse contexto de transformação política que a linguagem da imprensa também se modifica, “O jornal se despe dos panegíricos à família reinante, [...] e adota um tom mais agressivo” (Lustosa, 2000, p. 26).

Entendendo a sua função social como aquela de orientar e preparar o povo para as transformações sociais, os redatores do período da Independência contribuíram para a familiarização do novo léxico político e de suas implicações na vida cotidiana, apesar do formato agressivo pelo qual eram veiculados os novos conhecimentos. Para Lustosa, a imprensa “Educou, talvez, nem tanto ao povo, mas à sua elite”. Além de sua contribuição quanto à formação intelectual e a participação efetiva na capacitação dos leitores, os periódicos do início da década de vinte “foram decisivos para a consolidação da unidade do país e para a formação do Brasil como nação” (MOLINA, 2015, P. 179).

À semelhança de seu objeto, Lustosa também proporcionou com *Insultos Impressos* orientação aos leitores a respeito da linguagem da imprensa no início dos oitocentos, tanto na forma quanto no conteúdo. Tal contribuição foi cumprida brilhantemente por meio de linguagem que, preocupada com o leitor, torna-se leve e interessante, nas palavras da autora: “Tendo que escolher, preferi ser fiel aos meus valores e continuar escrevendo coisas que a minha mãe possa ler”⁵. Com o intuito de expor a contribuição de Lustosa ao campo do PPB, dividimos o presente ensaio em três grandes áreas: 1. Contexto da Independência; 2. Os personagens políticos; e, 3. Compreensão do processo histórico político.

5 Declaração dada em entrevista para Alberto Dines a propósito de seu livro. Transcrita pela Casa de Rui Barbosa. Acessado em 13 de Setembro de 2019 e disponível em: http://www.rb.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_IsabelLustosa_Insultos_impessos.pdf

1. CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA

O intenso domínio do conteúdo somado a linguagem agradável possibilita ao leitor uma viagem no tempo. A capacidade de reconstituir o ambiente político da Independência é louvável não apenas pela experiência imersiva que proporciona, mas também pela competência metodológica de posicionar as ideias e seus atores a partir de suas circunstâncias. Lustosa aproximou-se do passado analisando-o de maneira contingente e, por conseguinte, apresenta ao público a imprensa como “laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política” (Lustosa, 2000, p. 16). Este exercício de nos fazer pensar o contexto da Independência do ponto de vista da imprensa nascente possibilita a percepção sobre a importância do fim da censura (1821) e a democratização do prelo para a adoção de oralidade popular e originalidade nos escritos. Foi esse movimento, segundo a autora, que possibilitou a “polifonia proporcionada pelas diversas vozes que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas ideias” (Lustosa, 2000, p. 434).

2. OS PERSONAGENS POLÍTICOS

Tal ampliação e, sobretudo, pluralização de interlocutores, que enriqueceu os diálogos, transparece nas páginas do livro. Ao estruturar os embates, Lustosa também apresenta os atores políticos por trás dos periódicos, contribuição de suma importância. Alguns mais conhecidos, como Pedro I e José Bonifácio, outros esquecidos como Hipólito da Costa, precursor do nosso jornalismo (Lustosa, 2000 p. 73), são trazidos a lume e recolocados no debate, construindo e reconstruindo suas imagens. No período em que foi desenvolvida a pesquisa era necessário ir à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro para ter acesso aos periódicos⁶, em alguns casos. única produção de personagens

⁶ Acervo digitalizado pela Biblioteca Nacional, disponível gratuitamente em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 9 de setembro de 2019

centrais para política nacional, já que livros eram menos corriqueiros (Lustosa, 2000, p. 28). Portanto, compartilhar de forma minuciosa os debates e interlocutores, todos com notas biográficas, foi e ainda é enorme colaboração para suprir lacunas do PPB, maiores na década de 1990.

“Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos” (Lustosa, 2000: p. 16). A percepção da imprensa como ator político é fundamental na obra de Lustosa. Não se tratava, portanto, de analisar a cobertura dos jornais e contestar seu viés político, como fazem hoje projetos como o Manchetômetro⁷. Mas ciente da ausência de qualquer objetividade na transmissão das notícias, evidenciar a patente intervenção na esfera pública por parte daqueles novos jornalistas, que como “barbeiro novo na barba do tolo” (Lustosa, 2000, p. 23) formaram-se à medida que publicavam. Naquele ambiente onde valia tudo, desde sátiras à descrição de aspectos físicos (Lustosa, 2000, p.427) foram apresentadas saídas institucionais e projetos de nação, ambos amplamente disputados.

3. COMPREENSÃO DO PROCESSO HISTÓRICO POLÍTICO

Além da imersão nesse período específico, “*insultos impressos*” habilita o leitor a melhor compreender os processos históricos da formação social e política do Brasil ao destrinchar os bastidores de eventos como o dia do Fico e a Independência. O estudo do passado ofertado nesta obra *per se* contribuiu para o avanço do campo de PPB e a preservação da memória nacional. No entanto, também promove resultados diacrônicos, possibilitando leituras prudentes a respeito do presente porque informadas sobre o passado. Permeados pelo advento do liberalismo político, os contrastes apresentados por Lustosa no campo da liberdade de imprensa entre Cairu e Hipólito da Costa são provocadores. Enquanto o primeiro enxergava na liberdade o caminho da

⁷ Projeto desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) do IESP-UERJ. Ver: <http://www.manchetometro.com.br/> Acesso em 9 de setembro de 2019.

desordem, o segundo a entendia como garantidora da circulação da informação (Lustosa, 2000, pp. 109-11).

Pouco menos de 200 anos depois, nesta mesma cidade, ainda se discute sobre liberdade. Em tempos de exposições suspensas por fazer humor com personalidades políticas e livros censurados por divergirem do padrão moral religioso de governantes, a defesa de censura prévia por Cairu, o decreto que proíbe escritos contra “a religião, a moral, os bons costumes” (Lustosa, 2000, p. 106) e quiçá a prisão de críticos do poder no século XIX não parecem tão distantes (Lustosa, 2000, pp. 194-200).

Este clássico do PPB certamente permanecerá inspirando novas pesquisas, em especial pela iminência das comemorações ao bicentenário da Independência (2022). Com riqueza de conteúdo e narrativa desembaraçada, a obra de Isabel Lustosa garantiu seu espaço no cânone tanto pelo resgate de atores políticos pouco conhecidos, quanto pelo mapeamento de ambiente político fulcral para a história do Brasil. São beneficiados com a leitura cientistas políticos, jornalistas, historiadores e quaisquer leitores minimamente curiosos. *Insultos impressos* difunde a *polifonia tonitruante* que ressoou nos tempos da Independência e que hoje volta a estar em risco.

REFERÊNCIAS

- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2016), “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online], nº.19, pp.75-119.
- LUSTOSA, Isabel. (2000), *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na independência 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MOLINA, Matías. (2015), *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo, Companhia da Letras.
- NEVES, Lucia. (2011), “A vida política”, in: SCHWARCK, Lilia (org), *Crise colonial e independência 1808-1830*. Col.: História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro, Editora objetiva Ltda.

UM PANORAMA DOS 50 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IESP ATRAVÉS DE SUAS EMENTAS

An overview of IESP's 50 years of graduate program through its syllabus

Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro¹

¹ Pós-doutorando em ciência política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e bolsista CNPq. Pesquisador do BEEMOTE. E-mai: pcassimiro@iesp.uerj.br

RESUMO

A celebração dos 50 anos da pós-graduação do IESP tem servido de motivo para uma ampliação de pesquisas e iniciativas de memória e divulgação da trajetória intelectual da instituição, que se confunde inextrincavelmente com a história das ciências sociais no Brasil. Os anuários, publicados ao menos desde 1971, registram desde informações práticas sobre organização do período letivo, o funcionamento do sistema de créditos e da avaliação por papers e resenhas, até as ementas completas dos cursos com as bibliografias indicadas. O presente ensaio, longe de ambicionar uma avaliação exaustiva do conteúdo desse material, se propõe a tratar de modo breve e panorâmico como e quando alguns dos temas centrais das ciências sociais no Brasil aparecem nos cursos dos programas de pós-graduação em ciência política e sociologia do IUPERJ/IESP.

PALAVRAS-CHAVE: IUPERJ; IESP; Pós-graduação; Ciência Política; Sociologia

ABSTRACT

The celebration of the 50th IESP's postgraduate programs has served as a reason for expanding research and memory initiatives and disseminating the institution's intellectual trajectory, which is inextricably mixed with the history of the social sciences in Brazil. The yearbooks, published at least since 1971, records everything from practical information about the organization of the school year, the functioning of the credit system and the evaluation by papers and reviews, to the complete course programs with the indicated bibliographies. This essay, far from seeking an exhaustive evaluation of the content of this material, intends to briefly address how and when some of the central themes of the social sciences in Brazil appear in IUPERJ/IESP's courses of postgraduate programs in political science and sociology.

KEYWORDS: IUPERJ; IESP; Postgraduate Programs; Political Science; Sociology

A celebração dos 50 anos da pós-graduação do IESP tem servido de motivo para uma ampliação de pesquisas e iniciativas de memória e divulgação da trajetória intelectual da instituição, que se confunde inextricavelmente com a história das ciências sociais no Brasil. Além do levantamento de material histórico, bibliográfico e das entrevistas de história oral da casa, a recuperação das ementas de curso oferece aos interessados na institucionalização e construção do campo das ciências sociais no Brasil um panorama fascinante da relação entre trajetórias acadêmicas, temáticas emergentes de pesquisa e formação de cânones bibliográficos do campo. Os anuários, publicados ao menos desde 1971², registram desde informações práticas sobre organização do período letivo, o funcionamento do sistema de créditos e da avaliação por papers e resenhas, até as ementas completas dos cursos com as bibliografias indicadas. O presente ensaio, longe de ambicionar uma avaliação exaustiva do conteúdo desse material, se propõe a tratar de modo breve e panorâmico como e quando alguns dos temas centrais das ciências sociais no Brasil aparecem nos cursos dos programas de pós-graduação em ciência política e sociologia do IUPERJ/IESP.

Nos primeiros cinco anos de disciplinas do IUPERJ é possível observar certa relação entre a continuidade com alguns dos temas herdados da reflexão do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e os novos aportes temáticos, bibliográficos e metodológicos trazidos da experiência dos jovens professores da casa nos Estados Unidos. Testemunha da presença isebiana são os cursos de Hélio Jaguaribe sobre a teoria do desenvolvimento político e Wanderley Guilherme dos Santos³ sobre a relação entre crise política e desenvolvimento – tema caro à reflexão do ISEB em seus momentos finais. A experiência com o modelo de pós-graduação norte americano traz ao mestrado do IUPERJ algumas disciplinas centrais, como a teoria política básica, que percorria os clássicos de Maquiavel à teoria das elites, ministrada

² A despeito do programa de mestrado em ciência política ter começado a funcionar em 1969, não foi possível encontrar anuários de anos anteriores a 1971.

³ Doravante referido como WGS.

alternadamente por WGS e César Guimarães; a metodologia quantitativa, com forte presença da estatística, ministrada por Simon Schwartzman e Nelson do Valle Silva; o curso sobre modelos econômicos de análise política com Amaury de Souza; a disciplina “modelos de análise política”, oferecida por WGS e Cesar Guimarães e a “análise de políticas públicas”, novamente com WGS. A presença do pensamento social e político brasileiro também é uma marca do período inicial da instituição, seja na disciplina intitulada “pensamento sócio-político brasileiro”, ministrada por WGS, seja nas disciplinas sobre Estado e sociedade no Brasil, ministradas por Fernando Uricoechea e Simon Schwartzman; esta última preocupada, sobretudo, com o tema do patrimonialismo (a bibliografia percorria da sociologia weberiana aos estudos de Oliveira Vianna, Raimundo Faoro e Victor Nunes Leal).

No campo da sociologia, as disciplinas de teoria sociológica, ministradas por Neuma Aguiar, articulavam os estudos das teorias clássicas da sociologia – Durkheim e Weber, sobretudo – com aportes contemporâneos da sociologia pragmática francesa e da escola de Chicago, enquanto o curso “Estruturas Sociais”, ministrado por Fernando Uricoechea, trazia a contribuição da sociologia de Talcott Parsons e do marxismo acadêmico (Bendix, Lipset, Darendorf, etc). Com a presença de Carlos Hasenbalg torna-se rotineira a oferta de cursos sobre classes e estratificação social e, em 1973, a primeira disciplina sobre o estudo das relações raciais, centrada na comparação entre Brasil e Estados Unidos. O tema do desenvolvimento e da mudança social também apareceria nos seminários ministrados por Simon Schwartzman, Neuma Aguiar e Fernando Uricoechea.

A partir de 1974 e durante todo o restante da década de 70 é possível testemunhar uma ampliação extraordinária dos temas das disciplinas, com a contribuição de novos professores, alguns deles parte da primeira geração de alunos do IUPERJ que retornavam de um período de formação no exterior. Os exemplos são vários: as disciplinas sobre economia política do desenvolvimento e Estado e capitalismo com Renato Boschi; os cursos sobre

mercado de trabalho e técnicas de pesquisa não-quantitativas com Luiz Antônio Machado e Lícia Valladares; as Relações internacionais e a política externa brasileira com Maria Regina Soares de Lima; as disciplinas sobre a formação dos Estados nacionais em perspectiva comparada, com Alexandre Barros; os cursos sobre a classe política oferecidos tanto por César Guimarães quanto por Aspásia Camargo; disciplinas sobre o sistema político brasileiro, com Aspásia Camargo e WGS; o estudo dos indicadores sociais com Simon Schwartzman; das estruturas agrárias, com Elisa Reis; o empresariado no Brasil, com Renato Boschi e Eli Diniz; o estudo sobre processo decisório com Maria Regina Soares, Renato Boschi e Eli Diniz.

Na sociologia, os campos da disciplina se ampliariam consideravelmente: a sociologia da família e da saúde com Neuma Aguiar, a sociologia da ciência e do conhecimento com Simon Schwartzman, a sociologia urbana e do trabalho com Luiz Antônio Machado, Carlos Hasenbalg e Lícia Valladares; a sociologia rural com Neuma Aguiar e Carlos Hasenbalg; a sociologia das organizações, com Simon Schwarzman e Edmundo Campos; a sociologia do subdesenvolvimento com Carlos Hasenbalg, para citarmos alguns exemplos. No campo dos métodos quantitativos, além da oferta constante de disciplinas introdutórias de estatística com professores como Simon Schwartzman, Edmundo Campos e Olavo Brasil, encontramos disciplinas dedicadas ao estudo dos modelos de análise causal com Nelson do Valle e a introdução às pesquisas com survey, ofertadas por José Luiz Melo. A teoria política contemporânea é introduzida nas disciplinas de WGS e César Guimarães, com leituras sobre a teoria democrática americana (sobretudo Robert Dahl), as teorias da escolha racional e da escolha pública (Mancur Olson, James Buchanan, Anthony Downs), e o marxismo (Poulantzas, Gramsci, Lukács, dentre outros).

No segundo semestre de 1976, Olavo Brasil de Lima Júnior oferece a primeira disciplina sobre análise eleitoral e no semestre seguinte, em 1977, a primeira disciplina dedicada exclusivamente ao tema dos partidos políticos,

recenseando a literatura clássica (Michels, Duverger, La Palombara, Sartori, etc) e as análises sobre partidos, eleições e comportamento eleitoral no Brasil (Bolivar Lamounier, Maria do Carmo Campelo de Souza, Héglio Trindade, Antônio Otávio Cintra, WGS, para citarmos alguns exemplos). O pensamento social e político brasileiro permanece uma constante, agora associado às disciplinas sobre a formação do Estado nacional brasileiro, com César Guimarães, e à disciplina “Leituras sobre Ideologia e política no Brasil”, com Mário Brockmann Machado. Durante três semestres entre 1977 e 78, Antônio Paim e Vicente Barreto oferecem, como professores convidados, a disciplina “Pensamento Político Brasileiro”. No primeiro semestre de 1978, José Murilo de Carvalho daria sua primeira disciplina na casa, chamada “Política Brasileira – A primeira república” que seria continuada, no semestre seguinte, por Eli Diniz, sob o título “Política Brasileira: da Revolução de 30 à república populista”. Nessas disciplinas eram recenseados os temas constitutivos das ciências sociais brasileira: o problema do Estado e das oligarquias, as interpretações sobre a revolução de 30, o Estado autoritário, o populismo, o nacionalismo e o desenvolvimento nacional, o papel dos militares na política brasileira, etc. Com a distensão do regime autoritário que começava a se anunciar no período, no final da década seriam oferecidas as primeiras disciplinas da casa sobre Forças Armadas no Brasil, com José Murilo de Carvalho e Alexandre Barros, sobre o sindicalismo e movimento operário no Brasil, com Luiz Werneck Vianna e sobre o imperialismo e a hegemonia norte-americana na América Latina, com Maria Regina Soares de Lima.

Os primeiros anos da década de 80 representam uma continuidade de temas e disciplinas da década anterior, organizando os grandes eixos de estudos da casa: a teoria política, o pensamento político brasileiro, os sistemas partidários e eleições, a política externa, a sociologia da estratificação social, a sociologia urbana e do trabalho, os estudos do desenvolvimento, das elites e dos grupos de interesse, para citar os exemplos mais constantes. Algumas disciplinas chamam a atenção no período, representando marcos importantes

para os futuros estudos desenvolvidos na casa: 1980 é o ano em que Guilherme O'Donnell, como professor conferencista, oferece uma disciplina sobre o autoritarismo e regimes políticos na América Latina e, no ano seguinte, uma outra sobre transição de regimes autoritários, anunciando um dos temas centrais da ciência política latino-americana daquela década; também é oferecida a primeira disciplina dedicada exclusivamente ao marxismo, intitulada “teoria marxista contemporânea”, por John Horton. Ainda em 1980 vale uma menção à bem humorada disciplina “Estatística ou tudo o que você sempre quis saber sobre tabelas e tinha vergonha de perguntar”, ministrada por Amaury de Souza e Nelson do Valle. Em 1982, Neuma Aguiar oferece a primeira disciplina que tematizava em seu enunciado a questão de gênero, intitulada “mulheres na força de trabalho na América Latina”. É também em 1982 que a disciplina de introdução à teoria sociológica, agora chamada Teoria Sociológica I, ministrada por Elisa Reis, ganharia seu conteúdo atual: Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber; enquanto a Teoria Sociológica II, com Luiz Werneck Vianna, desenvolveria as principais correntes da sociologia contemporânea. Em 1983, Werneck oferece a primeira disciplina sobre a sociologia dos intelectuais; no mesmo ano, Gláucio Ary Dillon Soares dá seu primeiro curso na casa, “Sociologia das Revoluções camponesas”.

A transição para o período democrático é marcada pela presença de alguns temas fundamentais: em 1986 reaparece o tema da transição dos regimes autoritários, com Eli Diniz e Renato Boschi. No ano seguinte, Amaury de Souza, Nelson do Valle e Olavo Brasil reúnem-se em um laboratório sobre a prática da pesquisa eleitoral, concentrado na análise dos resultados de uma pesquisa sobre as eleições de 86 realizada em São Paulo, em uma parceria entre IUPERJ e IDESP. No mesmo ano, a disciplina de Teoria Política Contemporânea passa a ser chamada de “Teoria Política III” e, ministrada por Sérgio Abranches, introduz o tema da teoria da justiça e a obra de John Rawls. Em 1987, Daniel Berteaux ministra, como professor visitante, a disciplina “Tendências da sociologia francesa contemporânea”, primeiro curso a

apresentar de forma sistemática a obra de Pierre Bourdieu na casa. 1987 também é o ano das primeiras disciplinas de Ricardo Benzaquen de Araújo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Luiz Eduardo Soares como professores do IUPERJ. No ano seguinte, Ricardo Benzaquen ministraria seu primeiro curso sobre o tema da relação entre subjetividade e cultura. Ainda em 1988, Edmundo Campos ministraria pela primeira vez sua disciplina sobre a sociologia das profissões e Neuma Aguiar ofereceria a primeira disciplina de sociologia do gênero na casa.

Nos anos 90 novas disciplinas tornam-se frequentes: a “trajetória do desenvolvimento em perspectiva comparada”, com Maria Regina Soares e Renato Boschi; o laboratório de estudos marxistas contemporâneos, com Luiz Werneck Vianna; “Estado e mediação de interesses em perspectiva comparada”, com Eli Diniz e Renato Boschi; disciplinas sobre etnografia e sociologia da violência com Luiz Eduardo Soares; os laboratórios de eleições com Olavo Brasil e, posteriormente, com Marcus Figueiredo; a sociologia das cidades com Maria Alice de Carvalho; os estudos sobre pobreza com Lícia Valladares; as disciplinas sobre cidadania e direitos no Brasil com José Murilo de Carvalho, e o programa de estudos experimentais com WGS, para citar alguns exemplos. Em 1992, Marcus Figueiredo assume a disciplina sobre representação política, partidos e competição eleitoral e, no ano seguinte, Renato Lessa ministra pela primeira vez a disciplina Teoria Política I. Também é no início dos anos 90 que o tema da globalização e dos novos mercados emergentes começa a aparecer de forma mais recorrente nas disciplinas de Maria Regina Soares e Elisa Reis.

A segunda metade da década de 90 é marcada pela entrada de novos membros do corpo docente e, por conseguinte, de novos temas de disciplinas. Em 1995, Jairo Nicolau e Fabiano Santos oferecem suas primeiras disciplinas na casa, “Sistemas Partidários em perspectiva comparada” e “Teoria Política III”, respectivamente. No semestre seguinte, Fabiano Santos oferece a primeira disciplina focada exclusivamente no Congresso Nacional e César Guimarães

ministra um curso dedicado a revisitar a produção do ISEB e o debate dos anos 50 e 60. Em 1996, o tema da governabilidade e da consolidação democrática aparece na disciplina de Eli Diniz e Vicente Palermo. Em 1997 – *annus mirabilis* - o IUPERJ recebe uma nova leva de jovens professores: Adalberto Cardoso oferece sua primeira disciplina sobre as relações de trabalho e a reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo; José Mauricio Domingues sobre o tema da criatividade social; Marcelo Jasmin sobre o tema da relação entre política e história e Celi Scalon associa-se à disciplina de metodologia de análise de dados, ao lado de Nelson do Valle e Ana Maria Caillaux. No mesmo ano, Marcus Figueiredo ministra a primeira disciplina sobre comunicação, propaganda política e opinião pública; Luiz Werneck Vianna, Maria Alice de Carvalho e Marcelo Burgos o primeiro curso focado na sociologia política do poder judiciário; Cesar Guimarães e Marcelo Jasmin oferecem o primeiro curso sobre as perspectivas teóricas e metodológicas contemporâneas para a história das ideias, introduzindo a leitura de Skinner, Pocock e Koselleck no campo da teoria política. Em 1999 aparece a hoje tradicional disciplina “Estudos Exemplares em Ciências Sociais”, a cargo de Luiz Werneck Vianna.

Com o começo do século XXI, novos temas são introduzidos: disciplinas sobre a relação entre democracia e desempenho econômico, com Octávio Amorim Neto; Regionalismo na política internacional, com Maria Regina Soares; os estudos sobre violência e crime com Gláucio Soares; a sociologia da modernidade com José Maurício Domingues e Jessé de Souza, e a teoria política contemporânea com José Eisenberg. No ano de 2003, Carlos Antônio Costa Ribeiro participa de sua primeira disciplina, ao lado de WGS, sobre o tema do Capital social nas democracias contemporâneas e no ano seguinte João Feres Júnior ministra a primeira disciplina da casa sobre ações afirmativas em perspectiva comparada. O tema da relação entre favelas, cidade, violência e trabalho aparece de forma recorrente a partir de 2005 nas disciplinas de Luiz Antônio Machado e Adalberto Cardoso. Dentre as

principais disciplinas que ganham espaço no restante da década estão aquelas que refletem sobre os modelos comparados de coalizão, com Argelina Figueiredo, os cursos sobre teoria social contemporânea, com Frédéric Vandenberghe, e a sociologia e antropologia da religião, com Diana Lima.

Com a transição para a UERJ e a criação do IESP, é possível testemunhar a convivência entre novas agendas de pesquisa e a permanência de temas e problemas tradicionais da casa. No programa de ciência política, às linhas de pesquisa já tradicionais, como o pensamento político brasileiro, o estudo das instituições políticas e o comportamento político, se soma a ampliação do campo das relações internacionais em perspectiva comparada. No campo da teoria política, novos temas aplicados têm surgido e ganhado força, como o debate feminista, as comissões da verdade e a violência no mundo contemporâneo. Da mesma forma, na sociologia se observa a longa permanência de temas clássicos, como os da estratificação social, os estudos sobre raça, a sociologia urbana e o estudo da violência e a teoria social, associados à ampliação de campos como o estudo dos movimentos sociais e a sociologia do direito. A presença de temas de pesquisa e cursos afinados com a compreensão das transformações sociais e políticas deste começo de século testemunha de modo notável que a relevância de programas de pós-graduação como os do IESP-UERJ reside, sobretudo, em sua capacidade contínua de manter a pluralidade de perspectivas em consonância com a emergência de novas agendas e problemas de pesquisa.

PASSADO E PRESENTE: A ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, ANTES DE TUDO

Past and Present: the Brazilian Foreign Policy Analysis, Before Everything

Leonildes Nazar¹

¹ Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e Pesquisadora Visitante do Center for Latin American Studies – CLAS, da Universidade da Califórnia – Berkeley. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: leonildesnazar@gmail.com

RESUMO

Este ensaio busca apontar reflexões em torno da construção sócio-histórica da Análise de Política Externa (APE) no Brasil, reivindicando suas tradições e singularidades enquanto campo de estudos. Para tanto, resgata brevemente a trajetória epistemológica que lhe foi decisiva, bem como as contribuições do núcleo de Relações Internacionais do IESP-UERJ para o campo. A discussão perpassa dois principais eixos ontológicos: 1) o debate político e intelectual sobre política externa, para além das fronteiras do Itamaraty, entre 1954 e 1974; 2) e, ao mesmo tempo, a institucionalização das Ciências Sociais no país, bem como, outrossim, do campo de APE. A intersecção entre esses dois momentos tem, como consequência, a emergência de análises teóricas, filosóficas e conceituais, advindas da formação de uma comunidade de estudiosos de política externa no país, a partir da década de 70.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Política Externa; História Política; Pensamento Político; Brasil; Relações Internacionais

ABSTRACT

This essay seeks to point reflections around the socio-historical construction of Foreign Policy Analysis (FPA) in Brazil, claiming its traditions and singularities as a field of study. To this end, it briefly recovers its decisive epistemological trajectory, as well as the contributions of the IESP-UERJ International Relations group to the field. The discussion goes through two main ontological axes: 1) the political and intellectual debate on foreign policy, beyond the borders of Itamaraty, between 1954 and 1974; 2) and, at the same time, the institutionalization of the Social Sciences in the country, as well as the FPA field. The intersection between these two moments has, as a consequence, the emergence of theoretical, philosophical and conceptual analyzes, arising from the formation of a community of foreign policy scholars in the country, from the 70's.

KEYWORDS: Foreign Policy Analysis; Political history; Political Thinking; Brazil; International relations

Transportar-se continuamente a qualquer momento da história é um exercício que testa os sentidos e altera o olhar sobre um determinado objeto. Neste movimento entre tempo presente e passado, a pesquisa científica se dinamiza, ao identificar novas interpretações, novos marcos teóricos e novas descobertas sobre quem guiou o curso das ideias; sobre quem compôs os repertórios das mudanças; sobre quem construiu percepções, desigualdades e disputas sob a singularidade de seu próprio contexto social.

Porquanto situo essas considerações iniciais, devo, então, elucidar o porquê de estabelecer essas premissas: ainda há uma difusa definição disciplinar e acadêmica no país sobre como classificar a Análise de Política Externa (APE)², mesmo com contribuições relevantes de pesquisas da literatura especializada na área das Relações Internacionais (RI) e nas suas subdivisões, como a história das Relações Internacionais, ou na Ciência Política, como os estudos sobre instituições, processos e atores, que demonstram o crescimento da área no país nos últimos 25 anos. Porém, como Lima e Milani (2016) ressaltam, a APE, hoje, é um campo de estudos³ consolidado nas Ciências Sociais, situado na fronteira entre essas duas áreas. Visto que a pluralização de seus temas de estudo – como políticas públicas; política externa, participação social e democracia; processo decisório; abordagens cognitivistas; presidencialismo, partidos políticos e política externa; mídia e política externa – confere-lhe um arcabouço teórico-metodológico distinto e inovador, parte-se da hipótese de que a APE é, pois, tão área quanto as RI.

Mas por que isto é importante? Ou melhor, por que deter-se à essa demarcação de áreas e suas agendas de pesquisa? Porque o caminho pelo qual se percorre nessa reflexão é justamente o que recupera alguns aspectos que elucidam a *proto-história* da APE, buscando complementar o que sua história

² Os primeiros estudiosos da APE são os anglo-saxões, principalmente os estadunidenses. Até os anos 80, eram raros os estudos sobre política externa brasileira para fora dos muros institucionais do Itamaraty, ainda que houvesse os debates sobre as relações centro-periferia, as relações Norte-Sul e a construção do desenvolvimento com autonomia (sobretudo nos estudos de Helio Jaguaribe).

³ Neste ensaio, ao me referir à Análise de Política Externa, utilizarei tanto o termo “área”, quanto “campo de estudos”, para designar a sua diferenciação em relação às Relações Internacionais, como disciplina.

recente já tratou – seu desenvolvimento, na esteira das RI⁴ –, mas que não abarcou precisamente, por sua via teórica, as dinâmicas que condicionaram seu surgimento nacional. Este caminho se instiga no primeiro fascínio com o campo: a singularidade de um pensamento da política externa genuinamente *brasileiro* e a capacidade – mesmo que por vezes negada – de ainda ser possível discorrer sobre nós mesmas e nós mesmos desde o Sul.

Dentro desta dimensão, o objetivo do presente ensaio é destacar as contribuições da classe acadêmica de Ciência Política e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), em especial Maria Regina de Soares Lima, Letícia Pinheiro e Carlos Milani, gerações distintas vinculadas à instituição, mas parte de um grupo genuinamente nacional e relevante para o pensamento internacional desde o Sul Global. Sobre temas-chave, este núcleo contribuiu essencialmente para a produção intelectual da área de APE e RI no Brasil, ao discutir teorias das RI, política externa, geopolítica, história diplomática, blocos regionais, cooperação internacional, segurança e múltiplos subtemas, como instituições políticas, organizações internacionais e meio ambiente.

Neste cenário de efervescência de estudos e pesquisas, o núcleo de RI do IESP-UERJ reuniu nomes como Gerson Moura e Zairo Cheibub, e fez emergir grandes grupos de pesquisa – o Observatório Político Sul-americano (OPSA), o Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo), o Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (Neaape) e, o mais recente, a Plataforma Latitude Sul, resultado da intersecção entre os três grupos e o Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul/Unirio).

A PROTO-HISTÓRIA DA APE

Ao se refletir sobre as *categorias analíticas* da política externa brasileira, em concomitância à Análise de Política Externa enquanto campo de estudo, percebe-se que existem algumas peculiaridades que transitam tanto na compreensão ontológica dos conceitos e reflexões, quanto no processo epistemológico de formação do campo no Brasil. Esta percepção se torna mais

⁴ Hoje, há uma tradição nacional (debates sobre autonomia, vulnerabilidades e relações Norte-Sul). A APE está vinculada ao processo de gradual institucionalização das Ciências Sociais, a partir da criação dos cursos de pós-graduação e constituição das associações científicas.

evidente conforme se resgata dois momentos: 1) o debate político e intelectual sobre política externa, para além das fronteiras do Itamaraty, entre 1954 e 1974; 2) e, ao mesmo tempo, a institucionalização das ciências sociais no país, a qual foi, outrossim, fundamental para estabelecimento do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ).

A intersecção entre esses dois momentos tem, como consequência, a emergência de análises teóricas, filosóficas e conceituais, advindas da formação de uma comunidade de estudiosos de política externa no país, a partir da década de 70. Tendo em vista os diferentes debates que abrangem a área das ciências sociais brasileiras e que acompanharam a implementação de programas de Pós-graduação e a criação de uma política de financiamento de pesquisa como parte do ensejo de fazer uma *ciência* da sociedade, essa comunidade articulou a construção de uma área de conhecimento, pesquisa e produção acadêmica alinhada à constituição da disciplina de Relações Internacionais.

Compreendendo a complexidade do tema, o recorte temporal se explica por dois fatores simples: lê-se 1954 como o ano da estreia, ponto suficiente para lhe considerar um marco – a criação do primeiro centro especializado em Relações Internacionais do país, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Já 1974, deve-se por ser o ano de criação do primeiro curso de graduação em Relações Internacionais do Brasil, na Universidade de Brasília (UnB), sendo um marco na institucionalização dos estudos dessa área e do pensamento da política externa brasileira.

Os fenômenos que se processam entre e ao redor dos mais diversos atores na esfera internacional suscitaram diferentes debates na área disciplinar das Relações Internacionais. O crescimento da disciplina ampliou suas abordagens teóricas, temáticas e metodológicas, reificando seus respectivos níveis ou campos de análise e, conseqüentemente, conferindo autonomia e possibilitando-lhes obter, no caso da APE, ferramentas epistemológicas próprias. Como campo de análise empírica das ações dos atores nos processos decisórios das Relações Internacionais, a APE conseguiu incorporar,

principalmente, uma noção mais relevante de agência nas teorias da disciplina de RI⁵.

A Análise de Política Externa se forma em um campo de conhecimento interseccional entre a Sociologia e a Ciência Política, além de outras áreas do pensamento, como o Direito, a Psicologia, e a Geografia, em cujas matrizes analíticas se encontrará o debate entre “agência” *versus* “estrutura”⁶. A APE, pensada no plano das Relações Internacionais, articula diferentes níveis de análises, que podem situar-se entre o nível de um ator específico até ao nível de um ator geral⁷. Dada a especificidade do desenvolvimento da APE no Brasil⁸, a interface de integração com outras disciplinas não a caracteriza como “subcampo”, mas sim a faz manter pontos interseccionais com as RI, ao mesmo tempo que se afasta dessa disciplina para adquirir uma roupagem própria.

Os formatos curriculares das graduações em RI criaram uma lacuna pela sua concepção enquanto disciplina epistemologicamente anglo-eurocêntrica. Isso quer dizer que o modo com que esta área foi se estabelecendo incorria de se pensar a partir das formulações teóricas que se produziam como científicas e postulados argumentativos dos EUA e Europa. Embora os estudos e pesquisas tenham crescido como chaves de reflexões brasileiras, incluindo nossos casos e temas, as RI e a APE, adquiriram formatos que não dialogavam com o pensamento político e social do Brasil. Destarte, algumas questões emergem sobre a consolidação do campo de APE: i) Quais perspectivas teórico-metodológicas, dado o início de construção do campo de APE, foram próprias da comunidade de estudiosos que passaram a lhe compor? ii) Em que medida os conceitos do debate dos centros se articularam com as categorias vistas na periferia⁹? iii) O campo de Análise de Política Externa, no Brasil, contribuiu com quais análises e óticas para que obtivesse

⁵ “Há, talvez, razões para que o campo surja posteriormente à constituição da Ciência Política, Sociologia, Antropologia e História (...). Na sua origem enquanto campo de estudos, as RI no Brasil teriam privilegiado a APE, ao invés dos temas clássicos, tais como OI, segurança, conflitos e alianças internacionais” (LIMA e MILANI, 2016).

⁶ Maria Regina Soares de Lima e Letícia Pinheiro são originalmente graduadas em Ciências Sociais; já Carlos Milani, em Ciências Jurídicas e Sociais.

⁷ PINHEIRO (2004).

⁸ “Seus antecedentes intelectuais, nos anos 50 e 60, estão representados, em primeiro lugar, por: teorias e esquemas analíticos de corte histórico-estrutural, isto é, teoria marxistas do imperialismo e da dependência” (LIMA e PINHEIRO, 2016).

sua relevância no cenário de política externa brasileiro? iv) Quais as interfaces entre o pensamento da política externa e o pensamento político e social do Brasil? Algumas dessas questões abrem um leque de argumentações e percepções, e só demonstram a importância de se compreender a história de construção do campo no país.

O desenvolvimento da APE nas agendas de pesquisa no Brasil seguiu um percurso orquestrado pelas três esferas que a compõem: a acadêmica, a política e a diplomático-intelectual. As dissensões e a simbiose que os agentes da arena decisória de política externa exerceram para que o desenvolvimento do campo fosse, ao mesmo tempo, estratégico e plural, demonstra como essa dimensão representa um pilar nos níveis de atuação do Estado e seu corpo político.

A política externa brasileira fora marcada por fases¹⁰, visto que esta é uma esfera que não é exógena à historicidade do Estado e da sociedade. Dentre elas, há tanto o período que compreende os anos da Primeira República (1889-1930), no qual os moldes da política externa estiveram atrelados aos debates sobre a formação nacional e a uma forte tradição diplomática, quanto o dos governos da ditadura civil-militar, iniciada por Castello Branco (1964-1970), governo que corresponde a um momento de alinhamento direto com os Estados Unidos.

Entre os grandes temas que embasaram os estudos acadêmicos das Relações Internacionais e do pensamento da política externa no país estão a história diplomática, a política externa nacional – estes dois considerados clássicos –, além dos estudos sobre geopolítica e defesa, e os estudos econômicos. Percebe-se que, com o crescimento das Ciências Sociais e o robusto financiamento de agências públicas e privadas de amparo à pesquisa, decorrentes de um processo de burocratização do Estado brasileiro com o primeiro governo de Vargas (1930-1939), houve uma transição da legitimidade das formulações sobre o objeto entre o Ministério das Relações Exterior

⁹ A hegemonia de uma matriz de pensamento, calcada na ideia de dominação exterior cultural e/ou econômica, gerou o predomínio intelectual da noção de ‘nação incompleta’, em que a ênfase da produção intelectual estava centrada na necessidade de completar a nação (LIMA e MILANI, 2016).

¹⁰ Letícia Pinheiro, em seu livro, *Política Externa Brasileira (1889 – 2002)*, faz uma cronologia do que intitula *paradigmas da política externa*, contribuição ímpar para a história do campo no Brasil.

(MRE) para outros campos, marcando seu espaço enquanto plano de reflexões e interpretações sobre as mudanças sociais nacionais, regionais e internacionais.

As ideias e os conceitos, que surgiram ao longo do processo de construção sobre o “internacional”, abrangem a produção de conhecimento e perspectivas teóricas de intelectuais, acadêmicos e figuras públicas que constituíam os principais eixos da produção do pensamento político e social no país. Nos valores e discursos de blocos políticos pelo desenvolvimentismo¹¹, pela saída de sua condicionalidade periférica¹² ou nas relações do Brasil com seus vizinhos, vê-se que as reflexões influenciaram nas definições de pautas entre os mais diversos agentes políticos, bem como também nas formulações dos processos decisórios do Estado e nas interpretações e análises sobre a inserção e interesses nacionais.

Enfatizando, antes de tudo, a ausência sumária de mulheres, é possível reunir nomes de diplomatas, intelectuais, empresários, figuras públicas, profissionais liberais, militares e acadêmicos, parte desse momento de efervescência intelectual e política nacional, dos quais cito alguns: Negrão de Lima, Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Osvaldo Aranha, Vasco Leitão da Cunha; Juarez Távora, Helio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto; Cleantho de Paiva Leite, Golbery do Couto e Silva; Florestan Fernandes; Antonio Candido; Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e Josué de Castro.

O período entre 1954 e 1974 é significativo para a política externa brasileira, no sentido em que transformações políticas e sociais, em níveis doméstico e internacional, alteraram o olhar de quem a formulava e a pensava como campo estratégico. Em efeito, a dimensão político-diplomática brasileira se articulou de modo a conciliar o seu papel nos mecanismos de Estado, e, como novidade, deixou-se ser absorvida pela academia.

Vale ressaltar os primeiros centros de pesquisa sobre formação social, política, cultural e econômica do país. O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado em 1953 e que publicava a *Cadernos do Nosso Tempo*, compusera um relevante centro de pensamento “moderno” da

¹¹ Aqui, faz-se referência, principalmente, aos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955.

¹² Aqui, faz-se referência aos acadêmicos e intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), criada em 1933.

época, sendo substituído em 1955 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que mais tarde, em 1969, desdobrar-se-ia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Iesp-Uerj). Destaca-se também os intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), que compuseram a *Revista Brasiliense*; e também uma geração mais nova, que tratou de discutir as relações Centro-Periferia, nas teorias cepalina e na teoria da dependência, com figuras como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nessa construção de trajetórias, destacam-se também entidades e associações, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838), a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (1937), o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (1945), a Escola Superior de Guerra – ESG (1949), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (1952), o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (1954), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (1977) e seu Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (1980) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão – IPRI/FUNAG (1987). Todas estas fazem parte da *intelligentsia* de uma época, que fincou as bases para a geração seguinte de sociólogos(os), cientistas políticos(os), historiadoras(es), economistas, internacionalistas e analistas de política externa.

Após o início do processo de institucionalização das Ciências Sociais, o campo científico da APE começou a produzir estudos metodologicamente mais rigorosos, de grande aproximação com a Ciência Política¹³, mas preservando a interdisciplinaridade. Trabalhos com temas sobre processo decisório, instrumentalidade política, agentes políticos, desenvolvimento e autonomia (ARAÚJO CASTRO, 1971; LAFER, 1973; MOURA, 1980; LIMA, 1981; SEITENFUS, 1985) ofereceram uma compreensão mais analítica e

¹³ Fonseca Junior (2011) explica que estudos em outras áreas de conhecimento, como o Direito, a Economia e a História, têm “tradição enraizada”. Todavia, o autor completa: “O que há de novo será, assim, o despertar da ciência política para a temática da inserção internacional do país, e, de outro lado, a renovação dos estudos de história, que refaz orientações metodológicas e abandonam significativamente as vertentes ‘oficiais’ que normalmente trilhavam” (FONSECA JUNIOR, 2011: p.36).

assertiva sobre a política externa, sua capacidade de formulação e agência, e sua importância para o corpo do Estado.

Assim posto, vê-se que o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil conduziu uma mudança no cenário acadêmico e científico dos principais centros universitários e de pesquisa do país. A fim de se firmar como campo de estudo, a Análise de Política Externa começou a se inserir nesse processo por meio de uma produção teórica que abandona a exclusividade das abordagens diplomáticas e estritamente políticas, para ser – “brasileiramente” – singular.

Compreende-se, portanto, que a APE no Brasil é um campo com dependência de trajetória. Isto é, ela se desenvolveu como campo que se co-constitui nos níveis doméstico e internacional, e que reúne simultaneamente a agência e a reflexão de seus sujeitos, transitando por diferentes áreas de pensamento e marcada por diferentes contextos e disputas. Pensar a política externa por meio dos debates acadêmicos, em um novo espaço social – a universidade – e com maior rigor científico modificou a relação entre a instrumentalidade política dessa dimensão e os agentes de seu processo decisório, questão em voga até os dias atuais.

As discussões sobre a formulação de política externa e seu âmbito político-institucional, especialmente sob o mais recente debate de *política externa como política pública*¹⁴, concede uma outra fase de análises teóricas e acompanhamento da pluralização de agendas e eventos domésticos e internacionais. Já em terreno mais sólido, a área de Análise de Política Externa se movimenta. No caso da APE e das Relações Internacionais no IESP-UERJ, embora muitos anos e trabalhos tenham preenchido seus debates, as ideias e os diálogos não se esgotam: hoje, há um quadro de pesquisadoras e pesquisadores diversos e numerosos, investigando o global como *continuum* de possibilidades e novas inquietações.

14 (MILANI e PINHEIRO, 2013).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO CASTRO, J. A. De. (1971), “O congelamento do Poder Mundial”. Exposição aos Estagiários do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: *Revista de Informação Legislativa*.
- BALBINO, Viviane. Rios. (2011), *Diplomata: substantivo comum de dois gêneros - Um estudo sobre a presença das mulheres na Diplomacia Brasileira*. Brasília: FUNAG.
- CERVO, Luiz A.; BUENO, Clodoaldo. (2002), *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- CHEIBUB, Zairo. B. (1989), “A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamarati”. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 23, n. 2, p. 97–128.
- _____. (1985), “Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica”. Rio de Janeiro: *Dados*, vol. I, 28, n. 1.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. (2011), *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- LAFER, C.; PEÑA, F. (1973), *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (2013), *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: FUNAG.
- LIMA, Maria Regina Soares de. (1981), “Perspectiva da Política Externa Brasileira”. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2000), “Instituições democráticas e política exterior”. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265-303.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2013), “Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil”. São Paulo: *Lua Nova*, n. 90, p. 167-201.
- LIMA, M. Regina Soares de. (2005), “Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior”. In: FUNCEX; LATN, Latin American Trade Network With Support of IDRC (Canada) (Orgs.). *A política comercial dos anos Lula*. São Paulo: *Revista Brasileira de Comércio Exterior – Série BRIEF*, n. 83, pp. 16-31. abr./jun. 2005.

- LIMA; Maria Regina Soares de. MILANI, Carlos R. S. (2016), “Política externa brasileira: campo de estudos e principais avanços”. In: AVRITZER, Leonardo. MILANI, Carlos R. S. BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. (2016), “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75–119.
- MILANI, Carlos R. S.. (2018), *Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Curitiba: Appris, v. 1., ed. 1.
- MILANI, Carlos R. S.. (2008), “O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias”. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 551–579, mai./jun.
- MILANI, Carlos R. S.. ECHART, Enara. DUARTE, R. S.. KLEIN, Magno. (2014), *Atlas da Política Externa Brasileira*. 1. ed. Buenos Aires e Rio de Janeiro: CLACSO e EDUERJ.
- MILANI, Carlos R. S.. (2015), “Política externa é política pública?”. Rio de Janeiro: *Insight Inteligência*, n. 69, 2º trimestre, p. 57- 75.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. (2013), “Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto Internacional*, vol. 35, n.1, p.11-41.
- MOURA, G. (1980), *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- NAZAR CHAVES, Leonildes. (2016), “Para além do Terminus - entre a política, a academia e o diplomata-intelectual: a construção sócio-histórica da Análise de Política Externa no Brasil (1954-1974)”. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Leticia. (2004), *Política Externa Brasileira – 1889-2002*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINHEIRO, Leticia. (2013), *Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government: - the President, the Military and the Foreign Ministry*. Brasília: FUNAG.

_____. (2008), “International Relations Studies in Brazil: Epistemological and Institutional Characteristics”. *International Political Science Association Conference*, Montreal; Québec.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, C. R. Sanchez. (2012), “Política Externa: a política das práticas e a prática das políticas”. Rio de Janeiro: FGV.

PINHEIRO, Letícia; VEDOVÉLI, Paula. (2012), “Caminhos Cruzados: Diplomatas e Acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira”. *Política Hoje*, n. 21, p. 211-254.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. (2013), “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 56, p. 40-59.

SEITENFUS, Ricardo A. S. (1985), *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.